



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS CURSO DE MESTRADO

JOSELANE DA ROCHA BRANDÃO

**AÇÃO SINDICAL E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA - BAHIA**

CACHOEIRA
2014

JOSELANE DA ROCHA BRANDÃO

AÇÃO SINDICAL E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA – BAHIA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em ciências sociais: cultura, desigualdade e desenvolvimento, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial ao título de Mestre.

Orientador: Professor Dr^o. Nilson Weisheimer

CACHOEIRA
2014

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

Brandão, Joselane da Rocha
B817a Ação sindical e o fortalecimento da agricultura familiar no
município de Governador Mangabeira - Bahia / Joselane da Rocha
Brandão. – Cachoeira, 2014.
159 f. : il. ; 22 cm.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer.
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento,
Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, 2014.

1. Sindicalismo. 2. Agricultura familiar. 3. Governador
Mangabeira (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais. II. Título.

CDD: 331.88

JOSELANE DA ROCHA BRANDÃO

AÇÃO SINDICAL E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA – BAHIA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em ciências sociais: cultura, desigualdade e desenvolvimento, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial ao título de Mestre.

Aprovado em__de_____2014.

Comissão examinadora

Prof.º Dr. Nilson Weisheimer (Orientador)

Prof.º Dr.º Maurício Ferreira da Silva (UFRB)

Prof.º Dr.º Luiz Paulo Jesus de Oliveira (UFRB)

CACHOEIRA
2014

Aos meus pais:

José Carlos Pereira Brandão e

Eliane da Rocha Brandão

E a comissão executiva do sindicato dos trabalhadores rurais de
Governador Mangabeira (Comissão 2009-2013).

AGRADECIMENTOS

A conclusão de um trabalho de dissertação é o resultado de muita dedicação, insistência e superação, elementos essenciais para superar os obstáculos técnicos e psicossociais que estive a experimentar. Contudo, este trabalho não seria realizado sem o apóio de algumas pessoas e instituições que contribuíram incisamente para a conclusão desta dissertação. Por conta disso dedico este momento para dedicar meus sinceros agradecimentos.

Quero primeiramente agradecer a Deus, base de toda minha trajetória acadêmica e de vida. Em momentos que pensei em desistir, devido ao cansaço contínuo que minha rotina me sujeitava, as orações da noite me guiavam ao dia, à superação e revitalização.

Ao meu orientador Dr.º Nilson Weisheimer, pela forma tranquila, agradável com que conduziu este trabalho, além da firmeza e coerência perante as discussões, correções e ao apontar sugestões, mas permitido-me liberdade de escrita e respeito às minhas idéias.

Dedico agradecimento especial à comissão executiva da entidade pesquisada, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Governador Mangabeira, pela disponibilidade dos diretores e por permitir o acesso aos dados e informações da entidade. Aos agricultores familiares do STR que fizeram parte da amostra de pesquisa, obrigada pela disposição em colaborar.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em ciências sociais: cultura, desigualdade e desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia pelo suporte infraestrutural e excelência do corpo docente. À coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior (CAPES) que me concedeu bolsa de estudo.

Manifesto meus agradecimentos a Professora Dr.^a Assunção pelas observações feitas na qualificação, bem como por apontar possibilidades e sugestões muito valiosas para a construção do texto.

Aos meus amigos de do curso especialmente a Ana Carla Evangelista e Elisangela Pinto, companheiras nas participações de seminários, congressos etc. Pelas trocas de bibliografias e principalmente pelo incentivo para conclusão da dissertação. Aos amigos da vida, aqui representados por pessoas como: Junior Lopes, Paula e Viviane.

Enfim, a minha família, aos amados pai (José), mãe (Eliane) minha irmã Edilane, pessoas especiais que respeitaram minha ausência devido à dura rotina acadêmica, mas, sobretudo pelo incentivo, fundamental para a conclusão do trabalho. Não poderia deixar de mencionar meu sobrinho Enzo Miguel, que foi e é meu melhor energético para o cansaço. Enfim, agradeço a todos e todas que indiretamente colaboraram com essa pesquisa.

RESUMO

O objetivo geral do trabalho foi analisar como a ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRGM) de Governador Mangabeira contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar dos sindicalizados, para isso realizou-se uma pesquisa do universo dos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM. Utilizou-se dos seguintes instrumentos de pesquisa: observações sistemáticas, análise documental, aplicação de questionários e entrevistas. Na investigação, nosso foco de análise contemplou três pontos, cujo STRGM pode contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar: organização social e política; mediação das políticas públicas; e integração mercantil. Os dados demonstraram que o primeiro ponto corresponde ao de maior contribuição do sindicato, uma vez que consegue materializar nas comunidades rurais atividades e/ou benefício que possibilitam a criação de novos arranjos espaciais e sociais; além disso, o STRGM é a principal entidade local representativa da categoria familiar. Sobre o segundo ponto constatou-se a grande importância da mediação do sindicato na articulação das políticas públicas estatais aos agricultores familiares, contudo não se identificou políticas próprias da entidade direcionada aos agricultores familiares. Quanto ao terceiro ponto identificou-se baixa incidência de ações direcionadas à integração mercantil, principalmente àquelas direcionadas aos camponeses, pois se constatou no perfil dos sindicalizados do STRGM a predominância da agricultura familiar tipo camponesa.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Mediação. Sindicalismo rural.

ABSTRACT

The overall objective of this study was to analyze how the action of the Rural Workers Union (STRGM) Governador Mangabeira contributed to the strengthening of family agriculture in the union , for it carried out a survey of the universe of the farmers union STRGM . We used the following search tools : systematic observations , document analysis , questionnaires and interviews . In research is focused on analyzing three points whose STRGM can contribute to the strengthening of family farming : social and political organization ; mediation of public policies , and market integration. The data showed that the first point corresponds to the greatest contribution since the union can materialize in rural communities activities and / or benefit which allow the creation of new spatial and social arrangements , furthermore , the STRGM is the main representative of the local entity familiar category . On the second point is very important contacted the union in the joint mediation of family farmers and state public policies , but did not identify the entity's own policies targeted to family farmers . On the third point identified s low incidence of actions directed at merchant integration , especially those directed to farmers, because they contacted the listing of unionized STRGM the predominance of family peasant farming type.

Keywords : Family farming. Mediation. Rural unionism .

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização da área de Estudo.....	23
Figura 2	Organização do trabalho.....	33
Figura 3	Estrutura administrativa – STRGM –2013.....	52
Figura 4	Assembleia Geral – STRGM – 2013.....	64
Figura 5	Participação do STRGM no Grito da Terra Bahia – 2011.....	80
Figura 6	Marcha das Margaridas – Brasília – 2013.....	81
Figura 7	Mobilização no Dia Internacional da Mulher – STRGM – 2014.....	82
Figura 8	I Encontro da Terceira Idade – STRGM – 2011.....	83
Figura 9	Reunião do CMDR – STRGM – 2013.....	101
Figura 10	I Encontro Estadual da Juventude Rural – Bahia – 2014.....	110
Figura 11	Produção de abóbora (gêneros alimentícios) destinada especialmente ao consumo familiar e a produção do fumo destinada as empresas fumageiras – Governador Mangabeira – Bahia – 2013.....	125
Figura 12	Visita técnica com acompanhamento do STRGM em uma unidade familiar produtora de fumo – Governador Mangabeira – Bahia – 2013.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Escolaridade dos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM.....	66
Gráfico 2	Principais atividades desenvolvidas no STRGM , segundo os agricultores familiares sindicalizados (%).....	71
Gráfico 3	Principais benefícios assistenciais infraestrutural, citados pelos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM (%).....	74
Gráfico 4	Principais benefícios assistenciais de ordem burocrática, citados pelos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM (%).....	75
Gráfico 5	Principais benefícios assistenciais relacionados diretamente ao trabalho familiar agrícola, citados pelos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM (%).....	77
Gráfico 6	Benefícios assistenciais médico/jurídico citados pelos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM.....	79
Gráfico 7	Através da mediação do STRGM teve acesso a alguma política pública destinada a agricultura familiar? (%)	103
Gráfico 8	Principais políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares via STRGM	104
Gráfico 9	Você e/ou alguém de sua família já participou de alguma política destinadas aos jovens organizada pelo STRGM? (%)	108
Gráfico 10	Principais formas de comercialização utilizada pelos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Lista dos entrevistados da pesquisa.....	29
Quadro 2	Sindicalismo Rural: Síntese Teórica.....	39
Quadro 3	Do Campesinato a Agricultura Familiar: Síntese Teórica.....	61
Quadro 4	Atividades x Benefícios.....	72
Quadro 5	Principais políticas públicas mediadas pelos sindicatos rurais.....	91
Quadro 6	Tipos de ações identificadas no STRGM.....	96
Quadro 7	Principais entidades parceiras identificadas no STRGM	99

TABELAS

Tabela 1	Efetivo de Animais no Município de Governador Mangabeira.....	25
Tabela 2	Número de questionários aplicados aos agricultores familiares - STRGM – Bahia – 2013.....	30
Tabela 3	Sexo dos entrevistados - STRGM – Bahia – 2013(<i>f e %</i>).....	64
Tabela 4	Você tem filhos? X Existe um sucessor para o processo de trabalho familiar Agrícola – STRGM – Bahia – 2013 (<i>f</i>).....	65
Tabela 5	Cruzamento da escolaridade X cor – STRGM – Bahia – 2013 (<i>f</i>).....	67
Tabela 6	Avaliação do grau de importância da ação do STRGM no processo de aquisição das políticas públicas (<i>f e %</i>).....	111
Tabela 7	Principais produções agrícolas nas unidades familiares dos sindicalizados ao STRGM (<i>f e %</i>).....	116
Tabela 8	Principais atividades pecuárias nas unidades familiares dos sindicalizados ao STRGM (<i>f e %</i>).....	117
Tabela 9	Formas de obtenção das terras dos sindicalizados ao STRGM	117
Tabela 10	Renda familiar não agrícola mensal dos sindicalizados ao STRGM (<i>f e %</i>).....	120
Tabela 11	Densidade demográfica das unidades familiares dos sindicalizados ao STRGM (<i>f e %</i>).....	122
Tabela 12	Nota para contribuição do STRGM no processo de circulação e ou comercialização da produção familiar (<i>f e %</i>).....	127
Tabela 13	Nota para contribuição do STRGM na aquisição de instrumentos de trabalho (<i>f e %</i>).....	128
Tabela 14	Nota para contribuição do STRGM na aquisição de novos conhecimentos técnicos (<i>f e %</i>).....	129

LISTA DE ABREVIATURAS

CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadoras /es Assentadas /os e Acampadas/as
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão a Agricultura Familiar
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos,
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUDACENTRO	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SRGM	Sindicato dos Trabalhadores rurais de Governador Mangabeira
STRAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
TOPA	Todos pela Educação
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PENAE	Programa Nacional de Alimentação escolar
PENAT	Programa Nacional de Assistência Técnica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Objetivos.....	21
1.2	Hipóteses.....	22
1.3	Caracterização da área de estudo: Governador Mangabeira –Bahia	22
1.4	Métodos e técnicas de pesquisa.....	26
1.5	Organização do trabalho	31
2	SINDICALISMO RURAL: CARACTERIZAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR.....	34
2.1	Categorias e conceitos balizadores para o estudo do sindicalismo rural.....	34
2.1.1	Sindicalismo rural no Brasil: marco histórico.....	41
2.2	O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira: estrutura organizacional.....	48
3	O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	54
3.1	Pressupostos teóricos das categorias: campesinato e agricultura familiar.....	54
3.1.1	Quem são os agricultores familiares do STRGM.....	63
3.2	O STRGM e a organização social e política dos agricultores familiares.....	68
3.2.1	Organização social.....	70
3.2.2	Organização política.....	80
4	A AÇÃO MEDIADORA DO STRGM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A AGRICULTURA FAMILIAR	86
4.1	As políticas públicas destinadas à agricultura familiar.....	86
4.1.1	O papel dos mediadores na agricultura familiar.....	93
4.2	A ação mediadora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira.....	95
4.2.1	A ação mediadora do STRGM e aquisição das políticas públicas destinadas a agricultura familiar.....	102
4.2.2	A mediação do STRGM e as políticas públicas destinadas aos jovens.....	107
4.2.3	Avaliação dos agricultores familiares para a mediação do STRGM no processo de aquisição das política públicas.....	111
5	AS TIPOLOGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES SINDICALIZADOS E AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO MERCANTIL.....	114
5.1	A tipologia predominante da agricultora familiar organizada pelo sindicalizados do	

	STRGM.....	114
5.1.1	A terra.....	115
5.1.2	O trabalho.....	118
5.1.3	A família.....	121
5.2	O STRGM a integração mercantil dos agricultores familiares sindicalizados.....	123
5.2.1	As ações do STRGM pela integração mercantil dos agricultores familiares sindicalizados.....	124
5.2.2	Outras ações do STRGM de fomento à integração mercantil dos agricultores familiares sindicalizados.....	127
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
	ANEXOS.....	147

1 INTRODUÇÃO

“Eu tenho amor de dizer assim eu sou lavradora! Ser uma lavradora tem que ser participativa! Não é simplesmente porque mora na zona rural que é trabalhadora rural, agricultora. Você tem que trabalhar, tem que pegar no pesado! Eu mesmo estou sempre lá junto só mesmo quando eu estou com um probleminha de saúde que me afasto” (MORENA)*

Esta dissertação constituiu-se um esforço de pesquisa social empírica que tem como linhas temáticas: sindicalismo rural e agricultura familiar. A tarefa proposta foi apontar a correlação entre a ação sindical e o fortalecimento da agricultura familiar. Entende-se que através da mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais são dinamizados entre os agricultores familiares: a organização social e política, mediação das políticas públicas e a integração mercantil. Aqui se tem os resultados de pesquisa obtidos por amostra representativa dos agricultores familiares sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira (STRGM).

Para o estudo da ação partimos dos pressupostos marxistas, pois apesar da teoria de ações coletivas e movimentos sociais não ter sido o centro das preocupações de Marx, é inegável a contribuição de Karl Marx, seja direta ou indiretamente, pois é a partir de Marx que se desenvolveu a teoria dos movimentos sociais e ações coletivas (MELO JUNIOR, 2007). Nas obras de Marx tem-se como epicentro das análises os conceitos: classe e práxis social “[...] os epicentros de suas análises sobre ação coletiva”. (IBID, 2007, p.72)

Melo Junior (2007) aponta que algumas obras de Karl Marx fazem alusões aos movimentos sociais como prováveis estopins de um projeto radical de transformação na estrutura da sociedade (IBID, 2007). Para Marx, a *práxis* política seria a condição essencial para emancipação do operariado, e isto dependeria da formação da consciência de classe, sendo as organizações sindicais fundamentais, devido ao seu conteúdo político e revolucionário (GOHN, 2004). Podemos então afirmar que:

[...] as manifestações de classe, refletidas em suas formas de ação coletiva, dependem, para Marx, sobretudo de uma práxis construída no interior de entidades representativas. Por sua vez, elas seriam responsáveis pela construção e aquisição da consciência coletiva e individual. Ao que parece, a ação da classe operária deveria passar obrigatoriamente pela constituição de um coletivo operário “livre e igual”, com o rompimento do capitalismo industrial e com as formas de exploração dele advindo. (MELO JUNIOR, 2007, p.74)

Através das manifestações coletivas, as ideias e aspirações individuais e dos grupos tornam-se mais fortes e operacionais, isso porque dentro dessas entidades encontram-se os líderes, principais responsáveis pela ativação das ações coletivas. O incentivo e o acompanhamento dos líderes locais e/ou externos são fundamentais para o desenvolvimento da ação coletiva, uma vez que a simples conscientização de um interesse coletivo não é por si só garantia que ocorra a organização de uma ação coletiva (SABOURIN, 2009).

No interior de entidades como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – “organizações profissionais” – é onde normalmente estão organizadas as lideranças da ação coletiva, estas sobrepondo ou substituindo as estruturas de reciprocidade camponesa, ou seja, as relações pautadas por atributos internos como confiança e reputação (SABOURIN, 2009). Assim associações em entidades como os sindicatos rurais:

Se destinam a administrar a interfase entre o mundo doméstico local (a família e a comunidade) e a sociedade externa: o mercado, a administração e a cidade (Berthome & Mercoiret, 1997). Na maioria dos casos, essa fase passa por intermediários. Estes podem ser oriundos das comunidades locais (como é o caso dos líderes camponeses) e podem depender de instituições externas (igrejas, ONGS, serviços públicos ou partidos políticos) (IBID, 2009, p. 97).

Os intermediários são o fio articulador entre as comunidades de agricultores familiares camponesas e a sociedade englobante. Esses mediadores possuem grande importância, pois constituem a principal via para integração mercantil dos agricultores familiares tradicionais e para organização social e política desses sujeitos nos ambientes exterior às suas comunidades. Para estes mediadores (lideranças) é fundamental manter firmada redes sociais como: parentesco,

vizinhança e amizade, pois constituem um elo articulador forte entre os agricultores familiares, sobretudo os mais tradicionais (camponeses) (SABOURIN, 2009). Isso porque as relações socioeconômicas organizadas por esses atores são preferencialmente tratadas entre pessoas e grupos que pertençam ao seu espaço de identificação social.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais é um dos exemplos de liderança rural, ou seja, coordenadores da ação coletiva. Dentro dessa entidade representativa dos trabalhadores rurais as ideias individuais e de grupo tornam-se bandeiras de luta coletiva. Tais entidades constituem a principal forma de organização dos trabalhadores rurais para defesa de seus direitos e/ou interesses (GRZYBOWSKI, 1991). Assim, como para a garantia dos direitos já conquistados: auxílio-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria social, dentre outros.

Nas últimas décadas é notório o direcionamento das ações dos sindicatos rurais à agricultura familiar (PICOLOTTO, 2011), sendo o STR um importante agente mediador ao acesso das políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares. Destaca-se as políticas de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Agroamigo (crédito destinado para o agricultor familiar pronafiano do grupo B), dentre outras.

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, muito menos corresponde a uma categoria analítica nova na sociologia rural. “No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação” (WANDERLEY, 1999, p. 21). A agricultura familiar é um conceito genérico cujo campesinato é umas das formas dentre as diversidade da agricultura familiar e constitui-se de especificidades quanto ao modo de produzir, Viver em sociedade são alicerçadas na tríade terra, trabalho e família (WANDERLEY, 2003).

Na Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006, a definição de agricultura familiar corresponde àqueles que não possuem área maior que 4 (quatro) módulos fiscais, cuja mão de obra seja predominantemente da própria família e renda familiar majoritariamente vinculada ao estabelecimento da família (BRASIL, 2006). Definição também utilizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Segundo a FAO/INCRA (1996) o agricultor familiar é todo aquele cuja agricultura é sua principal fonte de renda (mais de 80%); e a direção do processo produtivo é conduzido pelos proprietários sendo a força de trabalho fundamentalmente de membros da família, permitindo o

emprego de contratados apenas quando a atividade agrícola assim necessitar (a familiar deve ser igual ou superior a 75% do total da mão de obra utilizada no estabelecimento). Definição utilizada para fins de aquisição das políticas públicas destinadas aos agricultores familiares.

A agricultura familiar possui grande relevância para a produção agropecuária do Brasil é responsável por mais da metade da produção de mandioca, feijão, leite, aves e suínos produzidos no país, abastecendo o mercado interno (BRASIL, 2006). O Brasil possui 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país. A agricultura familiar ocupa apenas 24% da área plantada, mas, respondem por 38% do valor bruto da produção agrícola do país (BRASIL, 2009).

Apesar do importante papel da agricultura familiar para o abastecimento interno do país, o Estado durante muito tempo deu-lhe um tratamento marginal ou secundário. Só recentemente os agricultores familiares foram reconhecidos como sujeitos de direito, fato apenas consumado em 1996, com a criação do PRONAF através do decreto presidencial 1.946 de 28 de julho de 1996 (PICOLOTTO, 2009). Foi a primeira política pública direcionada especificamente à agricultura familiar, o que possibilitou mais tarde a lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006, a denominada lei da agricultura familiar, pela qual definiu legalmente a categoria produtiva.

Na Região Nordeste encontra-se um número expressivo de agricultores familiares, metade do total dos estabelecimentos familiares do Brasil um total de 2.187.295 e representam 89% do total dos estabelecimentos agropecuários e 37% da área total (BRASIL, 2006). Além disso, tais estabelecimentos respondem por 82,9% da ocupação da mão de obra no campo e por 43% do valor bruto da produção agropecuária nordestina, produzindo principalmente alimentos básicos necessários à segurança alimentar tais como carne (13,6%), leite (13,7%), feijão (9,8%), mandioca (7,3%), milho (6,3%) e arroz (4,5%) (MESQUITA, 2013).

A Bahia corresponde ao estado com maior número de estabelecimentos agropecuário no cenário nacional com 665.831, equivalente a 15,2%, porém é o terceiro do Nordeste na média de hectares/estabelecimento correspondendo a 15 hectares; sendo superado por Maranhão e Piauí, ambos com mais de 17ha/estabelecimento (BRASIL 2006). Dos produtos gerados pela agricultura familiar, destaca-se na Bahia respectivamente: mandioca (91%), feijão (83%) e o leite de cabra (77%) (BRASIL, 2009).

O Relatório da Fundacentro (2010) identificou algumas demandas da agricultura familiar na Bahia e destacou a necessidade de pesquisas, apoio técnico e extensão rural; cujos resultados possibilitariam o aumento na produtividade. Sugere também o desenvolvimento de tecnologias destinadas ao setor que proporcionem melhorias nos ambientes e nas condições de trabalho.

Na Bahia, o atraso tecnológico, o baixo rendimento financeiro, a falta de orientação técnica e o *déficit* de escolaridade são algumas das dificuldades enfrentadas pela categoria. E, diante de tais condições absolutamente adversas, a resistência dos agricultores familiares se faz por fatores como a relação de pertencimento que consolida uma identidade específica.

No Recôncavo da Bahia, os agricultores familiares também tem expressiva participação na produção agropecuária. Contudo, também revelam dados preocupantes, como apontou a pesquisa de Weisheimer (2012): apenas 5% das famílias agricultoras conseguem obter uma renda bruta agrícola/anual de R\$6.000,00 e 8% R\$ 12.000,00 reais; a maioria das unidades de produção familiar, 47,5% da amostra, está numa faixa de renda agrícola anual de R\$ 960,00 a R\$ 6.000,00 por ano. Conclusão, as famílias agricultoras do Recôncavo da Bahia possuem baixo rendimento agrícola.

Silva & Costa (2002), – que analisou os municípios do Recôncavo baiano: São Félix, Cruz das Almas, São Felipe e Maragogipe – ressalta a importância da agricultura familiar para economia dos municípios analisados, responsável por maior parte do valor bruto da produção agropecuária. Porém, os agricultores são desprovidos de capital financeiro e de recursos tecnológicos, fatores que são entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar do Recôncavo da Bahia.

São muitas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do Recôncavo da Bahia, portanto, buscar alternativas para o fortalecimento da categoria é algo imprescindível. A agricultura familiar pode ser fortalecida a partir dos elementos endógenos existentes nas comunidades rurais, incentivando a organização social e produtiva da categoria, e é neste ponto que chamamos a atenção para o papel dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Em estudo anterior – monografia intitulada por: Reorganização do espaço rural: o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município de Governador Mangabeira – Bahia – Brasil –, identificou-se no município de Governador Mangabeira o importante papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na articulação dos agricultores familiares enquanto categoria, e/ou entre

outras entidades. Nessa pesquisa constatou-se que através da mediação do STRGM foi construído no espaço rural infraestruturas como a construção de banheiros e cisternas, criadas para atender as necessidades básicas dos sindicalizados; mas também relacionadas diretamente a produção agropecuária, exemplos: construção de casa de farinha e distribuição de sementes. Além da organização de redes sociais criando fluxos de idéias, informações e a circulação de capital.

Sabendo do importante papel da ação do STRGM para os agricultores familiares, nos incitou a pensar o seguinte problema: como a ação do STRGM contribui para o fortalecimento da agricultura familiar? Além dessa pergunta, outras foram elaboradas e incorporadas à proposta de investigação:

1) Quais as características da agricultura familiar organizada pelos sindicalizados do STRGM?

2) De que forma o STRGM promove a organização social e política dos agricultores familiares?

3) Como a mediação do STRGM contribui para o acesso as políticas públicas destinadas ao agricultores familiares?

4) Como a mediação do STRGM colabora com a integração mercantil dos agricultores familiares?

1.1. Objetivos

A partir dos problemas de pesquisa citados acima, organizamos o seguinte objetivo geral: analisar as contribuições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira (STRGM) no fortalecimento da agricultura familiar. Para tal fez-se necessário operacionalizar os seguintes objetivos específicos:

1) Caracterizar os agricultores familiares sindicalizados;

2) Identificar como a ação do STRGM organiza os agricultores familiares socialmente e politicamente;

3) Explicar como o STRGM contribui para o acesso às políticas públicas destinadas aos agricultores familiares sindicalizados;

4) Analisar as contribuições da mediação do STRGM na integração mercantil dos agricultores familiares.

1.2 Hipóteses

Esta pesquisa parte do pressuposto de que as ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar. Neste sentido, as hipóteses do trabalho são: a) Organiza socialmente e politicamente os agricultores familiares; b) Promove o acesso às políticas públicas destinadas aos agricultores familiares; c) Fomenta a integração mercantil dos agricultores familiares. E ao proporcionar tais situações dinamiza o sistema produtivo dos agricultores e, conseqüentemente, o espaço local.

1.3 Caracterização da área de estudo: Governador Mangabeira - Bahia

O STR analisado está localizado no município de Governador Mangabeira; de acordo com a nova regionalização do Estado da Bahia – proposta pela Coordenação Estadual dos Territórios (CET, 2007) – encontra-se no território de identidade do Recôncavo Baiano, situado a 119 km da capital da Bahia, Salvador, na latitude 12° 36' 07'' Sul e longitude 39° 02' 36'' Oeste, a uma altitude de 204m e Ocupando área territorial de 94 Km² (BRASIL, 2010).

Tem como Municípios vizinhos: Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição da Feira, São Félix e Cachoeira, conforme demanda a figura 1. Possui uma população total de 19.818, sendo 10.321 do sexo feminino e 9.497 do sexo masculino. A população rural do município é maior que a residente na área urbana, correspondendo respectivamente 63% e 37% (BRASIL, 2010).

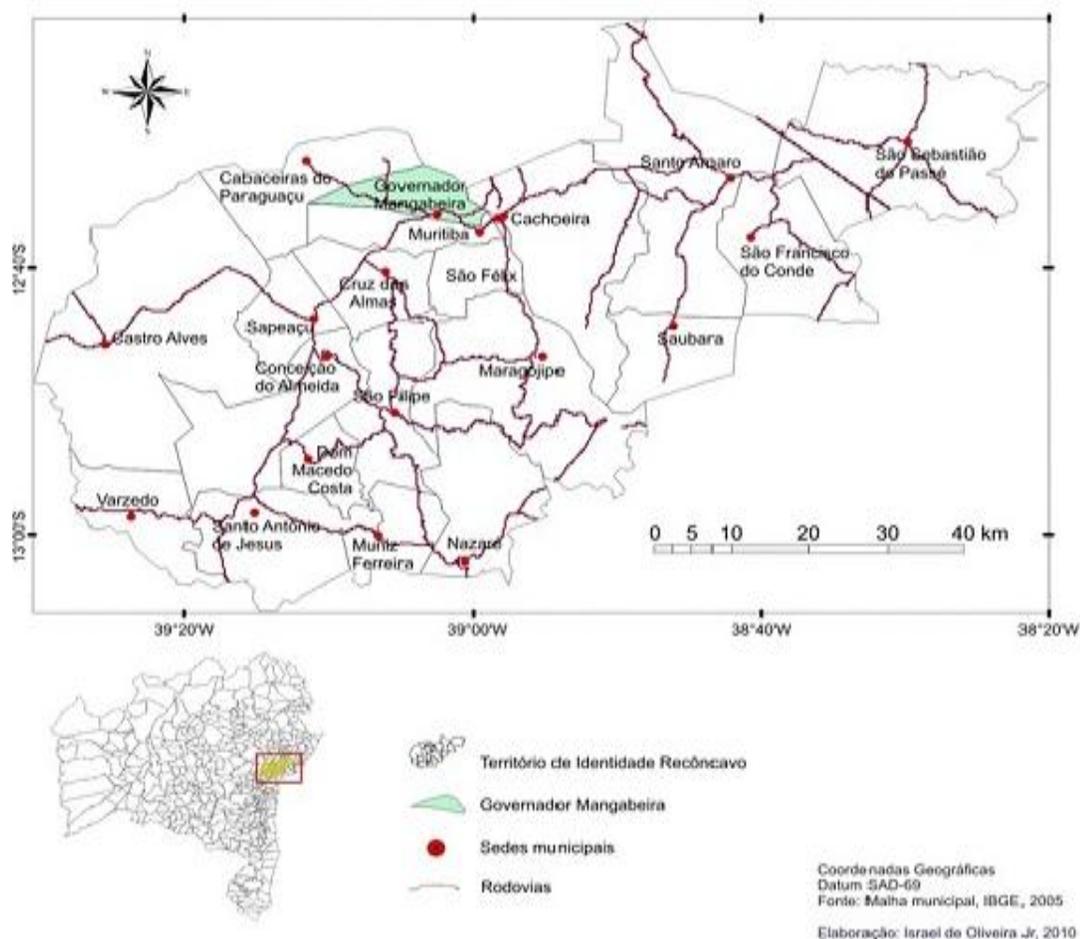


Figura 1 – Localização da área de Estudo.

A configuração socioeconômica atual do município de Governador Mangabeira foi o resultado de um processo histórico construído sob a base da economia rural. Quando era apenas uma vila, denominada Cabeças, fazia parte do município de Cachoeira, posteriormente a São Félix e até a emancipação em 1962 a cidade de Muritiba. Neste período destacava-se por ser uma das principais vias de passagem e de escoamento da produção agrícola, uma vez que a vila Cabeças ligava o Recôncavo à região de Minas; uma das principais vias dos tropeiros de outros

municípios do Recôncavo que transportavam mercadorias principalmente para o porto de Cachoeira. A citação abaixo elucida bem esta questão:

Essa via de ligação entre o Recôncavo e a região das minas passava pela Vila de Cabeças que era utilizada pelos tropeiros, jesuítas ou bandeirantes como pouso; local de reabastecimento de água potável descanso e alimentação dos animais e repouso de cavaleiros e pedestres de corpos cansados depois da longa viagem do Sertão ao Recôncavo, por vezes também se transformava em arena de conflitos podendo se envolver em múltiplas disputas e, como forma de vingança, demarcação de território e de poder, o desfecho pode ter sido a decapitação e exposição de cabeças enfiadas em pontas de estacas como forma de demarcar o território e seu pertencimento. (BRANDÃO, 2011, p.41)

A localização do município sempre foi benéfico para a dinâmica social e econômica. Ainda quando fazia parte do município de Muritiba, a então Vila Cabeças era via principal via de acesso para escoamento da produção para outros municípios do Recôncavo baiano. Atualmente sua localização continua sendo privilegiada, cortada pela BR 101 o que garante a população, produtores e comerciantes, condições logísticas privilegiada

Ainda no período de Vila Cabeças, assim como outras vilas e cidades do Recôncavo, a base da produção rural era o cultivo do fumo. A produção fumageira era o principal meio de renda das famílias, seja nas lavouras ou na produção de charutos nos armazéns e em pequenos fabricos nas casas dos moradores da vila.

A produção fumageira, segundo Brandão (2011), foi fundamental para a emancipação política da vila, uma vez que propiciou o fortalecimento econômico e assim desenvolvimento de um centro urbano. Atualmente observa-se uma queda na produção e beneficiamento do fumo no município, contudo ainda é a terceira maior produção agrícola do município, com um total de 950 toneladas, estando apenas atrás para o cultivo de laranja 17.100 toneladas e a principal produção, a mandioca com 19.500 toneladas (BRASIL, 2011).

Quanto à pecuária, outro atributo importante da economia do município de Governador Mangabeira, tem como destaque a criação de aves, que é resultado da inserção da agroindústria no espaço rural do município. Um exemplo é o grupo AVIPAL S.A (Aviário Porto-Alegrense)

que nos últimos anos vem fazendo grandes investimentos no Recôncavo com o objetivo de expandir a produção de ovos e de frango congelado. Em Governador Mangabeira é comum encontrar granjas organizadas pelo grupo, no geral, administradas por agricultores familiares que identificaram na agroindústria uma alternativa para o aumento da renda familiar. Além da criação de aves, destacam-se também na economia do município, respectivamente: suínos, bovinos, ovinos, caprinos, equinos, asininos e muares.

Observe a tabela 1:

Tabela 1– Efetivo de Animais no Município de Governador Mangabeira

Tipo animal	Quantidade	Unidade
Aves	301.495	Cabeça
Suínos	3.906	Cabeça
Bovinos	2.488	Cabeça
Ovinos	1.888	Cabeça
Caprinos	828	Cabeça
Equinos	798	Cabeça
Asininos	285	Cabeça
Muares	135	Cabeça
Total	311.823	Cabeças

Fonte: IBGE- Pesquisa Agrícola Municipal (2011).

O Produto Interno Bruto (PIB) do município é de 103.027 mil reais: o setor agropecuário contribuiu com o equivalente a 12.004 mil reais; a indústria com 22.195 mil reais; e o setor de serviço teve a maior contribuição 64.109 mil reais (BRASIL, 2010). Ainda com base nos dados do censo, o Índice de Gine – comparação entre os 20% mais pobres e 20% mais ricos – é de 0,37, o que representa uma baixa concentração de renda. Contudo é perceptível a diferença de renda *per capita* entre população urbana e rural, respectivamente 193 reais e 401 reais.

Comparando com os demais municípios baianos, no ranque de alguns dados sociais, Governador Mangabeira apresenta os seguintes números: Índice do Nível de Saúde (INS) 279°, Índice do Nível de Educação (IDE) 181°, Índice dos Serviços Básicos (ISB) 260°, Índice de

Renda Média dos Chefes de Família (IRMCH) 138° e Índice de Desenvolvimento Social (IDS) 229° (BAHIA, 2010).

Quanto às questões de infraestrutura, destacamos alguns serviços básicos como o acesso abastecimento de água, ainda problemático em algumas comunidades rurais devido à falta de água tratada. Verificou-se que: 2. 755 (dois mil setecentos e cinquenta e cinco) domicílios possuem ligação pela rede geral; 2.007 (dois mil e sete) através de poços e nascentes na propriedade e 254 (duzentos e cinquenta e quatro) fora da propriedade; 229 (duzentos e vinte e nove) através do carro pipa; 98 (noventa e oito) domicílios são abastecidos com água da chuva armazenada em cisternas; 5 (cinco) com água da chuva armazenada de outras formas; 18 (dezoito) utilizam da água de açudes, rios, lagos ou igarapé; 36 (trinta e seis) enquadraram-se na categoria outras. Verificou-se também que 5.327 (cinco mil trezentos e vinte e sete) domicílios possuem acesso a energia elétrica e apenas 43 (quarenta e três) domicílios não (BRASIL, 2010).

E é nessas condições construídas historicamente a partir das relações sociais, por ações individuais e/ou coletivas dos sujeitos foi organizado o espaço social do município de Governador Mangabeira, área onde localiza-se as unidades de estudo desta pesquisa: a ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os agricultores familiares.

1.4 Métodos e técnicas de pesquisa

A construção desta pesquisa parte do entendimento do método “[...] como nosso conjunto de pressupostos e posicionamentos que direcionam as nossas escolhas, principalmente as escolhas dos procedimentos [...]” (SANTOS, 2007, p.36) Assumiu-se uma postura convergente a Demo (2009), de que um dos problemas no estudo das sociedades é apreender a realidade social do evento investigado, uma vez que nem sempre o que julgamos como real coincide completamente com a realidade. A citação abaixo elucida bem esta questão:

[...] o que consideramos real? Alguns julgam que realidade social é algo já feito, totalmente externo, e estruturado. Outros concebem-na como algo a se fazer, pois seria criativamente histórica. Outros mais tentam misturar as duas posturas:

em parte a realidade social está feita, em parte pode ser feita (DEMO, 2009, p. 16).

Na perspectiva desse autor, o método de estudo de uma determinada realidade dependerá da concepção do autor do que seria a realidade social. Sendo assim, Demo (2009) propõe pensar a realidade social como um processo histórico, ou seja, dinâmico em constantes transformações. Assim, a concepção de realidade social e dos demais conceitos que permeiam uma pesquisa é fruto do arcabouço teórico e dos valores do pesquisador que estarão presentes não apenas na escolha do problema de pesquisa, mas em todo processo de investigação, como afirmam Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999).

Nessa pesquisa, optamos pela utilização do método misto, caracterizado pela combinação dos métodos qualitativos e quantitativo no mesmo estudo (CRESWELL, 2007). Essa combinação de dados fez-se nos diversos estágios da pesquisa, como: na coleta de dados, na análise e interpretação de dados. Tal opção foi feita por partimos da perspectiva de que teremos uma descrição e /ou caracterização mais densa da unidade de análise, além disso, com o método misto, conseguiremos captar a dinâmica da realidade social considerando os dados/informações oriundos da percepção dos autores da entidade e, ao mesmo tempo, quantificar os elementos que propiciam a organização do STR.

Richardson (1999, p. 79), ressalta que “[...] o aspecto qualitativo de uma investigação pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos [...]”. Dessa forma, é opção do investigador a forma de como irá tratar os dados. Claro, tal decisão deve estar de acordo ao problema de investigação. As principais características dos métodos qualitativos, segundo Kaplan & Duchon (1988), são a imersão do pesquisador no contexto social e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa.

O pesquisador é um interpretador da realidade social, para tal “o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, 1995, p. 21). Dentre a variedade de instrumentos utilizados na pesquisa qualitativa, um dos escolhidos: a observação sistemática ou controlada, cujo objetivo é observar as relações sociais construídas pelo STR e pelos agricultores familiares.

Para essas observações selecionaram-se algumas situações específicas como: Reuniões destinadas aos agricultores familiares; reuniões com entidades que possuem ações representativas

para os agricultores familiares e/ou para o espaço rural a exemplo do EBDA, SETRAS, Banco do Nordeste (financiador da maioria dos projetos destinados aos agricultores familiares); reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), cujos encontros são realizados na sede do STR de Governador Mangabeira. Nas observações fizemos uso do diário de campo e de fotografias.

No período de observação tivemos a oportunidade de participar de cinco reuniões do sindicato, inclusive a assembleia geral de prestação de contas do ano de 2013. No geral percebemos uma participação representativa dos sindicalizados, por exemplo, na reunião de concessão do PRONAF contou com a participação de cerca de 100 pessoas e na última reunião observada (assembleia geral) um total de 420 associados comprovados em ata.

Nestas reuniões foi possível observar a simplicidade dos sindicalizados, declaradas muitas vezes na retórica pouco rebuscada; mas também a inquietude dos mesmos por informações e/ou por alternativas de melhoria das condições de vida nas comunidades rurais, situação representada principalmente pelos membros das associações rurais, bastante atuantes no STRGM.

Aplicamos também, oito (8) entrevistas semiestruturadas no ano de 2013 sendo quatro (4) diretores da comissão executiva, e o mesmo número com agricultores familiares sindicalizados, também se utilizou de uma entrevista realizada com a presidente Ane, no ano de 2012; destacamos também as conversas informais com a Secretária de Finanças e a Secretária Geral. As entrevistas foram gravadas e as falas dos participantes transcritas, propiciando assim uma maior fidelidade aos dados. Quanto à forma de análise dos dados e informações das entrevistas optamos pela análise de conteúdo, para assim analisar a ocorrência de determinados termos, construções e referências nas falas dos entrevistados acerca das unidades de pesquisa: Ações do STRGM e agricultores familiares sindicalizados ao STRGM.

O quadro 1, logo abaixo, apresenta o grupo de participantes da entrevista:

Quadro 1 – Lista dos entrevistados da pesquisa

Comissão executiva do STRGM	Agricultores familiares sindicalizados
Presidente (Ane)	Nice, 29 anos *
Vice- presidente (Antônia)	Ana, 46 anos *
Diretora da secretaria de jovens (Dete)	Gil, 52 anos *
Diretor da secretária de políticas agrícolas e agrárias e meio ambientes (Berílio)	Morena, 50 anos *

Fonte: Elaboração Própria.

*Nomes fictícios (optamos por preservar os nomes dos entrevistados).

A aplicação de entrevistas foi importante para a identificação e caracterização da ação do STRGM, assim como a coleta de depoimentos acerca das questões mais relevantes: catalogação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar; detecção das contribuições da entidade para a agricultura familiar do município de Governado Mangabeira, dentre outras questões. Também obtivemos vários dados e informações a partir de fontes documentais: atas, Estatuto Social e os relatórios de atividades.

Quanto ao aspecto quantitativo desta pesquisa foram aplicados questionários em forma de entrevista – aplicados aos agricultores familiares sindicalizados – que correspondem àqueles aplicados oralmente pelo pesquisador de acordo com Gil (1987). Para definirmos o número da amostra, utilizou-se o número de associados assíduos com a taxa sindical mensal; de acordo com informações da comissão executiva, essa população constitui uma média/mensal de 1200 contribuintes, utilizando-se como referencia os meses de março a julho de 2013.

Optou-se por esse grupo por dois motivos: primeiro, o sindicato não possui controle sob o total de sindicalizados, pois não possuem mecanismo de identificação dos associados falecidos (estimam uma média de 5.000 sindicalizados); segundo, objetivou-se analisar a ação sindical, sendo assim, a tendência era que os contribuintes assíduos tivessem mais informações a dar.

Aplicou-se a formula para amostras finitas de Gil (1987), cuja margem de erro escolhida foi de 3% e um intervalo de confiança de 95%. A equação resume-se na seguinte forma:

$$n = \frac{a^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N-1) + a^2 \cdot p \cdot q}$$

$$e^2(N-1) + a^2 \cdot p \cdot q$$

n= Tamanho da amostra =117

a²= Nível de confiança escolhidos = 95%

p= percentagem com qual o fenômeno se verifica = 24%

q= percentagem complementar (100 – p)

N= Tamanho da população = 1200

e= erro máximo permitido 3%

Logo na aplicação da amostra-teste dos questionários, detectetamos a inviabilidade da aplicação dos questionários por outros pesquisadores, pois demandaria muito tempo para treinamento (engajamento com a pesquisa). Fui responsável por aplicar os 117 questionários aos agricultores familiares (tabela 2); e foi muito produtivo para a pesquisa, uma vez que pude perceber as entrelinhas das respostas dos questionários (falas, gestos, feições). Em alguns casos os participantes, além de responderem as perguntas, falavam sobre sua história de vida.

Tabela 2 – Número de questionários aplicado aos agricultores familiares
- STRGM – Bahia – 2013

Sede do STRGM	Comunidades rurais
77 (setenta e sete)	Comunidade de lagoa da Rosa =17
	Comunidade de Mão Divina =10
	Comunidade de Quixabeira= 10
	Feira Livre do município= 3
Total = 77	Total = 40

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A amostra de pesquisa foi dividida em pontos diferentes de coletas: sede do STRGM, comunidades rurais e a feira livre do município (sede). O principal ponto foi na sede do sindicato devido à facilidade para encontrar os agricultores familiares com anuidade mensal em dias. Para obtermos opiniões em um espaço externo ao STR; aplicaram-se os questionários em algumas comunidades rurais, foram escolhidas aquelas com melhor acessibilidade de transporte. Respectivamente: Lagoa da Rosa, Mão Divina e Quixabeira.

A visita nas comunidades rurais nos permitiu também observar as unidades familiares; objetivou-se inicialmente coletar um número maior de questionários, contudo foram muitas as dificuldades para encontrar pessoas aptas a participar (localizar contribuintes assíduos/agricultores familiares). O terceiro ponto, a feira livre, onde foi possível conversar com três agricultores familiares. Apesar dos diferentes pontos de aplicação dos questionários foi perceptível a homogeneização das respostas obtidas.

Os dados obtidos pela aplicação dos questionários foram analisados a partir do programa SPSS, o que facilitou a mensuração dos dados. Utilizou-se também de dados quantitativos secundários: dados oficiais de fontes como, o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dentre outros. A partir das análises dos dados qualitativos e quantitativos conseguiu-se investigar se e/ou como a atuação do STRGM contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar organizada pelos sindicalizados ao STRGM.

1.5 Organização do trabalho

Essa dissertação foi dividida em seis capítulos, sendo o primeiro a introdução, onde se delimitou as unidades de análise (agricultura familiar e sindicalismo rural), problemas, objetivos, hipóteses e caracterização da área de estudo. No segundo capítulo, cujo título é “Sindicalismo rural: caracterização do sindicato dos trabalhadores rurais no Município de Governador Mangabeira (STRGM)”, organizou-se uma caracterização geral acerca da temática, sindicalismo rural: apresentou-se as principais categorias, síntese histórica no contexto Brasil e análise da organização estrutural e ou/social do Sindicato dos trabalhadores rurais do município de Governador Mangabeira.

No terceiro capítulo intitulado “O Sindicato dos Trabalhadores Rurais: organização social e política dos agricultores familiares”, organizou-se uma apresentação teórica sobre a linha temática agricultura familiar; e apresentou a análise parcial do perfil do agricultor familiar

sindicalizado. Além disso, também se fez a análise dos dados referentes às contribuições do STRGM na organização social e política dos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM.

O quarto capítulo, intitulado “A ação mediadora do STRGM e as políticas públicas destinadas a agricultura familiar” enfatizou-se a ação, cuja denominação aqui adotada se faz como ação mediadora. Fez-se uma reflexão acerca da importância da mediação do STR na aquisição de algumas políticas públicas destinadas aos agricultores familiares, utilizando dos dados oriundos da pesquisa de campo.

No quinto capítulo “As tipologias dos agricultores familiares sindicalizados e as formas de integração mercantil”, organizou-se as conclusões sobre a tipologia predominante da agricultura familiar a partir dos elementos: terra, trabalho e família. E a análise sobre as formas que o STRGM contribuiu para a integração mercantil dos agricultores familiares sindicalizados. E por fim, o sexto capítulo onde estão as conclusões finais desta pesquisa

A figura 2 sintetiza a organização desse trabalho:

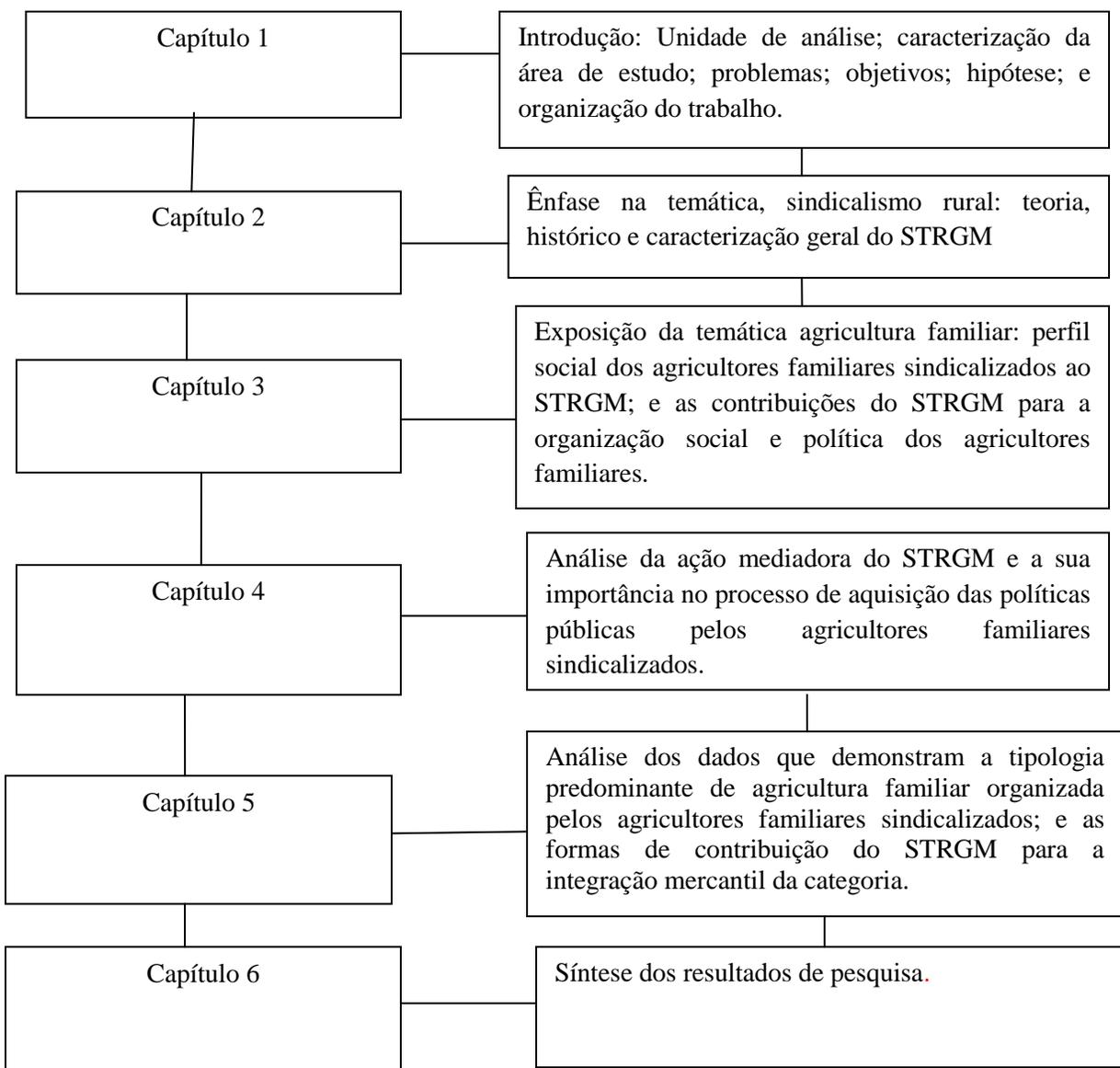


Figura 2 – Organização do trabalho

Fonte: Elaboração Própria.

2 SINDICALISMO RURAL: CARACTERIZAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA

“ (...) o sindicato ele é não apenas um órgão mas é tudo na vida do trabalhador”.(GIL)*

No Capítulo 2 fez-se uma caracterização geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira (STRGM). Foi dividido em duas partes e optou-se pela seguinte abordagem: na primeira parte fez-se uma síntese dos principais conceitos que estruturam a ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Apresentou-se também uma síntese história do sindicalismo rural no Brasil, cujo intuito foi nortear o leitor sobre a trajetória de formação e organização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Brasil.

Na segunda parte do capítulo 2, fez-se uma análise geral sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira (STRGM). Caracterizamos a estrutura organizacional da entidade enfatizando: as normas gerais (institucionais/Estado) comum a todas as entidades sindicais e a normas internas instituídas internamente por cada sindicato, algo vital para entender como as ações do STRGM são organizadas.

2.1 Categorias e conceitos balizadores para o estudo do sindicalismo rural

O sindicalismo, segundo Franck (1989), insere-se a categoria dos Movimentos Sociais Clássicos, cujos primeiros indícios de formação surgiram no século XIX e organizaram-se a partir da mobilização dos sujeitos em torno de preocupações comuns. Esses Movimentos Sociais estão organizados em respostas às circunstâncias vivenciadas por determinados grupos, como por exemplo, os primeiros movimentos operários – base dos movimentos sindicais organizados pelas

sociedades capitalistas ocidentais que reivindicavam por melhores condições de trabalho nas fábricas. Para Franck (1989), os Movimentos Sociais possuem as seguintes características:

[...] sentido de (in) justiça na mobilização individual e no poder da mobilização social no desenvolvimento de sua força social. O pertencimento individual ou a participação e motivação em toda classe de movimentos sociais possui um forte componente moral e uma preocupação defensiva com a justiça na ordem moral social mundial. Podemos dizer então que os movimentos sociais mobilizam seus membros de forma defensiva/ofensiva contra uma injustiça percebida a partir de um sentido moral compartilhado [...]. A moralidade e a justiça/injustiça, tanto no passado como no presente, foram as forças motivacionais e sustentadoras dos movimentos sociais. (IBID, 1989, p.25)

Nessa perspectiva, os Movimentos Sociais servem não apenas para lutar contra as dificuldades coletivas, mas ao fazê-lo, colabora para a formação de identidades promovendo a reafirmação do sujeito com o seu lugar. Além disso, segundo Franck (1989), os Movimentos Sociais ao promoverem a mobilização coletiva, geram poder social frente aos demais agentes locais e/ou com o Estado, possibilitando mudanças políticas.

Ao abordar sobre os Novos Movimentos Sociais, Gohn (1995) assevera que estes se contrapõem aos tradicionais Movimentos Sociais em suas práticas e objetivos. Isso porque os movimentos do passado caracterizavam-se por serem essencialmente universalizantes, cujos objetivos centravam-se no “direito a ter direito”, nas lutas de classes; atualmente a busca é o reconhecimento e autoafirmação das diferenças; por demandas e características específicas dos grupos, sendo estes movimentos identitários (GOHN, 2010). Nessa perspectiva os Movimentos Sociais:

São ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (IBID, 2010, p.44).

Outra autora de destaque sobre a discussão dos Movimentos Sociais é Ilse Scherer-Warren. Em seus textos, os movimentos são caracterizados pela associação de pessoas por um conjunto de práticas que visam um projeto de mudança social, resultante das múltiplas redes entre diversos sujeitos, órgãos e instituições (SCHERER-WARREN, 1999). Os movimentos sociais surgem pela reação dos atores sociais a contextos históricos aos quais estão inseridos e podem ocorrer de múltiplas formas:

- Denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas;
- Cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade;
- Construção de uma utopia de transformação, com criação de projetos alternativos e de propostas de mudanças. (IBID, 1999, p. 15)

Os Movimentos Sociais podem admitir simultaneamente três formas: contestadora, solidarística e propositiva (SCHERER-WARREN, 1999). Desta forma, essas ações coletivas objetivam um projeto de mudança social com uma visão sistêmica, envolvendo as dimensões: política, cultural, econômica e ambiental congregando sujeitos e associações civis. Compartilhando de tal perspectiva, acreditamos que os Movimentos Sociais são gerenciadores de uma luta social em favor de causas, contra adversidades ou agentes específicos e podem promover do assistencialismo ao desenvolvimento.

Scherer-Warren (2007), ao abordar sobre a organização dos Movimentos Sociais no Campo, aponta as principais lutas que ocorrem no interior desses grupos:

1) Por demandas materiais/emergenciais das categorias representadas pelo movimento, no geral composta pela população rural excluída das condições básica para qualidade de vida (saúde pública; educação; direito previdenciários; acesso a terra dentre outros). caracterizado pelo forte teor reivindicativo, mas também de negociação, sobretudo perante o Estado.

2) Por reconhecimento como ator legítimo, perante os movimentos e na sociedade, caracteriza-se pelo processo de organização política atingindo os seguintes níveis: as organizações de base (re) construindo a identidade do movimento; construção do movimento quanto a identidade política; reconhecimento e visibilidade do movimento na esfera pública;

3) Pelo reconhecimento de um novo projeto de sociedade, é marcado pela instabilidade uma vez que o teor político do movimento pode tornar-se bandeira de partidos políticos.

Os Movimentos Sociais no Campo segundo Grzybowski (1991) são espaços de socialização política que permitem aos trabalhadores rurais a organização coletiva contribuindo para elaboração de uma identidade social e na apreensão crítica de mundo. Contudo, o autor, assim como Scherer-Warren (2007), traz inquietações sobre os próprios limites dos movimentos sociais, cujo grande perigo é a perda dos objetivos coletivos, assim como da identidade do movimento.

Ao tratar Sobre os movimentos sociais rurais brasileiros, Ricci (2005), aponta uma característica comum às organizações rurais: a ambiguidade. Os primeiros movimentos rurais são exemplos disso: as ligas camponesas estiveram ligadas desde o início de sua formação aos partidos PCB, PTB, PST, UDN e PSB via o seu principal líder, o deputado estadual Francisco Julião; e a CONTAG, cujo primeiro presidente foi Lindolfo Silva, um alfaiate carioca comunista que desconhecia o cotidiano rural. Na contemporaneidade, as contradições também são latentes e Ricci (2005) aponta as seguintes questões

:

- a) Apesar do movimento sindical de trabalhadores rurais ser o mais vigoroso de toda estrutura sindical nacional, os movimentos sociais rurais, com raras exceções, permanecem organizados ao largo da estrutura sindical;
- b) Apesar do movimento social de luta pela terra se constituir no maior foco de resistência política e social do país, grande parte desses movimentos foram se cristalizando em organizações estruturadas e hierarquizadas, alterando paulatinamente seu ideário político e se tornando autorreferentes;
- c) Embora a quase totalidade dos movimentos sociais rurais ser oriunda das comunidades eclesiais de base ou similares, ao longo dos anos 90 as divergências de condução entre agentes pastorais e lideranças sociais rurais foram tomando corpo e volume;
- d) Não obstante os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável se consolidarem como uma das experiências de gestão participativa mais intensas e de envolvimento de comunidades do país, não conseguiram romper com a ingerência do Poder Executivo local nas suas deliberações (IBID, 2005, pp. 1-2).

Inserido a tais contradições, muitos movimentos sociais rurais, sobretudo as organizações de trabalhadores rurais e agricultores familiares, se institucionalizaram, transformando-se em

sistemas de controle e hierarquia (RICCI, 2005). Muitos desses movimentos aliaram-se aos governos criando novas ações não mais destinadas a emancipação política, e assim colocando-os em um dilema marcado pela seguinte questão: ou disputam programas marginais em detrimento de um projeto amplo de mudança ou aumentam a mobilização social frente às agendas estatais, reivindicando mudanças na sociedade como um todo (RICCI, 2005).

Das entidades dos Movimentos Sociais os sindicatos – apesar das mudanças quanto ao projeto político de base (ideais radicais ao Estado capitalista) – ainda são os principais representantes no âmbito das questões do trabalho e também frente às reivindicações por melhores condições de vida. Quanto à definição os sindicatos, são associações “de pessoas físicas e jurídicas que tem atividades econômicas ou profissionais, visando à defesa dos interesses coletivos e individuais de seus membros ou categoria.” (PRETTI, 2009, p.338)

O sindicato é um instrumento social que agrupa trabalhadores assalariados e não assalariados para a proteção dos seus interesses econômicos, profissionais, sociais e políticos (DELGADO, 2007). Já Farias (2005) é mais categórico e define sindicatos como uma associação de caráter jurídico voltada exclusivamente para defender os direitos trabalhistas e econômicos. O autor ainda adverte que essas entidades não devem se preocupar com outras atividades que não estejam relacionadas à defesa da categoria a qual representa. Crítica aos sindicatos contemporâneos, cujos mesmos aglomeram um conjunto de outras funções, além da defesa trabalhista assumindo funções como o assistencialismo e a mediação das políticas públicas.

Nas atividades agrícolas, os sindicatos atendem por dois modelos: o patronal e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. O primeiro representa aos empregadores aqueles que desenvolvem atividades agrícolas, cuja base do processo de trabalho é via relações salariais; o segundo representa os demais agricultores e assalariados rurais (CATRIM, 2009). Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais brasileiros possuem a especificidade de agrupar várias categorias: assalariados, pequenos proprietários, posseiros, pescadores, sem terra, dentre outras.

O resultado de tal diversidade, de acordo com Coletti (1998), é a complexidade de interesses dificultando a construção da unidade dos trabalhadores familiares enquanto categoria. Tal questão transparece na definição de trabalhador rural, no geral, recaindo em definições pouco abrangentes. Aspecto observado no Estatuto do Trabalhador Rural (lei nº. 4914, de 02 de março de 1963, publicada no diário oficial, de 18 de março) cujo art. 2º define: “trabalhador rural para

os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços ao empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte *in natura* e parte em dinheiro.” Seguindo a mesma lógica, Pelegrino (1999, p.49) o define como “[...] aquele que exerce atividades rurais, tais como: capinar, limpar pastos, retirar leite, cuidar do gado etc.”; ou seja, atividades estritamente ligadas às atividades agrícolas.

Definições que não se adequam à diversidade das formas sociais de trabalho organizadas no espaço rural, mesmo porque este é composto não apenas por atividades do setor primário, mas também por atividades secundárias e terciárias (VEIGA, 2001); além disso, muitos trabalhadores rurais, a exemplo dos agricultores familiares, realizam os trabalhos nas unidades produtivas rurais em tempo parcial ocupando-se em outro período de atividades não-agrícolas (pluriatividade). O quadro 2 sintetiza os conceitos que envolvem a definição e caracterização do sindicalismo rural.

Quadro 2 – Sindicalismo Rural: Síntese Teórica			
Conceito	Autor	Abordagem	Como se aplica a pesquisa
Movimentos sociais	FRANCK, André Gunder (1989)	Movimento de luta contra as dificuldades coletivas e de reafirmação da identidade local.	Delimitação do sindicato em uma categoria maior; Definição e caracterização do conceito de Movimento Social.
	GOHN, Maria da Glória (1995)	Os Novos Movimentos Sociais buscam, sobretudo, o reconhecimento e autoafirmação das diferenças, demandas e características específicas a determinados grupos, sendo estes movimentos identitários	
	SCHERER-WARREN, Ilse (1999)	Organizador de múltiplas redes sociais oriundas das reações coletivas: denúncia, cooperação e construção de uma utopia de transformação.	
Movimentos sociais rurais	GRZYBOWSKI, Candido (1991)	Espaços de socialização política que permitem aos trabalhadores rurais a organização coletiva contribuindo para elaboração de uma identidade social e na apreensão crítica de mundo	Delimitação dos STR no contexto dos Movimentos Sociais do rurais;

Movimentos sociais rurais	RICCI, Rudá (2005)	Os movimentos sociais rurais são caracterizados pela forte ambiguidade, sobretudo quanto à relação com o Estado, ora conflituosa, ora de parceria.	Definição e caracterização do conceito;
Sindicatos	PRETTI, Gleibe (2009)	Os sindicatos são instrumentos sociais que agrupam trabalhadores assalariados e não assalariados para a proteção dos seus interesses econômicos, profissionais, sociais e políticos.	Reflexão do conceito e sobre as funções dos sindicatos.
	DELGADO, Mauricio Godinho (2007)	Representação de uma categoria profissional visando tratar questões coletivas.	
	FARIAS, Márcio de Almeida (2005)	Associação de caráter jurídico voltada exclusivamente para defender os direitos trabalhistas e econômicos.	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)	(COTRIM, Décio Souza (2009).	Representantes do trabalhadores rurais (agricultores – não empregadores – e assalariados rurais)	Reflexão sobre os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;
	COLETTI, Claudinei (2008)	Agrupam uma diversidade de categorias de trabalhadores rurais dificultando a construção da unidade dos trabalhadores familiares.	
	PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. (2009, 2011)	A ação sindical é complexa e repercute espacialmente desde a produção agrícola às tomadas de decisões locais.	Reflexão sobre a função do STR como articulador dos agricultores familiares.
Trabalhador rural	ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL (ART. 2º:)	Indivíduos que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante pagamento de salário em dinheiro ou "in natura", ou parte "in natura" e parte em dinheiro	Crítica as definições de trabalhador rural, uma vez que não se adequam a multiplicidade de novas formas sociais e trabalhos rurais.
	PELEGRINO, Antenor (1999)	É aquele que exerce atividades rurais restritamente ligados as atividades agropecuárias.	

Fonte: Elaboração Própria.

Os trabalhadores rurais, como categoria, são representados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, legalmente instituído através do Estatuto do Trabalhador, o qual define os deveres dessa entidade enquanto representante dos trabalhadores rurais:

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais das classes que os integram, ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade exercida; b) celebrar convenções ou contratos coletivos de trabalho; c) eleger os representantes das classes que os integram na base territorial; d) colaborar com o Estado como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as classes representadas; e) impor contribuições a todos aqueles que integrem as classes representadas. (ESTATUTO DO TRABALHADOR, Art. 116)

Por conta da diversidade dos autores sociais que estão na categoria trabalhadores rurais e também do trajeto histórico tomado pelo movimento sindical brasileiro, os STR adquiriram outras funções. Malagodi, Bastos (2003) e Picolotto (2011) ressaltam o papel como receptores e catalisadores das necessidades dos agricultores familiares, sobretudo a partir da década de 90, quando a categoria tornou-se principal bandeira de luta do movimento sindical rural. Mesmo porque houve integração em massa dos agricultores familiares aos sindicatos rurais, seja como trabalhadores associados ou como membro da comissão executiva dos sindicatos (PICOLOTTO, 2009).

Também destacamos o papel de articulador, ou seja, a mediação da entidade entre os sindicalizados às entidades parceiras e entre algumas políticas públicas. Sobre esta questão, Heredia e Cintrão (2006) apontam que os sindicatos rurais articulam os sujeitos à conquista de direitos, a exemplo da previdência social rural e na obtenção do crédito agrícola, dessa maneira contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais através do acesso às políticas públicas. O movimento sindical rural, além de assumir ações bem antigas como a defesa dos direitos trabalhistas, outras atuações foram incorporadas como, por exemplo, a luta pelo fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

2.1.1 Sindicalismo rural no Brasil: marco histórico

O modelo vigente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Brasil foi influenciado por movimentos sociais que antecederam a formação dessas entidades, dessas manifestações

coletivas. Destacamos aqui: as Ligas camponesas, os movimentos liderados pela Igreja Católica e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

As primeiras ligas camponesas tiveram seu surgimento na década de 40 do século XX, mais especificamente no ano de 1945, atrelado aos ideais do partido Comunista do Brasil (MORAIS, 2012). Através desse movimento, o PCB tinha o objetivo de colocar no debate da esfera política nacional as reivindicações dos camponeses e trabalhadores rurais (ex: reforma agrária), cuja estratégia era a eleição de representantes do Partido nas assembleias. As ligas camponesas nesse período estavam organizadas segundo “[...] as táticas ditadas pelo Partido comunista do Brasil, que propugnavam uma política de acumulação de forças (militares e de eleitorais) [...].” (IBID, 2012,p 23)

Com a cassação do PCB em 1947, determinou-se também a proibição da organização dos camponeses e trabalhadores rurais, paralisando o movimento iniciado pelas ligas camponesas. Nos anos seguintes, em especial na década de 1950, apesar da redução no número de ligas camponesas pelos estados brasileiros, é notório o fortalecimento do protagonismo dos camponeses e trabalhadores rurais frente aos movimentos sociais, constituindo-se um período no qual “[...] os camponeses começam ensaiar sua própria ação, ainda que de maneira pouco isolada, isto é sem as profundas e necessárias ligações com os organismos de operários urbanos que lhe ajudaram a criar suas primeiras organizações.” (IBID, 2012, p 23)

Neste período as ligas camponesas organizaram os trabalhadores rurais contra a situação degradante da época. Destaque para os movimentos localizados na região Nordeste, cujos principais problemas reivindicados foram: elevação do preço dos produtos agrícolas no período pós segunda guerra mundial e expulsão dos agricultores pelos fazendeiros que desistiram do arrendamento da terra prol do plantio da cana-de-açúcar, na região da Zona da Mata; tais situações fizeram aumentar a tensão social entre agricultores e fazendeiros (ROCHA FILHO, 2005).

O resultado disso tudo foi a criação em 1954 da Sociedade de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – no engenho da Galiléia – mais tarde denominada liga camponesa da Galiléia, que reuniu 150 famílias e quase mil pessoas (COLETTI, 1998). A formação dessa associação de produtores provocou grande tensão entre os fazendeiros de Pernambuco da época inclusive o dono do engenho da Galiléia, Oscar e Arruda Brandão; o que suscitou em vários anos de disputa judicial pela desapropriação do engenho que ocorrerá em 1959 (ROCHA FILHO, 2005). Durante

esse processo, os agricultores buscaram ajuda na assembleia legislativa, encontrando apoio do então Deputado Estadual Francisco Julião, uma figura importantíssima para a difusão das ligas camponesas.

Com a desapropriação do Engenho da Galiléia, Francisco Julião se empenhou em difundir as Ligas Camponesas “[...] buscando apoio de outros políticos e de outros trabalhadores do campo” (IBID, 2005 p. 53). Segundo Rocha Filho (2005), a utilização do cordel e da imprensa regional foram fundamentais para a disseminação das Ligas Camponesas por todo o Nordeste. Porém, com a expansão do movimento social – cujo auge foi entre 1960 e 1962 – houve um enfraquecimento do mesmo, uma vez que emergiram internamente diferentes ideais, além dos conflitos externos entre os movimentos sociais do campo do período.

Neste mesmo período, de acordo com Rocha Filho (2005), os movimentos da igreja católica também atuaram fortemente no campo e irão ressurgir com vigor devido ao temor pela perda de influência entre os trabalhadores rurais para os ideais comunistas (difundidos nesse momento Partido Comunista do Brasil (PCB)) e das Ligas Camponesas. Para combater esses movimentos a igreja católica criou uma série de organizações e instituições com intuito de agregar a população rural a sua tutela, como, por exemplo, o Serviço de Assistência Rural (SAR) em 1949, “[...] criada com o objetivo de prestar assistência social às populações mais pobres do meio rural [...]” (IBID, 2005, p. 61)

Segundo Jesus (2011), o interesse da igreja católica pelos problemas rurais irá culminar numa forte campanha da igreja pela sindicalização dos trabalhadores rurais, mesmo porque a criação de STR foi uma das formas encontrada para mantê-los no poder. Quanto a essa questão, o autor descreve que:

A igreja vai ser responsável pela abertura de vários Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) em todo o Brasil, mas nesse momento o protagonismo é da ULTAB que já havia se estendido por todo território nacional e já havia fundado inúmeras Uniões de Lavradores nos Estados da Federação. As Ligas nesse momento viviam um embate interno que as afastaram desse processo. (JESUS, 2011, p. 71)

O partido comunista encontrou na criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1955, um meio de se manter frente ao poder no espaço rural. Esse movimento, conforme Jesus (2011), foi imposto pelo PCB, caracterizando por ser um movimento verticalizado, ou seja, a categoria dos trabalhadores rurais não tinha autonomia nas decisões cabendo poder central aos coordenadores representante do PCB.

De acordo a Morais (2002 *apud* Jesus, 2005, p. 39), o movimento terá como característica principal a luta por reivindicações e interesses econômicos dos trabalhadores rurais, ao contrário das Ligas camponesas que tinham como objetivo despertar a consciência política dos camponeses para que eles próprios pudessem decidir seus destinos. A ULTAB foi o ressurgimento do movimento iniciado pelo partido Comunista do Brasil no período de 1945-1947, marcado pelo objetivo de reunir filiados e principalmente eleitores, objetivos conquistados; em 1962 era dez vezes maior que o número das Ligas Camponesas.

Na década de 1960 o campo brasileiro foi marcado por uma forte cisão dos movimentos sociais, protagonizado pelo conflito entre: Igreja Católica, PCB e Ligas Camponesas. Diante de tal situação, o Estado paralisa o processo de revolução dos trabalhadores e institucionaliza os sindicatos oficiais no espaço rural por meio da Portarias 209-A, de 25 de junho de 1962 e 355-A, de 20 de novembro de 1962. Com isso, tornando aos poucos as entidades dos trabalhadores rurais em sindicatos fortemente atrelados ao Estado, admitindo algumas características que ainda penduram no sindicalismo rural brasileiro:

[...] forte tutela exercida pelo Estado frente às organizações sindicais (não somente as rurais, mas o sindicalismo em geral). Tal tutela foi estabelecida inicialmente pela chamada investidura sindical, que significava a necessidade de reconhecimento prévio do sindicato pelo Estado, o qual ocorria através de uma Carta Sindical. Ou seja, era o Estado que outorgava às entidades sindicais a representatividade de um determinado segmento de trabalhadores e o poder de negociação com os órgãos patronais. [...] A segunda característica desse sindicalismo era a unicidade sindical, o que significava que só poderia haver uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial. Por fim, a terceira característica referia-se às contribuições sindicais obrigatórias estabelecidas por lei – imposto sindical e taxa assistencial. (PICOLOTTO, 2011, p. 70)

Neste processo de legalização dos sindicatos rurais, a UTLAB terá forte papel na expansão dos sindicatos rurais devido a “[...] grande organização estruturada em todos os Estados, organizava facilmente sindicatos de assalariados agrícolas, ao mesmo tempo em que transformava as centenas de uniões de trabalhadores agrícolas em sindicatos de trabalhadores autônomos” (MORAIS, 2012, p. 59). Os movimentos da igreja católica será outra frente em prol da sindicalização rural, e também as Ligas Camponesas. Nesse período já em processo de diluição, devido a lutas internas, não tendo “condições de fundar mais de meia dezena de sindicato.” (IBID, 2012, p.60)

Com a legalização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, em 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Resultado da luta dos trabalhadores rurais e foi organizada com o objetivo de unificar o movimento sindicalista rural no Brasil (JESUS, 2011). No entanto, no período do regime militar que se iniciou em 1964, de acordo com Coletti (1998), a entidade de representação nacional dos trabalhadores rurais foi cooptada pelo Governo.

Para isso foram criados mecanismos como: seleção dos dirigentes sindicais privilegiando os líderes conservadores da igreja e banindo àqueles considerados não-confiáveis ao regime; a criação da “lei de greve” (Lei nº 4. 330/64) que estabelecia diretrizes para uma greve legal, cujo único objetivo era impedir manifestações grevistas. E:

[...] o mecanismo mais perverso utilizado pelo regime ditatorial militar para destruir qualquer possibilidade dos sindicatos oficiais rurais converterem-se, durante os anos 70, em instrumentos de organização e luta dos trabalhadores, foi a instituição do Programa de Assistência do Trabalhador Rural (Prorural), mais conhecido como Funrural. (COLETTI, p. 69, 1998).

Criado com o Estatuto do Trabalhador em 1963, o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural) foi instituído com a finalidade de repassar aos trabalhadores rurais alguns benefícios: aposentadoria por velhice ou invalidez, assistência médica, auxílio doenças dentre outros (COLETTI, 1998), ações assistencialistas. Contudo, segundo Coletti (1998) e Silva (2008), o objetivo central do programa foi a desestruturação do sindicalismo rural, desviando as ações sindicais daquele período com a delegação de novas funções em consonância

ao poder estatal. Ao implantar o assistencialismo dentro dos sindicatos rurais, funções primordiais que cabiam aos sindicatos rurais foram deixadas de lado como a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e a reforma agrária.

Na década de 80 do século XX, o sindicalismo brasileiro passou por um movimento antiassistencialismo e antiatrelamento ao Estado, o denominado novo sindicalismo. Conforme Silva (2008), este período é marcado pela negação as práticas sindicais iniciadas anteriormente ao período militar, e o ponto central dessa organização foi a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em agosto de 1983.

No período que antecedeu o novo sindicalismo, o espaço rural brasileiro foi assolado por grandes transformações como a modernização agrícola, potencializando a concentração de terra e renda, além da geração de novas formas de trabalho, a exemplo do trabalho temporário, contribuindo para a negligência com os direitos trabalhistas assim como a superexploração dos trabalhadores rurais (SILVA, 2008). O autor ressalta também fatores como os conflitos por terras e a insatisfação com o posicionamento da CONTAG que defendia o Estatuto da Terra, fatos que colaboraram para a formação de um sindicalismo rural renovado de orientação mais combativa.

Neste período tem-se a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em 1984, surgido a partir das lutas e resistências de movimentos pretéritos (como por exemplo, as Ligas Camponesas); e levantou também a então bandeira dos sindicatos rurais a reforma agrária (FERNANDES, 2008). No final da década de 80, com o crescimento do setor agroindustrial e a difusão do neoliberalismo no Brasil – período marcado pelo forte desemprego estrutural – houve uma regressão do novo sindicalismo.

Nesse período, o sindicalismo brasileiro “[...] indica um abandono das práticas combativas do movimento sindical, traçando por sua vez, estratégias voltadas para um sindicalismo de realismo defensivo [...]” (SILVA, 2008, p. 71) Ou seja, o retorno das práticas anteriores ao novo sindicalismo pautadas no assistencialismo e no atrelamento ao Estado num abandono às orientações radicais em relação ao capital. As lideranças sindicais operárias e/ou camponesas assumiram a função de gerenciadores e executores das ações burocráticas do Estado, como, por exemplo, as ações relacionadas à previdência e na execução de algumas políticas públicas.

Nessa década, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, a questão agrária do Brasil envolve um forte conflito: agronegócio versus agricultura camponesa. Assim:

O latifúndio deixou de ser o principal problema para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Agora, o agronegócio com toda sua potencialidade tornara-se um dos principais desafios para a luta pela terra e para a reforma agrária. Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Foi uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio (FERNANDES, 2008, p. 49).

Além da concentração de terra os agricultores familiares tinham mais um problema a impedir o desenvolvimento da categoria, o agronegócio, tão incentivado no Governo de Fernando Henrique Cardoso. E foi nesse período (1990) que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais assumem a bandeira de luta pelo fortalecimento da agricultura familiar; acreditavam ser uma estratégia para realização da reforma agrária além da construção de um novo modelo de desenvolvimento pautado em princípios como: equidade social, eficiência econômica e sustentabilidade (SAUER, 1999).

Nos Governos do Partido dos Trabalhadores (PT), sob a presidência de Luiz Inácio da Silva a agricultura familiar foi a prioridade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Lula manteve uma relação amistosa com os movimentos sociais rurais, sobretudo o MST e a CONTAG, inclusive algumas lideranças integraram o governo. Além disso, manteve convênios com entidades ligadas aos movimentos camponeses entre estes os Sindicatos do Trabalhadores Rurais (PICOLOTTO, 2009a).

Nos Governos tanto de Lula quanto de Dilma Rousseff, a questão agrária do país prevaleceu da seguinte forma: latifúndio voltado para a agricultura de exportação (agronegócio) versus trabalhadores rurais e/ou sem-terra principais responsáveis pela produção agrícola voltada para o chamado mercado interno. O que demonstra que a lógica central dos Governos petistas não rompeu com a hegemonia do capital financeiro, mantendo ações de favorecimento a agroexportação e ao crédito ao grande produtor. O posicionamento político do sindicalismo rural

quanto a esta questão sofreu uma regressão gerando um posicionamento antirruptura com as estruturas burguesas do Estado.

É notório que os sindicatos rurais adquiriram outra postura diferente das bases históricas do sindicalismo, de enfrentamento e ruptura com o capital/Estado. Mas, continuam assumir o papel de agente organizador do espaço rural, assim colaborando para uma melhor convivência dos agricultores familiares – sobretudo os camponeses – com a sociedade externa altamente capitalizada.

2.2 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira: estrutura organizacional

A estruturação da ação sindical se faz por elementos históricos, que pode ser muito bem representado pelas normas instituídas pelo Estado (normas externas); e aquelas organizadas no interior de cada sindicato, organizadas pelas particularidades locais e principalmente pela dinâmica social da entidade cuja atividade envolve comissão executiva, sindicalizados e os parceiros.

O Sindicato dos trabalhadores rurais de Governador foi criado em 20 de dezembro de 1987, período de marcos importante para o sindicalismo brasileiro, como o chamado “novo sindicalismo”, criação da CUT e a CONTAG. De acordo com o estatuto vigente do STRGM (criado a partir da junção de normas externas e internas), a entidade tem por objetivo e finalidade central, a representação e defesa dos direitos dos trabalhadores rurais no território do município de Governador Mangabeira em questões jurídicas e administrativas. No estatuto social o STR é definido como:

[...] entidade sindical de primeiro grau, pessoa jurídica de direito privado, associação sem fins lucrativos, de duração por prazo indeterminado, número ilimitado de sócios, os quais não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela entidade, abrangendo os membros da categoria independente das suas convicções políticas, filosóficas, partidárias ou religiosas e sem discriminação de cor, raça onde gênero [...]. [...] e constituído para defesa, coordenação e estudo dos interesses profissionais, individuais e coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais [...]. (Estatuto, 2009, p. 2)

Explicitamente a definição caracteriza o STRGM como entidade apolítica partidária, o que teoricamente promove uma autonomia da entidade perante o espaço político local. Contudo, sabe-se que nem sempre essa autonomia é exercida, sendo muitas vezes tais entidades utilizadas como instrumentos de promoção política. Fato que ocorre não apenas com os sindicatos, mas também com outras entidades dos movimentos sociais, como as chamadas “associações de papéis”: “[...] entidades utilizadas por algum representante ou grupo político para conseguir algum benefício e entregar à população como se fosse mérito seu.” (SANTOS, 2007, p. 260) Por isso a fiscalização por parte dos associados é fundamental para a detecção de tal banalidade.

Podem se sindicalizar no STRGM todos os trabalhadores rurais:

[...] assalariados e não assalariadas rurais empregados permanentes, safristas, e eventuais, criação de animais, sivicultura e extrativismo rural, hortifruticultura, e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros. Assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas (Estatuto, 2009, p.2).

A definição de trabalhador rural no Estatuto social vigente do STRGM, citada acima, demonstra a diversidade dos atores sociais que podem ser associados ao STR. Desta forma essas entidades devem pautar-se num embasamento ético muito forte, já que estão em discussão os interesses de diversos sindicalizados. Sobre esta questão, Colletti (1998) afirma que um dos problemas do sindicalismo rural brasileiro é a inclusão de pequenos produtores e assalariados rurais a uma mesma entidade sindical; justifica que apesar dos pequenos produtores serem também trabalhadores rurais são empregadores rurais. Sendo assim, realidades socioeconômicas e produtivas diferentes, – tendências a terem interesses antagônicos – representada numa mesma entidade sindical.

Ainda no Estatuto Social identificamos os compromissos da entidade, um vasto número de vertentes: desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar, trabalho rural assalariado, previdência social, saúde, educação, meio-ambiente, assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, gênero, raça, etnia, esporte, cultura, lazer, formação e comunicação sindical, dentre

outros; um trabalho complexo que requer de pessoas capacitadas e engajadas ao movimento sindical.

Mas a principal vertente de trabalho do STRGM é ressaltada na fala da presidente da entidade:

[ênfase e entusiasmo] Fortalecimento da agricultura familiar! E como é que o sindicato pode fazer para fortalecer a agricultura familiar? [...] se a gente não conseguir fortalecer a agricultura familiar a gente não vai conseguir manter no sindicato o jovem! A gente não vai ter a mulher, a mulher nem o homem do campo! e se eles não plantam como é que a cidade vai comer?[...] mas para fazer isso a gente precisa de apoio. (Ane, Presidente do STRGM, 2013)

Nas últimas décadas o sindicalismo rural aderiu à bandeira de luta pelo fortalecimento da agricultura familiar, uma causa que ganhou força no STRGM devido ao fato que os associados são majoritariamente agricultores familiares, àqueles que têm como principais características: “[...] mão de obra dos membros da família para o trabalho nas lavouras e cuja propriedade é a principal fonte de renda, associando a tríade “família-produção-trabalho.” (WANDERLEY, 1999)

Sejam agricultores familiares ou não, os sindicalizados possuem direitos e deveres a cumprir com o STRGM. Dos direitos além da participação e voto nas assembleias e utilização de serviços oferecidos pelo sindicato. Dos deveres, destacamos a contribuição sindical mensal, uma vez que essa é a base das finanças dos sindicatos. Porque “O sindicato não tem recurso Federal, do Estado, ou municipal; então agente vive praticamente apenas com a contribuição dos associados [...]” (Secretária de Finanças, 2013) Contribuição esta que corresponde a uma das normas gerais que regulamenta a ação sindical, institucionalizada pelo Estado através do Decreto-Lei 1.166/71 com a redação dada pelo art. 5º da Lei 9.701/1998, onde estabelece:

a) Contribuição social: Correspondem às contribuições dos associados. O valor dessa contribuição é estabelecido em assembléia e só pode ser modificado pela mesma; no STR de Governador Mangabeira é paga mensalmente.

b) Contribuição sindical: é anual, paga por todos àqueles que fazem parte da categoria trabalhador rural, sendo descontado no lançamento do ITR (Imposto Territorial Rural).

c) Contribuição confederativa: paga por todos membros da categoria sindicalizados ou não, desde que seja aprovado em assembleia geral do sindicato. Esse dinheiro que é distribuído para o sindicato (60%), Federação (15%), Confederação (5%) e o fundo de Implantação do sistema (20%).

Além das normas gerais (externas) são instituídas no dia a dia dos membros da entidade normas internas. Por exemplo: a assiduidade nas mensalidades acaba sendo um dos principais requisitos para a concessão de alguns benefícios assistencialistas, como o descontos em consulta médica, acesso a advogados, dentre outros.

A preferência com certeza é para quem tá em dia com o sindicato... Mas com certeza o sindicato defende a todos trabalhadores rurais! Quando vamos para um conselho, congresso, seminário ele vai representando todo mundo; independente se ele está associado ou não! Mas, quando se tem algum benefício interno, a gente precisa ter critérios [pausa]. Se não termos o recurso financeiro para ter a potência para está representando-os, porque tudo isso gera gastos (Ane, Presidente do STRGM, 2012)

Porém, diante de algumas atividades, o STR não pode negar conceder serviço independente do associado está em dia com as contribuições ou não; como exemplo, resolução de questões trabalhistas e a emissão da DAP, isso porque as normas instituídas internamente pelos sindicatos não podem ultrapassar as normas gerais que balizam todos os sindicatos rurais.

As atividades internas são organizadas pelos diretores responsáveis das secretárias. Segundo o Estatuto social (2009); a diretoria é composta por dez cargos executivos como o /a presidente, vice-presidente e os diretores(as) da: Secretaria Geral; Secretaria de Mulheres; Secretaria de Finanças; Secretaria da Terceira Idade; Secretaria de Jovens e Adolescentes; Secretaria de Políticas Agrícolas, Agrárias e Meio Ambiente; Secretaria de Assalariados Rurais; Secretaria de Políticas Sociais, Formação e Organização Sindical (figura3).

As secretarias são compostas por dez diretores titulares, tendo este igual número de suplentes, não incluso o conselho fiscal (que são mais dois diretores) – cuja função é fiscalizar o

trabalho da comissão executiva –, a comissão executiva é escolhida através do voto direto dos associados. A figura abaixo elucida a estrutura administrativa do STRGM:

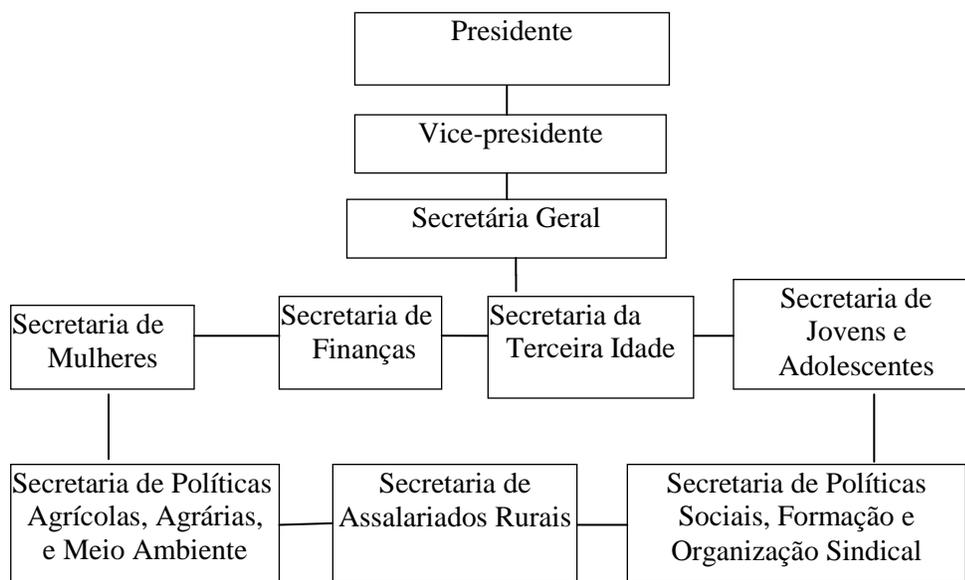


Figura 3 - Estrutura administrativa do STRGM - 2013

Fonte: elaboração Própria.

A Secretária Geral, segundo o Estatuto Social da entidade, tem dentre suas funções, substituir a presidência em caso de impedimentos do presidente e do vice-presidente. Compõe atividades como secretariar e lavrar atas de reuniões e assembleias, assim como responder pelos arquivos de documentos da entidade, além de cumprir o papel de intermediar todas as outras comissões executivas, a exemplo da Secretaria de Finanças que possui como uma de suas funções, guardar os bens e valores do sindicato, efetuar os pagamentos e recebimentos

A Secretaria de Mulheres organiza atividades destinadas às trabalhadoras rurais, com enfoque na educação, saúde e trabalho. A Secretaria de Jovens e Adolescentes desempenha atividades de promoção a integração da juventude rural. A Secretaria de Políticas Agrícola, Agrária e Meio Ambiente é responsável pela elaboração e implementação dos projetos produtivos e das ações destinadas ao meio ambiente. A Secretaria de Políticas Sociais possui atribuições como coordenar e orientar os trabalhadores sobre as questões relacionadas à educação e saúde.

A Secretaria dos Assalariados Rurais coordena atividades como negociação e fiscalização do cumprimento das convenções coletivas de trabalho. E, por fim, a Secretaria da Terceira Idade que administra as questões referentes à previdência social, assim como a elaboração e a execução de projetos de interesses dos trabalhadores rurais da terceira idade.

Através da organização dos membros da comissão executiva em consonância dos sindicalizados e as entidades parceiras, são elaboradas e operacionalizadas as ações do STRGM. Dentre estas ações, estão as que propiciam a organização social e política dos agricultores familiares, algo importantíssimo, pois permite transformações internas nos arranjos territoriais e/ou sociais das unidades familiares e conseqüentemente nas comunidades rurais como um todo.

3 O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

“Desde quando eu sou uma trabalhadora rural, e sei meus direitos, nada melhor do que procurar um órgão para amanhã ou depois você tiver precisando [...]. Mas não é só questão de precisão, mas também o fato de você procurar uma proteção, você ter alguém pra auxiliar a qualquer momento, para você tirar suas dúvidas!”(MORENA)*

No capítulo 3 apresentou-se a análise das contribuições do STRGM para a organização social e produtiva dos agricultores familiares. Para isso organizou-se a seguinte linha didática: na primeira parte apresentou-se os principais teóricos sobre o tema, agricultura familiar, desde a teoria do campesinato a partir dos estudos de Alexander V. Chayanov e Henri Mendras às concepções contemporâneas de agricultura familiar utilizando-se de autores como: Hugues Lamarche, Maria N. B. Wanderley, Ricardo Abromovay, Sergio Schneider e Nilson Wesheimer.

Ainda na primeira parte do capítulo 3, organizou-se uma caracterização parcial sobre o perfil do agricultor familiar sindicalizado ao STRGM; objetivou-se munir o leitor com algumas particularidades do perfil social dos sujeitos beneficiários das ações do STRGM. E, por fim, na segunda parte desse capítulo fez-se uma análise, cujo resultado responde se a ação do STRGM organiza socialmente e politicamente os agricultores familiares. Para isso apresentou-se as análises dos dados quantitativos e qualitativos, oriundos da pesquisa de campo.

3.1 Pressupostos teóricos das categorias: campesinato e agricultura familiar

Na discussão sobre campesinato, Chayanov (1981), defende a perspectiva que os camponeses não podem ser entendidos na lógica economicista, através da teoria do valor, afinal, o trabalho da família é condição básica para obtenção de recursos para um camponês. Os estudos desse autor centravam na chamada “Unidade Econômica Camponesa” que é formada por processos internos que se reproduzem na família, formada por relações sociais onde não existe o

fenômeno social dos salários e por conta disso não se adéqua ao modelo capitalista, cujo objetivo central é o lucro.

Na exploração agrícola, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salário, impor-se a esta estrutura o lucro líquido, a renda e juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (CHAYONOV, 1981, p. 138).

O trabalho familiar de uma unidade de produção camponesa caracteriza-se por ser fundamentalmente de ordem doméstica, cujo objetivo central é a satisfação das necessidades do grupo, ou melhor, propiciar a reprodução da família e não a geração do lucro. Contudo, sabemos que os camponeses estão inseridos no modo de produção capitalista, porém com menor grau de integração; e apesar da sua organização econômica divergir da lógica capitalista, as unidades camponesas “não pode ser pensada como sendo algo residual, um anacronismo em meio ao desenvolvimento capitalista que necessariamente ruma para dissolução” (WEISHEIMER, 2004, p. 60); mas sim, de acordo com Chayanov (1981), o campesinato corresponde a um fenômeno social criado pelas necessidades dos sujeitos para a sua existência.

Chayanov (1981) trouxe também em sua análise do campesinato, a ideia de “balanço entre a capacidade de trabalho e a necessidade de consumo”, ou seja, o equilíbrio entre exploração do tempo de trabalho e consumo; para isso, os camponeses buscam o “grau ótimo de exploração” que pode ser elucidado da seguinte forma: se há um excedente da produção familiar, o equilíbrio se restabelece mediante uma redução do desgaste de energia pelos membros trabalhadores da família.

[...] cada acréscimo de produtividade do trabalho tem como consequência a obtenção da mesma quantidade de produtos com menos trabalho. Isto permite à unidade econômica aumentar sua produção e satisfazer plenamente a demanda familiar. Por outro lado, numa economia familiar onerada por membros incapazes de trabalhar aumenta a importância de cada rublo de renda bruta para

o consumo. Isto faz com que aumente a autoexploração da mão de obra, de modo que o nível de vida da família, ameaçado pela maior demanda mantenha-se de certa maneira igual. (CHAYANOV, 1981, p. 139)

Para o autor, a composição demográfica possui suma importância para a reprodução da unidade camponesa e é as variações na força de trabalho disponível em cada grupo doméstico que determinarão o acesso à terra, uma vez que os meios de produção dos camponeses advêm do trabalho familiar. Ao longo de sua história, a família atravessa um processo de diferenciação do grupo quanto ao número de produtores e/ou consumidores; desta forma, há sempre modificações no nível da capacidade produtiva e o de consumidores.

Nessa discussão sobre o campesinato, Henri Mendras partiu da ideia de “sociedades camponesas”. Seu estudo busca contemplar a totalidade de eventos que compõem as relações camponesas, ao contrário do que propôs Chayanov (1981) uma vez que propôs um estudo dos camponeses a partir das relações externas à família. Conforme o autor, os camponeses estão integrados parcialmente à sociedade global e por conta disso possuem uma relativa autonomia frente à mesma, e isso reflete numa relativa independência à lógica do mercado.

Esses grupos possuem um modo de vida particular organizados por códigos sociais específicos que coordenam as relações sociais. De acordo com Mendras (1978), o interconhecimento constitui uma das características centrais do campesinato, caso que pode ser elucidado pelas relações travadas com os intermediários para comercialização da produção familiar; organizadas para além da simples troca comercial, mas incluindo relações de confiança muitas vezes formadas – posterior as trocas comerciais – por relações de amizade e/ou parentesco.

Em suas análises sobre as sociedades camponesas, Mendras (1978) destaca o fim desse grupo. O autor acredita que o camponês é envolvido pelas regras capitalistas que o transforma em agricultor familiar que não mais possuem autonomia alimentar muito menos frente ao mercado. Assim, apesar de terem ideias diferentes acerca do campesinato, podemos apontar pontos de convergência entre Chayanov (1981) e Mendras (1978) e caracterizar a agricultura camponesa da seguinte forma:

- 1) A base da produção agropecuária é majoritariamente familiar;
- 2) Objetivo principal é suprir as necessidades do grupo familiar;

3) Relações sociais marcadas por hábitos culturais específicos.

Quanto à discussão sobre agricultura familiar, destacamos alguns trabalhos como o de Lamarche (1998) e Wanderley (1999). Na visão desses autores, todo camponês é um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é um camponês. Por conta disso o primeiro autor utiliza um esquema analítico com quatro modelos teóricos para explicar as formas de produção agrícola que se materializam no cenário internacional: agricultura camponesa ou de subsistência, agricultura familiar moderna, agricultura empresarial e empresa familiar. Aqui nos interessa os dois primeiros modelos, o tipo camponês já discutido aqui, cabendo melhor elucidação da agricultura familiar moderna.

Para os dois autores, a agricultura familiar moderna permeia nas antípodas da agricultura campesina e da agricultura empresarial, ou seja, formada pela mescla desses dois modelos; funciona em sua essência como um estabelecimento do tipo camponês, porém, com mais técnicas de produção agrícola e com um número maior de necessidades a serem supridas. Este modelo pode ser caracterizado por ser menos intensiva e financeiramente pouco comprometida; trabalho baseado na mão de obra familiar, mas com inserção de mão obra externa, geralmente temporária; relativa independência quanto ao mercado, o que lhe garante maior instabilidade em comparação as formas de produção totalmente capitalizadas; muito ligados à noção de patrimônio, uma vez que possuem fortes traços de subjetividade.

Para Lamarche (1998) e Wanderley (1999), as formas sociais de produção das unidades agrícolas irão variar no cenário internacional, assim como em escalas menores, isso devido às condições socioeconômicas, políticas e culturais. Convergindo a tais ideias, Wanderley (1999) aponta que o agricultor familiar brasileiro, mesmo àquele inserido ao mercado, guarda muitos de seus traços camponeses, isso devido à frágil modernização da agricultura brasileira, sendo ainda o trabalho, a terra e a família uma das poucas formas de reprodução desses grupos.

Seguindo um caminho um pouco diferente da perspectiva de Lamarche (1998) e Wanderley (1999), Ricardo Abromovay, no livro *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* (1998), traz um esclarecimento ao objeto sociológico, agricultura familiar. Para o autor, a agricultura camponesa e agricultura moderna são antíteses. Nessa perspectiva, o modo de produção camponesa é incompatível ao sistema capitalista; sendo assim, um fato irrevogável à

dissolução do campesinato, ou seja, os vínculos sociais e a própria organização das unidades de produção vão perdendo espaço para relações mercantis.

A agricultura familiar segundo Abromovay (1998) constitui uma forma de trabalho social cuja base é a “empresa familiar”, sendo a agricultura do presente, enquanto a agricultura do tipo camponesa proposta por Chayanov (1981) uma forma social do passado, incongruente à lógica do sistema então dominante, o capitalismo. Para o autor, a agricultura familiar seria composta pelos agricultores adaptados às novas exigências do mercado, o que é resultado da própria ação do Estado, sendo os pequenos produtores os autores da agricultura familiar moderna.

A agricultura familiar moderna corresponde a um sistema agropecuário que demonstra superioridade diante da agricultura patronal, uma vez que apresenta melhores condições para os sujeitos: sociais, econômicas e ambientais; isso porque a agricultura familiar de base “empresa familiar” propicia uma maior democracia entre os membros, eficiência e ao mesmo tempo sustentabilidade causando menor impacto ao meio ambiente (ABROMOVAY, 1988).

Outro autor brasileiro que colaborou para a caracterização dos agricultores familiares é Sergio Schneider. Trouxe algumas contribuições sobre as transformações das unidades produtivas familiares sob o sistema capitalista, e destaca que alguns agricultores familiares persistem nas formas familiares de trabalho e de produção no interior do capitalismo, pois:

A dinâmica socioeconômica destas formas sociais no meio rural configura-se como uma projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho que existem e se reproduzem nos marcos de uma sociedade mais ampla onde imperam as relações sociais de caráter capitalista. O modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições heterogêneas e muito particulares. É bem verdade que em alguns casos históricos, as formas sociais identificadas com o trabalho familiar acabaram sucumbindo e foram absorvidas pelo próprio capitalismo. Em outros contextos, entretanto, a presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pôde desenvolver relações estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes como é o caso, só para dar um exemplo, da integração dos agricultores familiares às empresas agroindustriais que operam no regime de integração. Em várias situações e contextos, as unidades familiares subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições. (SCHNEIDER, 2006, p. 4)

Para o autor, a persistência da agricultura familiar dentro das formas sociais e econômicas capitalistas apresenta três elementos básicos: o primeiro, corresponde à forma de uso do trabalho; para o autor, o trabalho dos membros da família é à base da organização produtiva, Schneider (2003) identifica que 78,4% dos membros das unidades familiares pesquisadas no Sul do Brasil fazem de alguma forma os trabalhos da propriedade. Ou seja, apesar dos membros da família realizarem atividades fora das unidades produtivas, também desenvolvem atividades rurais na propriedade familiar, por isso que a renda da produção agrícola continua indivisível e orientada para realizar demandas coletivas.

Apesar de concordar com a abordagem de Chayonov quanto à indivisibilidade entre trabalho e produção, o autor amplia a discussão e inverte a ideia de crescimento demográfico da família como pressuposto para o crescimento da produtividade. Schneider (2003) demonstra que no caso das famílias pluriativas a tendência é diminuir a produtividade quando os membros da família atingem idade para assumirem trabalhos na propriedade, pois, é o período em que irão se dedicar às atividades fora da propriedade familiar.

O segundo elemento “[...] refere-se aos obstáculos oferecidos pela natureza, que impedem uma eventual correspondência, em essência, entre a atividade produtiva agrícola e industrial” (SCHNEIDER, 2006, p.5). De acordo com o autor, os fenômenos naturais apesar dos grandes avanços tecnológicos na agricultura ainda continuam a influenciar incisivamente na produção agrícola, limitando o desenvolvimento da economia em escala na agricultura, sendo assim os elementos naturais clima, solo, relevo, dentre outros fatores, que dificultam a adequação da produção agrícola aos moldes capitalistas.

O terceiro elemento destacado por Schneider (2003; 2006) refere-se à interpretação dos ambientes que exercem influência exterior às unidades familiares de produção. Esses ambientes correspondem aos agentes externos que influenciam as decisões individuais e familiares, a exemplo do Estado e as organizações não governamentais (ONGs). A interrelação entre os agricultores familiares com o ambiente social e econômico pode acontecer de diversas formas inclusive através das políticas públicas.

E como elemento regulador desses três elementos, de acordo com Schneider (2003; 2006), é as relações de parentesco e herança na unidade familiar, uma vez que é no interior da família que são identificadas as respostas para a persistência das formas de produção familiar ou a

dissolução de outras, sendo as decisões pelo grupo doméstico fundamentais para o destino das unidades familiares. Contudo, o autor destaca que para definir agricultura familiar na atual conjuntura do capitalismo é preciso levar em conta a sua multidimensionalidade, ou seja, a integração do trabalho agrícola e o não agrícola (pluriatividade), fatos que compõem o conjunto de decisões familiares que contribuem para sobrevivência e permanência dos grupos domésticos nas formas sociais e econômicas mercantis.

O processo de trabalho organizado pelos agricultores familiares no contexto da sociedade capitalistas é singular, pois tem como resultado a produção simples de mercadorias e não da mais valia (WEISHEIMER, 2009). Karl Marx o processo de trabalho:

É atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1985, Tomo I, p. 153)

Assinala que é a partir do trabalho que o homem produz a própria vida material, superando os limites da natureza e produzindo a si humanamente, diferenciando-se dos animais. O processo de trabalho é formado pela interrelação das forças produtivas e das relações sociais de produção; o primeiro corresponde aos meios necessários à produção: trabalhadores meios de produção e instrumentos de trabalho. O segundo refere-se ao conjunto de funções desempenhadas pelos indivíduos e/ou grupos no processo de trabalho.

Com base nas ideias de Kark Marx, Weisheimer (2009) trouxe à discussão de agricultura familiar a introdução do conceito de processo de trabalho familiar agrícola. Este que, segundo o autor, não é apenas um meio de sanar as necessidades biológicas dos indivíduos, mas, sim, fator primordial na reprodução da vida social. De acordo com o autor, o processo de trabalho familiar agrícola no contexto das sociedades capitalistas é caracterizado da seguinte forma:

1. Encontra-se subordinado ao modo de produção capitalista devido ao avanço das relações entre os agentes externos e as unidades familiares; inserindo-os parcialmente nas relações mercantis como “produtores simples de mercadorias.”

2. Relação de trabalho com base na reciprocidade (das obrigações familiares) e não pelo assalariamento, sendo assim as atividades produtivas não são pautadas por relações salariais, mas predominantemente na ajuda mútua, algo corriqueiro nas propriedades familiares, mesmo porque o processo de trabalho familiar é organizado através de redes sociais muito próximas, marcadamente pelos laços de parentesco, mas também por redes de amizade e vizinhança.

3. Ao contrário do processo de trabalho capitalista cujo objetivo central é a criação da mais-valia, as unidades familiares prezam a reprodução social da família, seja na concepção biológica como também geracional (ciclo curto; ciclo longo).

4. A mão de obra familiar é a principal força produtiva das unidades familiares sendo as variações na produção condicionada pela composição e ciclo demográfico da família. O êxodo rural, sobretudo dos jovens, é um dos grandes impasses à reprodução e perpetuação do trabalho familiar (“saber agrícola”) e conseqüentemente a produção social da família.

5. Estabelece formas de divisão do trabalho por gênero culturalmente determinados, inconscientemente às gerações; cuja figura do homem (pai, marido) é o responsável e/ou chefe da produção. Tal fato repercute na organização (por gênero) das funções no espaço social das agricultoras familiares, assim como da concepção de trabalho e ajuda.

6. É o meio de transmissão do saber agrícola de geração a geração; assim como do modo de vida singular dos agricultores familiares.

A discussão sobre campesinato e agricultura familiar foi sintetizada no quadro 3, o mesmo também explicita como aplicou-se tais conceitos à pesquisa.

Quadro 3 – Do Campesinato a Agricultura Familiar: Síntese Teórica

Conceito	Autor	Abordagem	Como se aplica a pesquisa
Campesinato	CHAYANOV, Alexander V. (1981)	“Unidade Econômica Camponesa” que é formada por processos internos que se reproduzem na família, formada por relações sociais onde não existe o fenômeno social dos salários e por conta disso não se adequa ao modelo capitalista.	Definição e caracterização do modo de vida camponês a partir de abordagens diferentes;

Campesinato	MENDRAS, Henri (1978)	“sociedades camponesas”: seu estudo busca contemplar a totalidade de eventos que compõem as relações camponesas. Propõe um estudo dos camponeses a partir das relações externas à família	Reflexão sobre o perfil do trabalho familiar dos associados do STRGM. (discussão inserida nos capítulos posteriores).
Agricultura familiar	LAMARCHE, Hugues (1998) & WANDERLEY, Maria N. B. (1999),	Todo camponês é um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é um camponês; A agricultura familiar permeia antípodas da agricultura campesina e da agricultura empresarial, ou seja, formada pela mescla desses dois modelos;	Definição e caracterização a partir de abordagens diferentes; elaboração das variáveis e indicadores de fortalecimento da agricultura familiar. Reflexão sobre o perfil do trabalho familiar dos associados do STRGM,
	ABROMOVAY, Ricardo ((1998)	Antítese: agricultura camponesa e agricultura moderna; A agricultura familiar seria composta pelos agricultores adaptados às novas exigências do mercado, o que é resultado da própria ação do Estado, sendo estes pequenos produtores o autor da agricultura familiar moderna.	
	SCHNEIDER Sergio (2003; 2006)	A persistência da agricultura familiar dentro das formas sociais e econômicas capitalistas apresenta três elementos básicos: a forma de uso do trabalho; os obstáculos oferecidos pela natureza; os ambientes que exercem influência exterior às unidades familiares; Elemento regulador dos três elementos citados acima: as relações de parentesco e herança na unidade familiar	
	WEISHEIMER, Nilson, (2009)	O processo de trabalho familiar agrícola é constituído das seguintes características: encontrar-se subordinado ao modo de produção capitalista; estabelece relação de trabalho com base na reciprocidade (das obrigações familiares) e não pelo assalariamento; tem como objetivo a reprodução social da família e da unidade de produção familiar; apresenta variações conforme a composição e ciclo demográfico da família; estabelece formas de divisão do trabalho por gênero e gerações; é o meio objetivo de inserção das novas gerações no trabalho, possibilitando a transmissão do saber agrícola de geração a geração	

Fonte: Elaboração Própria.

Por fim, com base na leitura dos autores apresentados, caracterizamos a agricultura da seguinte forma:

- 1) Diversidade de agricultores familiares permeando limiares como: unidades produtivas tradicionais (camponeses) e unidades produtivas altamente inseridas ao sistema capitalista (empresas familiares)
- 2) A propriedade é administrada não apenas como unidade de produção, mas também como o lugar de identidade familiar;
- 3) Os membros da família participam – em maior número – do processo de produção;
- 4) O processo de trabalho familiar agrícola resulta na produção familiar, mas também na reprodução do modo de vida dos agricultores familiares;
- 5) As relações sociais baseada pela reciprocidade;
- 6) A reprodução social é condicionada pelos fatores externos e internos às propriedades familiares.

3.1.1 Quem são os agricultores familiares do STRGM

Depois da década de 90, – período cujo sindicalismo rural brasileiro assumiu a bandeira de luta pelo fortalecimento da agricultura familiar – foi emergente o número de agricultores familiares associados aos movimentos sindicais rurais, seja como comissão organizadora e/ou como sócios (PICOLOTTO, 2011). O STRGM segue esta lógica: “a maioria dos associados são agricultores familiares eles vivem da economia da agricultura familiar” (ANE, Presidente do STRGM, 2013), sendo esta categoria foco das ações do STRGM.

Com base nos dados coletados na pesquisa de campo, constatou-se no perfil da agricultura familiar desenvolvida pelo sindicalizados do STRGM que 70,1% são do sexo feminino, sendo apenas 29,9% do sexo masculino. Os dados convergem com os resultados da pesquisada realizada pela Fundacentro (2010) onde identificou maioria de mulheres como responsáveis das unidades familiares no município de Governador Mangabeira. A tabela 3 apresenta o número de entrevistados em relação ao sexo.

Tabela 3 – Sexo dos entrevistados – STRGM – Bahia – 2013 (f e %)

Sexo	Freqüência	Porcentagem válida
Masculino	35	29,9
Feminino	82	70,1
Total	117	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A participação das mulheres é perceptível principalmente nas reuniões e na própria dinâmica do dia à dia do STRGM (figura 4). A própria comissão executiva é formada, em sua maioria, por mulheres; das dez secretarias, exatamente nove são coordenadas por diretoras e apenas um diretor.

**Figura 4** – Assembleia Geral – STRGM – 2013

Foto: Joselane da R. Brandão.

A figura acima representa bem a realidade do STRGM quanto à participação dos membros do sexo feminino na entidade, sendo bem superior que a sindicalização e/ou participação do sexo masculino. Tal situação figura as novas funções adquiridas pelas mulheres no espaço rural assumindo além do papel de genitora e cuidadora do lar, mas também o de agente transformador do espaço seja como líderes locais – assumindo cargos em entidade rurais como: o STR, as associações comunitárias e produtivas, cooperativas dentre outras – e/ou como responsáveis das unidades produtivas, isto ocorre sem a presença de um companheiro e/ou com a responsabilidade compartilhada.

Quanto à idade, constatamos uma baixa participação de jovens no STRGM considerando a faixa etária de 15 a 24 anos, cuja percentagem foi de 2,6%; identificou-se uma percentagem maior de adultos 81,7%, (considerando a faixa etária de 25 a 39 anos 30,4%; e 51,3% na faixa 40 a 59); e a faixa etária acima de 60 anos correspondeu a 15,7%.

A maioria da população amostral 88,9% (f: 94 (noventa e quatro)), possui filhos. Desta percentagem, 39,3% (total de 37 (trinta e sete) agricultores familiares) afirmam ter alguém para continuar e/ou substituí-lo nos trabalhos na propriedade familiar. E, 60,6% (equivale a 57 (cinquenta e sete) agricultores familiares) afirmam que apesar de terem filhos não possuem um sucessor para dar continuidade ao trabalho familiar agrícola; algo preocupante, uma vez que a perpetuação do trabalho familiar depende da continuidade dos herdeiros. A tabela 4, logo abaixo apresenta o cruzamento desses dados:

Tabela 4 – Você tem filhos? X Existe um sucessor para o processo de trabalho familiar agrícola? – STRGM – Bahia – 2013 (f)

Você tem filhos?	Existe um sucessor que deseja continuar o processo de trabalho familiar agrícola?		Total
	Sim	Não	
Sim	37	57	94
Não	7	6	13
Não informado	10	10	10
Total	64	43	117

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Dos que não possuem filhos total de treze (11,1%) exatamente sete (5,9%) agricultores familiares afirmam ter um sucessor, considerado por eles os irmãos, sobrinhos e/ou parentes no geral; seis (5,2%), consideram não ter nenhum sucessor para a continuidade do trabalho na unidade familiar.

Detectou-se também um baixo grau de escolaridade dos agricultores familiares do STRGM: identificamos alto índice de analfabetos em torno de 21,6%; um número muito alto de agricultores com apenas o fundamental incompleto 50,9%. Apenas 6% possuem o fundamental completo. Outros 6% o médio incompleto, e apenas 15,5% concluíram o ensino médio. O gráfico 1 apresenta esses dados:

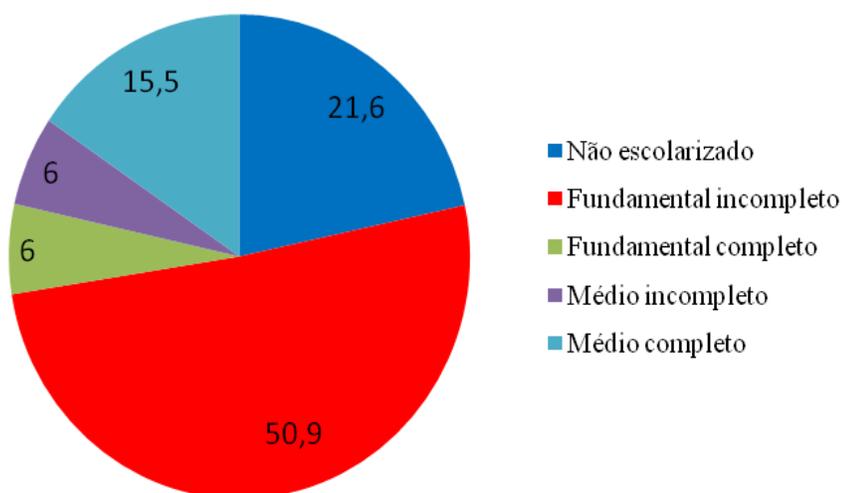


Gráfico 1– Escolaridade dos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM (%)

Fonte: Dados da Autora, 2013.

Quanto ao quesito cor, com base no padrão utilizado pelo IBGE (branco, preto, pardo e amarelo), identificou-se entre os agricultores sindicalizados ao STRGM: 4,4% se consideram brancos; 40,7% pretos; e 54,9% como pardos. Dos considerados brancos, a maioria possui apenas o fundamental incompleto total de 3 (três), sendo 1 (um) não escolarizado e igual número com o

ensino médio completo. No grupo dos identificados como pretos, está o maior número de analfabetos totalizando 14 (quatorze); 21 (vinte um) agricultores familiares pretos com o ensino fundamental incompleto; 2 (dois) com o fundamental completo; 1 (um) com o médio incompleto e é neste grupo onde identificou-se o maior número de agricultores como médio completo total de 11 (onze). Na tabela abaixo sintetiza estes dados:

Tabela 5 – Cruzamento da escolaridade X cor – STRGM – Bahia – 2013(f)

Qual o grau de escolaridade	Cor			Total
	Branca	Preta	Parda	
Não escolarizado	1	14	13	28
Fundamental incompleto	3	21	33	57
Fundamental completo	0	3	5	8
Médio incompleto	0	1	5	6
Médio completo	1	11	6	18
Total	5	45	62	117

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Entre os pardos 13 (treze) não tiveram nenhuma escolarização, 33 (trinta e três) com o fundamental completo; 5 (cinco) com o fundamental completo; outros 5 (cinco) com o médio incompleto e apenas 6 (seis) com o ensino médio completo. Os dados revelam um baixo índice de escolaridade em todos grupos, uma situação preocupante uma vez que isso pode ser um fator inibidor para integração social e mercantil desses agricultores familiares.

Quanto à participação dos sindicalizados agricultores familiares no processo de decisão do STRGM, identificou-se que: 47,9% dos agricultores sindicalizados afirmaram está sempre presente nas reuniões tendo participação ativa nas decisões coletivas da entidade. 37,6% declaram ter uma participação mediana participando sempre que pode. E 14,5% indicaram ter baixa participação nas reuniões e/ou decisões do STR, estando presentes apenas nos dias da contribuição sindical. Essa forte participação declarada pela maioria dos pesquisados foi confirmada nas observações de algumas reuniões do STRGM e nas atas da entidade.

Os dados apresentados acima remetem ao nível de coletividade dos sindicalizados, assim como o quesito participação em outras entidades representativas, identificou-se que: 58,1% dos

sócios pesquisados frequentam outras entidades representativas além do sindicato. Dentre estas: associações (58,1%); movimentos da igreja (23,9%); cooperativas (3,4%); conselhos municipais (0,9%) e Partidos Políticos (0,9%). São entidades que possuem grande importância para a dinâmica social do espaço rural.

As associações promovem a cooperação sem fins lucrativos voltados à produção de benefícios, enquanto as cooperativas estão ligadas à produção e a geração de rendas. Os movimentos da igreja referem-se à organização por traços culturais ligados a religião, sendo muitas vezes movimentos que assumem o caráter reivindicatório frente às comunidades. Os conselhos municipais são instâncias importantes na descentralização do poder no município, visto que discutem questões não apenas de uma classe social ou de categorias; mas questões referentes aos cidadãos, urbanos e/ou rurais e a associação em Partidos Políticos que indicam interesse dos trabalhadores pela política local. Tais entidades quando bem organizadas também podem colaborar para o fortalecimento da agricultura familiar do município.

Nesse perfil social caracterizado acima estão às tipologias de agricultura familiar, com predominância de uma agricultura mais tradicional tipo campesina (Maiores detalhes no capítulo 5). E é com esse público que os líderes sindicais do STRGM lidam no dia a dia, beneficiários das ações organizadas pela entidade.

3.2 O STRGM e a organização social e política dos agricultores familiares sindicalizados

O reconhecimento dos “agricultores familiares como sujeitos de direitos” no Brasil decorreu de ações dos movimentos sociais rurais, um processo longo marcado por lutas como a organização da legislação trabalhista (década de 30 do século XX); luta pela extensão das leis do trabalho para o campo; Estatuto do trabalhador rural (1960); luta contra as políticas neoliberais; mobilização por políticas diferenciadas para os agricultores familiares dentre outras (PICOLOTTO, 2011a).

Tais acontecimentos organizados por entidades como os Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a ascensão dos agricultores familiares dentro das mobilizações da sociedade civil culminou no reconhecimento da agricultura familiar como categoria, colocando-a no cerne da

agenda política do país, algo importantíssimo para organização social e política dos agricultores familiares.

A década de 1990 será marcada pela constituição da identidade política “agricultura familiar”, período de organização do sindicalismo da agricultura familiar e do processo de diversificação da representação política da categoria trabalhador rural: “[...] Fetraf representa os agricultores familiares, a Contag os trabalhadores rurais e agricultores familiares, O MST os “sem terra” e assentados, entre outras organizações” (PICOLOTTO, 2011a, p. 318,). Neste período a pauta dos movimentos sociais foi a reafirmação de identidades.

Deste período aos dias atuais, a categoria agricultura familiar, através das entidades representativas, vem estabelecendo diálogo/cooperação com Estado propiciando a organização de políticas públicas de estímulo. Contudo para Picolotto (2011a) tal relação é marcada pela forte ambiguidade, explicitada da seguinte forma: melhorias no reconhecimento político da categoria, mas ao mesmo tempo perda autonomia da mesma já que se criou uma forte dependência dos agricultores para com o Estado.

Tal situação pode ser exemplificada pela relação dos governos petistas, principalmente nos mandatos de Lula, período marcado pela cooptação dos agricultores familiares; em troca, a participação de membros dos movimentos de agricultores familiares no governo. Com isso aumentando as oportunidades para as organizações (Sindicalismo do Fetraf e da Contag, MST, dentre outros), mas também diminuído a autonomia dos mesmos (PICOLOTTO, 2011a).

Ligado ao sindicalismo coordenado pela Fetag e Contag, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira (STRGM) possui forte ação no espaço rural tendo a agricultura familiar ponto forte de suas ações, repercutindo na organização social e política dos agricultores familiares.

3.2.1 Organização social

Através das ações do STRGM uma série de atividades e benefícios são organizados e/ou dinamizados, com arranjos territoriais e/ou sociais incitando antigas e novas formas de relações socioespaciais. As atividades são resultados das ações organizadas, e visam gerar algo como os

benefícios; ambos podem colaborar para o fortalecimento da agricultura familiar, pois através destes pode-se criar infraestruturas e/ou gerar fluxos de conhecimento, capazes de provocar transformações no dia a dia dos agricultores familiares.

De acordo com os dados obtidos através dos agricultores familiares, o STRGM organiza as seguintes atividades: elaboração de projetos produtivos, atividades recreativas e culturais, intercâmbio com outras entidades, elaboração de cursos de capacitação, resolução de questões trabalhistas. 69% da amostra apontaram ter participado da atividade elaboração de projetos produtivos, no geral estão a atender os programas estatais como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar,) e/ou Agroamigo. Tal atividade é de grande valia para os agricultores familiares, pois se constitui um estudo das demandas específicas das unidades familiares privilegiando as potencialidades.

Através da elaboração de projetos produtivos o STRGM oportuniza aos agricultores familiares outras formas de pensar a produção familiar; baseado no planejamento técnico propiciando maior produtividade e conseqüentemente aumento do rendimento agrícola. Quando os projetos produtivos são direcionados para obtenção do crédito agrícola tal atividade é importantíssima, pois é o fio condutor para aplicação dos recursos angariados reduzindo os riscos de perda do investimento. O gráfico abaixo enumera as principais atividades organizadas pelo STRGM, segundo os agricultores familiares que participaram da pesquisa:

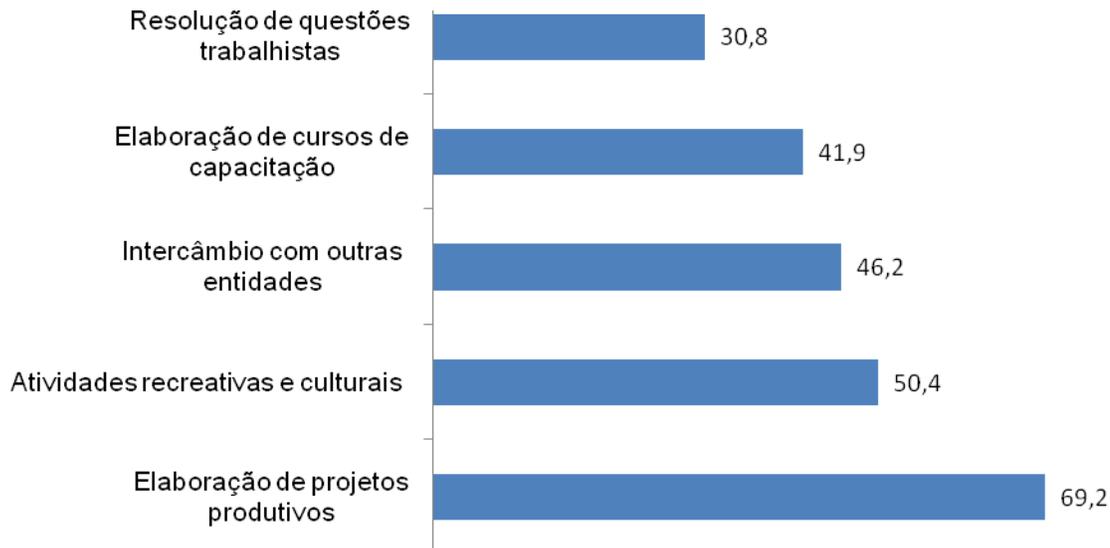


Gráfico 2 - Principais atividades desenvolvidas pelo STRGM, segundo os agricultores familiares sindicalizados (%)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

As atividades recreativas e culturais – festas populares, bingos, comemorações de feriados dentre outros (atividades internas e/ou externas ao STRGM) – foram citadas por 50,4% dos agricultores familiares sindicalizados. Essas atividades organizam a coesão social entre os agricultores familiares e a comunidade estimulando a solidariedade no grupo, algo muito importante, pois quanto maior o grau de solidariedade maior o poder das entidades coletivas frente aos agentes externos e/ou na sociedade envolvente.

A terceira atividade mais citada foi o intercâmbio com outras entidades (46,2%). Através do STR os trabalhadores rurais conseguem articular-se com outras entidades para tratar de questões pertinentes ao STR, como os órgãos públicos, privados, além da própria articulação com outras entidades dos movimentos sociais. Dessa articulação surge a maioria dos benefícios conquistados pelos agricultores familiares sindicalizados, como: os banheiros, cisternas, poços artesianos dentre outros. Além disso, a troca de novos conhecimentos oriundos da sociedade envolvente, pois o intercâmbio com outras entidades e/ou sujeitos propicia a ampliação das redes sociais das famílias agricultoras, sobretudo as mais tradicionais.

Outra atividade destacada na amostra foi: elaboração de cursos de capacitação, citada por 41,9% dos agricultores familiares sindicalizados. As técnicas e informações apreendidas através desses cursos propiciam mudanças no trabalho e, conseqüentemente, na produção familiar; além disso, os conhecimentos obtidos são disseminados através de redes próximas – parentesco, amizade, vizinhança – promovendo mudanças nas unidades familiares, principalmente entre a agricultura familiar tipo camponesa. A elaboração dos cursos de capacitação constitui-se muito importante, pois propicia a introdução de outras técnicas agrícolas em ambientes no geral com técnicas ainda bem rudimentares.

A resolução de questões trabalhistas foi listada por 30,8% da amostra. Esta atividade refere-se diretamente à interlocução do sindicato na relação patrão/trabalhador; e as questões de ordem burocráticas para obtenção de direitos do trabalhador como aposentadoria, auxílio-maternidade e o auxílio-doença. No primeiro caso, quanto mais efetiva for a ação STR melhores serão as condições de trabalho dos agricultores familiares, que possuem trabalho assalariado agrícola (tempo parcial). No segundo caso, a ação do STR colabora para aquisição e garantia dos direitos trabalhistas já legalizadas assim como representa a categoria, agricultura familiar, na luta por demandas ainda não conquistadas. As atividades organizadas pela ação do STRGM geram benefícios, tal equivalência pode ser elucidada no quadro 4

Quadro 4 – Atividades x Benefícios

Atividades	Benefícios
Elaboração de projetos produtivos	Financiamento dos projetos produtivos
Atividades recreativas	Divulgação de informações de utilidade pública
Intercâmbio com outras entidades	Construção de banheiros, cisternas, casas de farinha, poços artesianos
Resolução de questões trabalhistas	Melhoria nas condições de trabalho
Elaboração de Cursos de capacitação	Tipos de Cursos de capacitação

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

É a partir das atividades organizadas pelo STRGM que são criados os benefícios listados pelos agricultores familiares, estes foram separados em quatro categorias: benefícios assistenciais de ordem infraestruturais; benefícios assistenciais de ordem burocrática; benefícios assistenciais relacionados diretamente ao trabalho/produção familiar; e benefícios assistenciais médico e jurídico. Tais benefícios compõem um conjunto de ações assistenciais organizados pelo STRGM que visam suprir demandas dos trabalhadores rurais e /ou agricultores familiares. Tais benefícios propiciam melhorias nas condições de vida dos agricultores familiares beneficiados, uma vez que atingem diretamente a dimensões, como, saúde, educação, infraestrutura, produção agrícola renda, dentre outras.

Dos benefícios assistenciais de ordem infraestruturais foi destaque a construção de cisternas citado por 39,4% dos sindicalizados; tal dado demonstra a persistência de um problema muito grave no espaço rural do município que é a falta de água potável e/ou encanada, apesar do município ser margeado pelo rio Paraguaçu. Outro benefício que visa diminuir as dificuldades oriundas da falta de água são os poços artesianos citados por 24,8% da amostra. O problema com água pode ser constatado na fala de uma agricultora familiar:

A única dificuldade que temos lá na minha zona rural no momento é a água! Porque vou te dizer se você chegar lá agora você não acha água! Próximo ao Paraguaçu, mais é uma dificuldade terrível! A gente pede o carro pipa mas não acha ajuda. A gente não passa mais dificuldade porque a gente tem muitos tanques de reserva sabe! Aí quando chove é armazenado. Meu pai compra muitos galões de água mineral (pausa). Mas para lavar e tomar banho é muita dificuldade (Morena, agricultora familiar, 52 anos).

É flagrante no semblante da agricultora um misto de preocupação e revolta pela situação da falta de água potável na sua comunidade, em pleno século XXI, e numa área que é margeada pelo Rio Paraguaçu. Nas comunidades de Aldeia, Barroada e Bananeira, os moradores devido à falta d água são obrigados a utilizar água sem nenhum tipo de tratamento, utilizando-se de fontes, cisternas, pocos artesianos e/ ou carro-pipa. Essa situação deve compor a pauta de discussões dos movimentos sociais do município e da agenda política da região.

Outro benefício assistencial infraestrutural citado por 23,9% dos agricultores familiares sindicalizados foi a construção de casa de farinha comunitária. Esse benefício é típico das comunidades de agricultores familiares camponeses, pois se caracteriza pela forte coletividade e

divisão dos instrumentos de trabalho entre parentes, amigos e vizinhos. Este benefício colabora para ratificação de uma organização social pautada em elementos como coletividade e interconhecimento. O gráfico abaixo lista os principais benefícios assistenciais infraestruturais:

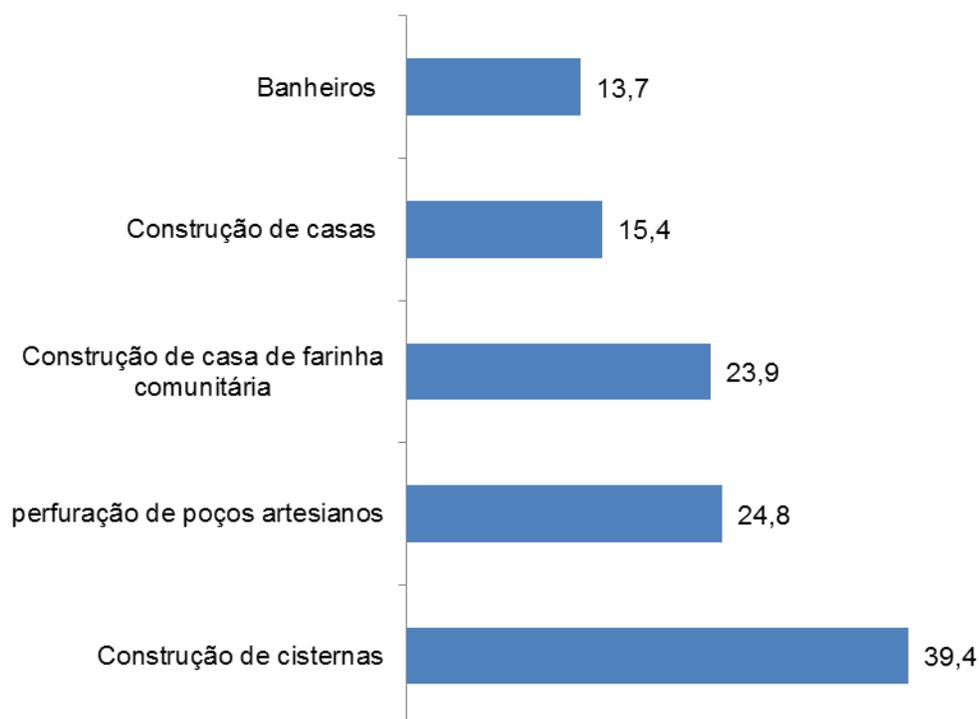


Gráfico 3 - Principais benefícios assistenciais infraestruturais, citados pelos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM (%)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A construção de casas foi citada por 15,4% dos sindicalizados pesquisados, contudo salientamos, com base nas informações da comissão executiva que este benefício não foi articulado pelo STRGM, mas, sim, por órgãos públicos juntamente com as associações rurais. Segundo a comissão executiva a relação feita pelos agricultores familiares sindicalizados entre STR e construção de casas pode ser explicada pela forte parceria entre o sindicato e as associações rurais, o que pode ter confundido-os.

Dentre os benefícios assistenciais infraestruturais a construção de banheiros foi citado por 13,7% dos pesquisados. Nas comunidades rurais que ainda não existe saneamento básico, ainda é comum jogar os dejetos humanos e das atividades do dia a dia no ambiente (arredores da casa), o que pode ocasionar problemas de saúde, assim como a contaminação dos solos dos mananciais hídricos e conseqüentemente da produção agrícola. Por isso a construção de banheiros, através da articulação do STRGM com entidades parceiras, constitui-se um benefício que permite a mudança de hábitos desses moradores e assim melhores condições de vida.

Dos benefícios assistenciais de ordem burocrática destacamos: aposentadoria rural (85,5%), auxílio-maternidade (84,6%) e auxílio-doença (82,1%). Dados apresentados no gráfico abaixo:

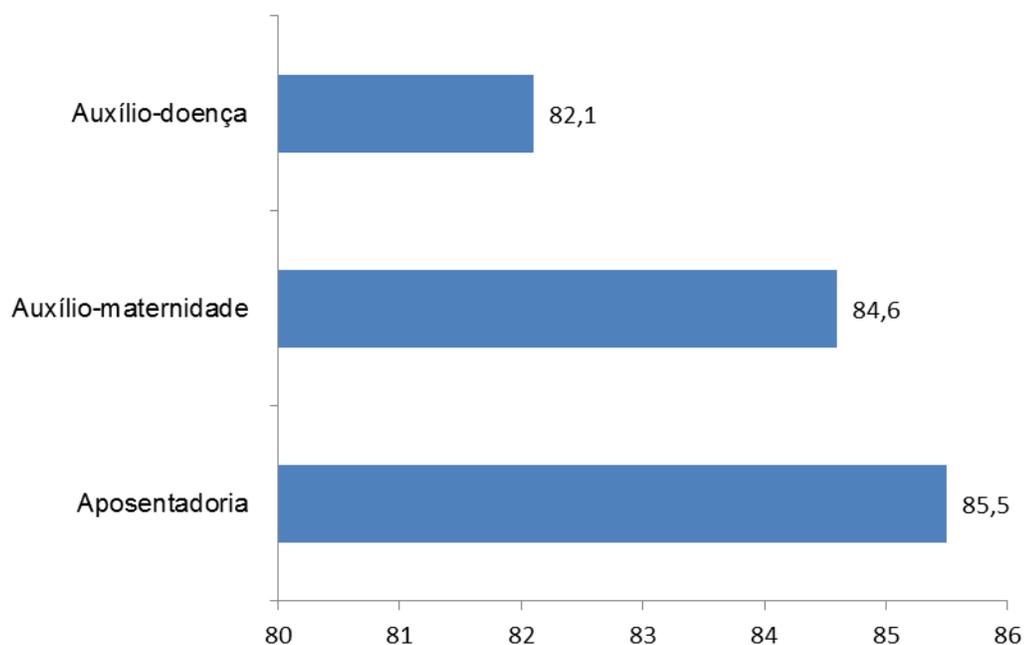


Gráfico 4 - Principais benefícios assistenciais de ordem burocrática, citados pelos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM (%)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Tais ações constituem o grupo de benefícios delegados pelo Estado e articulados pelo sindicato; uma das ferramentas utilizadas pelo Estado como forma de cooptação dessas entidades, ou seja, o meio utilizado para desviar as ações de enfrentamento ao Estado. Mas para os sindicatos tais benefícios ainda são os principais estímulos de sindicalização em STR. No STRGM a situação não é diferente:

Muitos dos agricultores só vêm se sindicalizar apenas quando vem em busca de algo , quando há necessidade, quando vem busca de algo para seu próprio bem! Tipo uma aposentadoria. Então a gente vem fazendo reuniões através de associações onde pedimos para que esses trabalhadores venham se organizar perante ao sindicato. Por exemplo, aqui tem acontecido muitos acidentes de moto e geralmente estes trabalhadores só procuram o sindicato depois do acidente para recorrer ao benefício! E isso não é bom para ninguém né? Por isso a gente pede para que eles se organizem (Berílio, Secretário de Políticas Agrícola e Agrária e Meio Ambiente do STRGM, 2013).

A fala do diretor do STRGM pode ser relacionado, ao que foi verificado nas visitas às comunidades rurais; onde se identificou vários agricultores familiares que não eram sindicalizados e na maioria dos casos justificavam não ter condições de pagar a taxa de contribuição mensal e/ou por falta de tempo. Também foi notória entre os agricultores sindicalizados a supervalorização desses benefícios assistenciais de ordem burocrática em detrimento das outras ações; dentre os motivos, a baixa condição financeira das famílias, sendo esses benefícios um meio para o aumento da renda familiar.

Além da não sindicalização, empecilho para obtenção dos benefícios assistenciais de ordem burocrática, outra questão também mencionada pelos membros da comissão executiva do STRGM foi que, muitos trabalhadores rurais e/ou agricultores familiares, especificamente o jovem, ao sofrer algum acidente de trabalho na unidade produtiva familiar não se identifica no momento de atendimento como agricultor familiar o que dificulta a aquisição do auxílio doença. Para a comissão executiva, em muitos casos isso acontece devido à negação da identidade de trabalhador rural e/ou agricultor familiar.

Dos benefícios assistenciais relacionados diretamente ao trabalho/produção familiar foram citados: distribuição de sementes, financiamento produtivo, divulgação de informações de utilidade pública, cursos de capacitação, melhorias nas condições de trabalho e acesso a terra.

Do total de agricultores familiares sindicalizados 79,5% citaram a distribuição de semente como o principal benefício de uso direto no trabalho agrícola familiar com destaque para o feijão, milho e hortaliças; além das maninhas de mandioca. Esse benefício é importante porque proporciona diversificação da produção, além do plantio voltado para o autoconsumo e/ou comercialização. O gráfico 5 enumera os benefícios assistenciais relacionados diretamente ao trabalho/produção familiar:

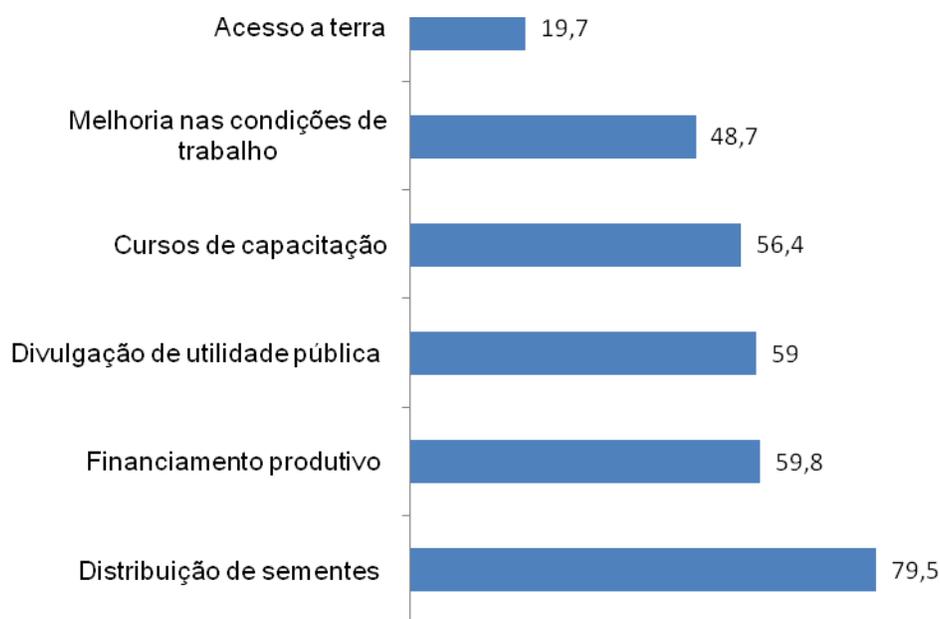


Gráfico 5 - Principais benefícios assistenciais relacionados diretamente ao trabalho familiar agrícola, citados pelos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM (%)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

O financiamento produtivo destacado por 59,8% dos sindicalizados constitui um benefício de suma importância para o trabalho/produção dos agricultores familiares, pois é um dos principais meios de aquisição de recursos para investimento na unidade familiar. Destaque para os créditos como o PRONAF, Agroamigo. Outro benefício citado foi a divulgação de informações de utilidade pública (59%). Essas informações obtidas através do STRGM e/ou via entidades parceira são disseminadas nas comunidades rurais provocando a discussão sobre os temas que envolvem o espaço rural. Tais informações se constituem como o meio de contato entre os agricultores familiares (em especial os camponeses) e a sociedade envolvente, o que também repercute no trabalho e nas formas de produzir dos agricultores familiares sindicalizados.

Os cursos de capacitação listados 48,7% dos pesquisados são injeções de estímulo para a ampliação do leque de novas oportunidades no espaço rural, organizados para atender as atividades típicas do rural, mas também das áreas urbanas, isso devido à forte inserção dos aparatos técnicos urbanos no espaço rural. Dentre os cursos citados: associativismo, manejo e conservação de solos, manuseio de produtos agrotóxicos, plantio de banana, plantio de laranja, plantio de mandioca/ fabricação de produtos, tratorista, culinária, fabricação de produtos de leite, recepcionista, dentre outros.

O benefício, melhoria nas condições de trabalho, foi citado por 48,7% dos agricultores sindicalizados. É organizado a partir da conquista de outros benefícios que colaboram positivamente na modificação do espaço de trabalho, por exemplo: os financiamentos produtivos que possibilitam os investimentos no ambiente de trabalho (compra de instrumentos de trabalho e novas infraestruturas); e/ou os cursos de capacitação que especializam os agricultores facilitando o trabalho. Para os agricultores familiares que desenvolvem parcialmente o trabalho assalariado, o STRGM também desenvolve o trabalho de fiscalização das empresas rurais quanto às condições de trabalho.

Outro benefício importantíssimo para o desenvolvimento do trabalho/ produção é o acesso a terra, citado por 19,7% dos agricultores familiares sindicalizados, esse benefício está associado à legalização fundiária feita pelo STRGM nos últimos dois mandatos totalizando no ano de 2012 e 2013, o valor de R\$ 1.349 (mil trezentos e quarenta e nove) declarações de terra junto à Receita Federal.

Os benefícios assistenciais médico/jurídico foram citados pelos agricultores familiares sindicalizados: assistência médica listado por 80,3% dos pesquisados e assistência jurídica por 79.5% . Estes benefícios também estão catalogados no Relatório de Prestação de Contas, o gráfico abaixo apresenta os números de assistências médica e jurídicas concedidas aos sindicalizados via STRGM, no ano de 2013:

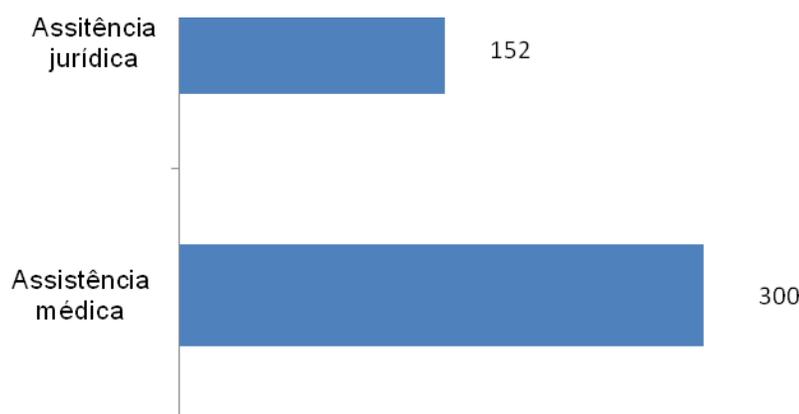


Gráfico 6 - Benefícios assistenciais médico/jurídico citados pelos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM (f)

Fonte: Relatório da prestação de contas do STRGM, 2013.

A assistência médica refere-se aos descontos em atendimentos médicos em alguns estabelecimentos de saúde conveniados e/ou com atendimento na sede do STRGM, dentre esse atendimento os mais comuns são: dentista, oftalmologista e com terapeuta naturalista. A assistência jurídica corresponde ao atendimento com advogado no STRGM, dentre as causas mais comuns estão os problemas com a previdência e com a terra.

As atividades e benefícios constituem ações do STRGM que propiciam aos agricultores familiares sindicalizados a organização dos arranjos territoriais e sociais; isso porque ao provocar transformações espaciais nas unidades familiares provocam, conseqüentemente, mudanças sociais, além disso, têm alguns benefícios que estão diretamente relacionados à formação dos

sujeitos através da introdução de novos conceitos, informações e/ou ideias, possibilitando a organização social mas também política dos agricultores familiares sindicalizados.

3.2.2 Organização política

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais constituem no espaço rural uma das principais entidades de organização política dos agricultores familiares, sendo o principal meio de reivindicação das demandas para os agentes externos, sobretudo o Estado. O Sindicato rural é um articulador para aquisição de políticas públicas e principal entidade representativa para defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e/ou agricultores rurais. As fotos abaixo são exemplo do papel do STRGM como representantes dos agricultores familiares do município de Governador Mangabeira:



Figura 5 – Participação do STRGM no Grito da Terra Bahia – 2011
Fonte: Acervo do STRGM.



Figura 6 – Marcha das Margaridas – Brasília – 2013
Fonte: Acervo do STRGM.

As figuras 5 e 6 exemplificam algumas participações do STRG em eventos de ordem Estadual e Federal como representante político da categoria trabalhador rural e/ou agricultura familiar. A figura 5 representa o Grito da Terra Bahia, movimento importantíssimo para os agricultores familiares, uma vez que foi a partir dessas mobilizações que se organizou a primeira política destinada agricultura familiar, o PRONAF. Além de lutas como a Previdência Social Rural, Programa Nacional de Habitação Rural, dentre outras conquistas.

Outro movimento importante para as trabalhadoras rurais e/ou agricultoras familiares, é a Marcha das Margaridas, com participação assídua dos STRGM (Ilustrada na figura 6). Esta mobilização de mulheres do campo e florestas constitui o Movimento Sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. A Marcha das Margaridas possui forte caráter reivindicativo e de pressão frente ao Governo Federal

Além das mobilizações de localização extra sede sindical e em escala maior (Estadual e Federal), têm também as atividades internas ao STRGM que promovem a mobilização e

organização política dos agricultores familiares dentre estas verifica-se: a mobilização no Dia Internacional da Mulher e o Encontro da Terceira Idade, eventos de caráter político.



Figura 7 – Mobilização no Dia Internacional da Mulher – STRGM – 2014
Fonte: Acervo do STRGM.

A figura 7 ilustra a última mobilização de mulheres trabalhadoras rurais e/ou trabalhadoras rurais no STRGM, realizado no dia oito de março (Dia Internacional da Mulher), no ano de 2014. Todos os anos, essa mobilização acontece na entidade, sendo um momento de comemoração, mas também de reflexão política sobre as questões que as mulheres do campo.



Figura 8 – I Encontro da Terceira Idade – STRGM – 2011.

Fonte: Acervo do STRGM.

A figura 8 apresenta o I Encontro da Terceira Idade no STRGM, edição do ano de 2011. Este evento, além de ser um momento festivo entre os trabalhadores rurais e agricultores familiares idosos, também é palco de discussões sobre questões do dia a dia do idoso, dentre as questões sempre levantadas nas discussões: a continuidade da sindicalização no STR pelos idosos após aposentadoria e sobre a Previdência Social Rural.

Além da ação de representatividade política em alguns movimentos que integram o sindicalismo rural e ou mobilizações internas, existem outras ações que também elucidam a importância do STRGM na organização política dos trabalhadores rurais e/ou agricultores familiares:

- Legalização fundiária dos agricultores que possuíam problemas com a regularização do título da terra, foi fundamental para os agricultores familiares a intervenção do STRGM.

- Conscientização dos trabalhadores rurais e/ou agricultores familiares das áreas de proteção ambiental:
- Representação dos produtores de fumo frente às empresas fumageiras para a regularização do preço do fumo;
- Articulação dos agricultores familiares produtores de citros com a câmara setorial de citros;
- Representação dos agricultores familiares frente à prefeitura municipal para organização do Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE); dentre outras.

Além da organização política feita diretamente pelo sindicato, o incentivo e a mediação para a organização política dos agricultores familiares através de outras entidades dos movimentos sociais rurais, como as associações, cooperativas e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). Mensalmente, representantes de associações rurais sob articulação do STRGM se reúnem para discutir e levantar demandas das comunidades rurais. Dentro da sede do sindicato essas entidades encontram o apoio para se organizarem assim como se articularem com outras entidades (públicas, privadas, ONGs).

Nas cooperativas também são incentivadas pelo STRGM, inclusive nos últimos anos tem-se fomentado a criação de cooperativas com intuito de organizar e dinamizar a comercialização da produção familiar. O CMDR tem no STRGM principal parceiro, inclusive as reuniões são realizadas na sede do STRGM. A partir do conselho são decididas as ações direcionadas para o espaço rural, sendo um dos mecanismos utilizado pelo STRGM para o levantamento de demandas dos trabalhadores rurais e/ ou agricultores familiares, sendo fundamental para organização das suas ações.

É nítido que a organização política feita pelo STRGM vai além da mera coletividade dos sindicalizados frente aos demais agentes; funciona como articulador da integração dos trabalhadores e/ou agricultores em outras entidades, sobretudo aquelas organizadas pela sociedade civil organizada. Esta mediação proporciona não apenas o fortalecimento da agricultura familiar, mas do próprio espaço rural.

Por fim, os dados revelam que o STRGM contribuiu de forma efetiva tanto na organização social como na organização política dos agricultores familiares sindicalizados, promovendo a organização e/ou reorganização dos arranjos territoriais e sociais através das

atividades e/ou benefícios criados para atender os sindicalizados, ou mesmo como principal entidade local representativa da categoria. Organização social e política também ativada através do quesito, as políticas pública acessada pelos agricultores familiares, via mediação do STRGM, tópico analisado no capítulo seguinte.

4 A AÇÃO MEDIADORA DO STRGM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A AGRICULTURA FAMILIAR

“O agricultor familiar sindicalizado deve ser participativo, estar sempre procurando melhoria para seu plantio, porque você tem que procurar investir; então tem que estar sempre procurando se informar”(NICE)*

Neste capítulo fez-se uma análise da ação aqui denominada por mediadora, corresponde à articulação feita pelo STRGM entre agricultores familiares sindicalizados e as entidades parceiras (pública, privada e ONGs). Focou-se na mediação do sindicato organizada entre agricultores familiares e as políticas, como: PRONAF, Agroamigo, PNAE, Bolsa Estiagem.

Subdividimos este capítulo em duas partes principais: uma apresentação da base teórica do conceito de políticas públicas e uma descrição das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Ainda nesta primeira parte apresentou uma releitura de Henri Mendras e Eric Sabourin sobre a categoria, mediadores e a importância desses agentes na agricultura familiar, sobretudo dentre os camponeses.

Na segunda parte analisou-se a ação mediadora no Sindicato dos trabalhadores rurais, para isso classificou e caracterizou as ações identificadas no STRGM; identificou as entidades parceiras corresponsáveis pela formação da ação mediadora; analisou-se a atuação do STRGM no processo de aquisição das políticas destinadas aos agricultores familiares e aquelas específicas aos jovens agricultores familiares; e por fim concluímos este capítulo com a avaliação dos pesquisados sobre a ação mediadora destinada à aquisição de políticas pública organizada pelo STRGM.

4.1 As políticas públicas destinadas à agricultura familiar

As políticas públicas estão imersas na relação Estado - classes sociais - sociedade civil. Estes agentes, de acordo com o tempo histórico, organizam espacialidades diferentes construídas

ideologicamente (BONETI, 2007). De acordo com Lindomar Boneti, o Estado é o principal agente organizador do espaço geográfico, pois possui ação reguladora normatizadora dos demais agentes. Sendo assim, um agente importantíssimo no processo organizador e operacional das políticas públicas.

A elaboração e o estabelecimento das políticas públicas dependem de alguns fatores preponderantes; primeiro, àqueles explicitados pelas elites globais; segundo, os interesses nacionais (BONETI, 2007). O autor também destaca o papel da instância local, uma vez que é o espaço da efetivação dessas políticas. Desta forma é necessária uma construção participativa aprovada pelos grupos sociais locais. Para efetivação de tal processo, a sociedade civil precisa organizar-se, para, assim, obter autonomia perante a outras instâncias de poder da sociedade.

Os “autores não governamentais” – as instituições de pesquisa, sindicatos, associações civis, dentre outras – são grupos de pressão fundamentais para que determinados problemas sociais entrem para a agenda dos governos (RUA, 2009). O autor também evidencia o papel dos agentes governamentais, cuja figura central é o Estado, o principal gerenciador das políticas públicas. Também salienta o papel dos movimentos da sociedade civil – “autores não governamentais” – onde são constatadas as reais demandas sociais, porém ressalta que as reivindicações entram para agenda pública quando se enquadram em pelo menos uma das três lógicas: constitua uma situação de calamidade pública, sendo assim um caso impossível de ignorar; seja uma causa de grandes grupos ou até de pequenos grupos, mas de fortes recursos de poder; e ou/ uma situação que constitua oportunidade de vantagem a um ou determinados atores.

Quanto às políticas públicas destinadas aos sujeitos do rural, pode-se afirmar que foram evidenciadas no cenário político brasileiro apenas a partir de 1970. Conforme Pereira e Silva (2009), tais políticas tiveram o enfoque direcionado ao aumento da produtividade e da tecnificação da agropecuária; os objetivos foram norteados pela chamada Revolução Verde, cuja categoria social privilegiada contemplou as classes dominantes, no caso os empresários rurais latifundiários. Na década seguinte, o declínio dessas políticas responsáveis por uma série de problemas ao rural brasileiro, impactos ambientais e sociais, levou a formação de novos critérios para a elaboração das políticas públicas na década de 90, período em que os agricultores familiares irão despontar como categoria social nas políticas públicas. Esse período foi marcado por:

[...] anos de ascensão da agricultura familiar como seguimento reconhecido socialmente e alvo de políticas específicas até então inéditas e, associado a isso, foi o período em que se consolidou a ideia de que o envolvimento dos agentes influencia positivamente a boa aplicação de recursos públicos. Já a primeira década do novo século se inicia sob a influência da chamada abordagem territorial, numa tentativa de valorizar a escala local no estabelecimento de dinâmicas de desenvolvimento e a redução do rural ao agrícola (PERREIRA E SILVA, 2009, p.5).

As políticas públicas destinadas à agricultura, ainda seguem a mesma lógica do período da revolução verde, baseadas em políticas agrícolas, ou seja, determinadas ainda pelas macroeconomias (políticas fiscal, monetária), cujos objetivos centram no crescimento econômico, em detrimento às políticas agrárias – direcionadas ao desenvolvimento social – que são marginalizadas no Brasil. Portanto:

[...] as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social da riqueza da agricultura. Sendo assim, a orientação dessas políticas é dada pelo papel que se espera que a agricultura cumpra em um dado momento histórico (liberar mão de obra, baratear o custo da cesta básica, promover as exportações de determinados produtos, garantir a segurança alimentar, fortalecer a agricultura familiar ou patronal, etc) (NUNES, 2007, pp. 2-3).

Para o autor, as políticas públicas são direcionadas principalmente ao: “ crédito rural, política de garantia de preços mínimos, seguro rural, pesquisa, extensão rural, sanidade vegetal e animal, políticas específicas para certos produtos e insumos, política de uso florestal e de incentivo ao reflorestamento.” (IBID, 2007, p. 2) Assim, os objetivos dessas políticas são amplos, podendo contribuir para melhoria das condições de vida da população rural; mas o direcionamento central é a dinamização o setor da agricultura no cenário macroeconômico.

Dentre as políticas agrícolas, Nunes (2007) destaca as políticas de crédito, de assistência técnica e comercialização. Essas políticas públicas mediadas, em muitos casos por entidades da sociedade civil, destacam os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Os sindicatos rurais “[...] têm organizado ações políticas eficazes, tanto no âmbito de políticas agrícolas, como de políticas públicas de cunho mais geral (educação e saúde).” (MAGALODI E BASTOS, 2003, p. 10), assumindo a função de mediador de algumas políticas públicas destinadas aos agricultores familiares, facilitando o acesso e no processo de implementação.

Quanto às políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares é fato que:

Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente, pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF). O surgimento desse programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares –, que até então eram designada por termos como pequenos produtores rurais, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (SCHNEIDER 2004, p. 21).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1995, fruto das ações do movimento sociais do campo, a exemplo do Grito da Terra Brasil, uma das maiores atividades de massa organizada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais através da CONTAG/CUT, juntamente com outras entidades do campo (PICOLLOTO, 2011). A citação abaixo elucida bem o processo:

No ano de 1995, após muitas mobilizações no campo – onda de ocupações de terras e as grandes mobilizações realizadas pelo II Grito da Terra que tinham por foco o apoio ao pequeno agricultor – o governo, visando “retomar a iniciativa política” e deixar de “estar a reboque” das pressões dos movimentos (MEDEIROS, 2002, p.60), procurou absorver as demandas apresentadas, redefinindo e readequando-as através dos mecanismos de seleção que lhe são próprios (OFFE, 1984). Frente a estas demandas, o governo teria optado por atender prioritariamente às demandas de apoio à agricultura familiar e escolheu o sindicalismo da CONTAG/CUT (unificado formalmente) como seu interlocutor privilegiado no campo. Neste quadro foi criado por uma Resolução

do Banco Central o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como uma linha de crédito especial (com juros de 12% ao ano) destinada ao custeio e investimento das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Os recursos deveriam provir de 20% da exigüidade bancária e mais 200 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (Banco Central, Resolução nº 2.191, de 24 de agosto de 1995). (PICOLLOTO, 2011, p. 180)

Para obtenção do PRONAF, o sindicato é uma das entidades legalmente instituídas para a liberação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), um dos requisitos para os agricultores familiares adquirir a essa política de crédito. Contudo, o papel de mediador dos STRs não se limita apenas a isso, tendo envolvimento também na elaboração/operacionalização dos projetos produtivos dos agricultores aos quais serão aplicados os recursos financeiros.

O Agroamigo corresponde a um Programa de Microfinança Rural do Banco Nordeste com parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) criado no ano de 2005; cujo objetivo é melhorar as condições de vida dos agricultores familiares enquadrados no PRONAF, com exceção do grupo A e A/C (BANCO DO NORDESTE). Trata-se de um programa similar aos PRONAF, porém com acompanhamento técnico no antes e durante a implementação do projeto produtivo.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é outro exemplo de política pública destinada aos agricultores familiares. Instituída no governo do presidente Luiz Inácio da Silva em julho de 2003, pela Lei 10.696/03; tem o objetivo de incentivar a agricultura familiar através de mecanismos de garantia de preços, ou seja, aquisição de alimentos por entidades do Governo comprados direto dos “[...] agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados, comunidades indígenas, pescadores artesanais, aqüicultores e produtores familiares em condições especiais” (NUNES, 2007, p. 15) a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais.

Além disso, o programa objetiva a inclusão social de grupos em situação de miséria, fornecendo os alimentos produzidos aos grupos beneficiários e consumidores que correspondem: “[...] instituições governamentais ou não governamentais que desenvolvam trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações em situação de risco social” (IBID, 2007, p.15). Assim, para fazer parte do programa, o agricultor precisa obter a DAP, e obter

parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais. Assim para implementação dessa política pública geralmente os STRs entram com o papel de entidade articuladora entre agricultores familiares e a Conab, além do fornecimento da DAP. A figura abaixo resume as principais políticas públicas organizadas a atender a agricultura familiar.

Quadro 5 – Principais políticas públicas mediadas pelos sindicatos rurais

Política pública rural	Objetivo da política pública	Função do STR
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares.	Liberação da declaração de aptidão ao Pronaf (DAP); Elaboração/operacionalização dos projetos produtivos dos agricultores aos quais serão aplicados os recursos financeiros.
Agroamigo	Melhorar o perfil social e econômico dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), com exceção do grupo A e A/C	Liberação da declaração de aptidão ao Pronaf (DAP); Elaboração/operacionalização dos projetos produtivos dos agricultores a quais serão aplicados os recursos financeiros; Articulador para o acompanhamento técnico.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Incentivar a agricultura familiar através de mecanismos de garantia de preços, ou seja, aquisição de alimentos por entidades do governo.	Entidade articuladora entre agricultores familiares e a Conab; fornecimento da DAP.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Aquisição de gêneros alimentícios da produção familiar para a merenda escolar.	Entidade articuladora: organização das famílias produtoras.
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)	Promover assistência técnica aos agricultores familiares visando apropriação de conhecimento e tecnologias indispensáveis para o desenvolvimento das unidades de produção familiar.	Articulação entre as entidades responsáveis pela assistência técnica rural e os agricultores familiares.

Fonte: Elaboração Própria.

Outra política pública destinada à agricultura familiar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). De acordo com a Lei nº 11.947/2009, o programa consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar aos Estados, Distrito Federal e Municípios para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar (BRASIL, 2009a). Conforme a Resolução 38/2009 do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabeleceu-se para os administradores públicos uma taxa de no mínimo 30% desse financiamento ser gasto na aquisição de alimentos oriundos diretamente dos agricultores ou empreendimentos rurais familiares, cooperativas e associações da agricultura familiar. Para adesão ao programa, os agricultores devem estar agrupados em grupos formais reunidos em torno de associações, cooperativas ou em grupos informais onde os agricultores familiares são organizados através de uma entidade articuladora dentre as entidades capacitadas estão os STR(s).

Destacamos também a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), instituída na Lei 12.188/ 201). O objetivo geral do programa é “apoiar e fortalecer ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, para a implementação da Política Nacional de Ater, visando à universalização do conhecimento no campo.” (BRASIL, 2005, p.4) Com a finalidade de promover assistência técnica para os agricultores familiares, visando apropriação de conhecimento e tecnologias indispensáveis para o desenvolvimento das unidades de produção familiar (BRASIL, 2005). Através de entidades parceiras como EBDA e Embrapa é possível ter acesso aos benefícios do programa como os cursos de capacitação. Para articulação entre essas entidades e os agricultores familiares, os STRs são os principais mediadores.

Estes são alguns exemplos de políticas públicas destinadas à agricultura familiar, onde a ação sindical é de suma importância, pois são os principais articuladores. Nunes e Nascimento (2010) constataram tal fato no município de Queimadas – PB e elucida a importância da parceria entre STR e outras entidades:

Os principais projetos implantados pelo Sindicato através de parcerias com ONGs e com o governo federal no município estão ligados a questão da água, como o Projeto Um Milhão de Cisternas P1MC que tem por finalidade a captação da água das chuvas para o consumo doméstico e o Projeto Uma Terra e Duas Águas P1+2 que tem como objetivo captar e armazenar água das chuvas para serem utilizadas na produção de alimentos. No entanto, há outros projetos importantes via sindicalismo no município que têm como propósito promover a agricultura familiar, como a formação dos bancos de sementes e o apoio aos Fundos Rotativos Solidários (IBID, 2010, p. 19).

É notável o papel dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na articulação dos agricultores familiares às políticas públicas e, a partir disso, situações benéficas são organizadas no interior das unidades familiares: injeção de recursos financeiros e técnicos; aprimoramento técnico através dos cursos de capacitação e suporte de profissionais, viabilizando assim a dinamização das cadeias produtivas das famílias agricultoras.

4.1.1 O papel dos mediadores na agricultura familiar

As relações organizadas entre agricultores familiares – sobretudo o tipo camponês – e “sociedade envolvente” são travadas através de mediadores que se caracterizam por ter uma posição marginal, ou seja, “[...] permite ser membro de uma e ser reconhecido pela outra [...]” (MENDRAS, 1978, p. 121) Esses intermediários possibilitam a articulação dos agricultores familiares aos grupos externos e podem ser indivíduos e/ou grupos da própria comunidade ou da sociedade envolvente.

As comunidades de agricultores familiares que possuem grande autonomia criam dentro do próprio grupo seus mediadores; ao contrário os grupos que não desfrutam de autonomia, tendem a ser dependentes dos agentes externos (MENDRAS, 1978). Algo negativo, pois tais mediadores externos podem ressaltar os interesses da “sociedade envolvente” em detrimento das causas dos agricultores.

É comum identificar nas comunidades de agricultores familiares, sobretudo os camponeses, agentes internos e externos; o primeiro corresponde aos sujeitos e grupos de

camponeses, e o segundo refere-se aos agentes da sociedade envolvente (igreja, políticos, dentre outros). Contudo, para que os agentes externos se efetivem como articuladores das comunidades camponesas, necessitam que se estabeleçam na comunidade, isso porque as relações mantidas entre os agricultores familiares camponeses são baseadas no interconhecimento sendo requisito básico para que as relações se estabeleçam.

A igreja e os políticos são exemplos de mediadores externos que “[...] exprimem na linguagem jurídica envolvente a prática consuetudinária camponesa, o que os conduz frequentemente a encontrar artificios legais para às vontades do camponês.” (MENDRAS, 1978, p. 125) Ou seja, a igreja e os políticos são agentes legais tanto para a coletividade de camponeses como para a “sociedade envolvente”, articulando-os através de atributos importantes para os agricultores familiares tipo camponês: a crença religiosa (no caso da igreja) e a confiança (igreja e políticos).

Para Sabourin (2009), as entidades locais – associações, cooperativas e sindicatos etc. – coordenadas por líderes agricultores familiares, constitui uma forma de representação muito positiva para as comunidades de agricultores familiares, sobretudo os tradicionais, pois são representantes locais, perante as entidades públicas/ privadas, assim como os formuladores de políticas públicas. Mas também estão nesse mesmo espaço os agentes tradicionais: “[...] políticos locais, comerciantes, grandes proprietários ou descendentes de “coronéis” e claro, a Igreja Católica.” (IBID, 2009, p. 100)

Os líderes locais e as lideranças tradicionais deflagram no campo uma relação conflituosa pelo poder, no geral marcadas por alianças baseada no clientelismo, algo comum no Nordeste que ainda se mantêm por questões como: [...] primeiramente a dependência dos mais pobres; e depois, ao respeito aos valores humanos que estão associados às relações de reciprocidade. Por exemplo, quando alguém dá sua palavra, não pode retirá-la ou traí-la. (SABOURIN, 2009, p. 102)

Algo muito comum entre os camponeses que se caracteriza pelo forte apego aos valores, afinal sua reputação se faz disso; então como renegar a alguém que um dia o ajudou? É a lei da reciprocidade, o dar exige retribuir. Mas, no geral, organiza-se uma reciprocidade assimétrica, pois os camponeses ao se relacionarem com autores que não compartilham dos mesmos valores criam uma relação desigual com vínculos de dependência (SABOURIN, 2009). Associado ao

apego dos valores humanos, outros aspectos ratificam o clientelismo no Nordeste como o quadro de pobreza e o baixo grau de escolaridade.

Nas comunidades rurais do Nordeste, onde o coronelismo desfaleceu, outros mediadores reafirmam a reprodução do clientelismo, como a igreja e ONGs, porém a tutela das comunidades é feita de forma sutil e dissimulada por meio da afetividade e do assistencialismo (SABOURIN, 2009). Para o autor, o Estado e as classes dominantes fazem de tudo para que a tradição paternalista ainda comum no Brasil permaneça, utilizando de táticas como: cooptação dos movimentos sociais, quando estes oferecem riscos à soberania do poder estatal; como exemplo: o caso do sindicalismo rural nos anos 1980 (período de forte organização após a ditadura militar) financiado pelo Estado por meio da Contag, clivando a autonomia do movimento sindical.

As relações organizadas nas comunidades rurais do Nordeste são marcadas, no geral, pela fusão de uma economia familiar tipo campezina pautada na reciprocidade e ao mesmo tempo por relações de trocas mercantis cujo resultado são: “[...] sistemas mistos parcialmente governados pela reciprocidade e parcialmente integrados ao mercado capitalista regional e marcados pelas regras da sociedade nacional.” (SABOURIN, 2009, p. 111)

E é neste contexto que os líderes locais e/ou entidades organizam suas ações na interação entre relações campezinas e capitalistas. Por isso é comum surgir conflitos mesmo porque estão envolvidos interesses diferentes; contudo, tais situações são amenizadas através da criação de novas regras, no geral criados pelas lideranças e/ou líderes atuantes nas comunidades, adequadas aos camponeses e aos indivíduos e/ou grupos externos (SABOURIN, 2009).

Dentre os líderes locais destacamos aqui os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, cujo desempenho gera forte mediação entre agricultores familiares – sejam camponeses ou não – e as entidades externas como o próprio Estado; relação que constitui a ação classificada aqui como ação mediadora. Dessa relação destacamos a articulação das políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

4.2 A ação mediadora do sindicato dos trabalhadores rurais de governador mangabeira

As ações do STRGM são organizadas com base nas normas que regulamentam os sindicatos rurais no Brasil e as normas instituídas internamente por cada entidade. Classificamos estas ações em três tipos: Defesa do Direito do Trabalhador, Assistencialista e Mediadora. Observe o quadro 6.

Quadro 6 – Tipos de ações identificadas no STR de Governador Mangabeira

Classificação das ações	Identificação da ação no discurso
Defesa do Direito do Trabalhador Rural	“Existe a questão maior da agricultura familiar é questão da ordem do título de terra, então a gente tem que entrar aí com a questão jurídica para poder tá resolvendo. Que você pode até tá observando ali na reunião, que 180 pessoas vão ter seu título de terra de volta, através do sindicato, com a conversa que teve com o juiz [...]” (ANE, Presidente do STRGM, 2012)
Assistencialista	“Parceria como o centro médico dos remédios, em Feira, porque tem muitos trabalhadores e trabalhadoras que chegam aqui e a gente sabe como é a fila do SUS e ele tem emergência de fazer uma consulta com o neurologista, ortopedista. Enfim lá tem o desconto para quem é associado.” (ANE, Presidente do STRGM, 2012)
Mediadora	“Temos parceria com a Fundacentro, SETRAS, DIREC 32, EBDA, Banco do Nordeste, Cooperativas, associações, Centro Médico dos Remédios, CAR, SENAR, DIEESE, inclusive a gente já teve três cursos com o DIEESE [...]. A prefeitura, algumas das secretarias! como a secretaria do meio ambiente é parceira nossa; a secretaria de agricultura [...]” (ANE, Presidente do STRGM, 2012)

Fonte: Elaboração Própria.

A ação classificada como Defesa do Direito do Trabalhador Rural constitui a ação base para a organização dos primeiros sindicatos rurais: a luta por questões trabalhistas, pelo cumprimento das leis do trabalho já em vigor e instrumento de reivindicação de melhorias ainda

não conquistadas, a exemplo da célebre luta pela reforma agrária no Brasil. Essa ação é caracterizada por contemplar diversas situações, como apontou a fala da Presidente do STRGM:

[...] tem as ações de organização dos trabalhadores rurais [pausa] assim reuniões orientações sobre previdência rural, sobre o crédito rural, como agroamigo, crediamigo; as Daps, declarações de terra; reuniões com os produtores de laranja [...] temos também atividades específicas para os agricultores agricultoras familiares. [...] a luta com os assalariados rurais para garantir os seus direitos como o acordo coletivo para esses trabalhadores e essas trabalhadoras rurais [...] então assim são várias ações (ANE, Presidente do STRGM, 2013).

São diversas as atividades que contemplam a ação Defesa do Trabalhador Rural, pois contempla diferentes demandas, seja de cunho burocrático (aposentadoria, auxílio doença, auxílio maternidade, dentre outros) à representação direta dos trabalhadores rurais.

A ação denominada por Assistencialista refere-se a uma prática institucionalizada no sindicalismo brasileiro desde a implementação da Lei Nº 4.214 - de 2 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural), no artigo 116 que dispõe sobre os deveres do STR: “[...] manter serviços de assistência a seus associados”. Através da ação assistencialista tem-se um conjunto de atividades e benefícios destinados a resolver necessidades emergenciais dos associados como aqueles referentes à saúde, infraestrutura e educação.

Os agricultores familiares sindicalizados destacam que o STRGM “Ajuda de várias formas: capacitação através de cursos, crédito para os trabalhadores, o advogado, assistência médica [...]” (Morena, agricultora, 50 anos). Ações assistencialistas, identificadas na fala também de outra associada: “O sindicato faz para as pessoas que são associadas projetos, sorteios, consultas com médicos [...]” (Nice, agricultora, 29 anos). Diante da ausência do Estado para solução das questões emergenciais no campo, as ações assistenciais acabam tendo forte apelo dentre os sindicalizados, em especial aqueles com menores condições financeiras.

A ação classificada aqui como Mediadora corresponde à articulação feita pelo STR entre sindicalizados e entidades parceiras (públicas privadas ou entre ONGs (entidades não governamentais). A partir da mediação do STR que as outras ações são organizadas (Defesa do Trabalhador Rural e Assistencialista), por isso constitui-se a principal ação do STR. Para a

organização da ação mediadora as entidades parceiras são importantíssimas, como indica a fala abaixo:

A FETAG (Federação dos Trabalhadores e Agricultores do Estado da Bahia) é parceiro nosso, em tudo, nos congressos nos encontros, cursos; todo movimento que a gente faz está junto conosco. A CONTAG é também uma entidade parceira muito forte, inclusive nas lutas com os produtores de fumo com o trabalho de exportação que vem baseado por dólar e eu não sei calcular (pausa) então agente precisa da CONTAG do DIEESE (Ane, Presidente do STR, 2013).

A fala da presidente do STRGM (até o ano de 2013) apresentou alguns exemplos da importância das entidades parceiras para que as atividades e benefícios aconteçam no sindicato. São muitas entidades que fazem parceria com o STRGM, sendo que essas entidades pertencem a diferentes setores desde a sociedade civil organizada ao setor público e privado.

As ações identificadas no STRGM também se adequam a realidade dos outros sindicatos rurais, na pesquisa de Picolotto (2011) realizada no Sul do Brasil o autor identificou ações realizadas pelos sindicatos rurais como: “[...] encontros e cursos com agricultores e no fornecimento de assistência técnica, seja apoiando e realizando eventos, publicações, e realizando demandas ao Estado em favor de mudanças técnicas.” (PICOLOTTO, 2011, p. 264) Ações do tipo Assistencial cuja materialização foi organizada através da ação tipo Mediadora.

Devido à forte presença da ação mediadora no sindicalismo rural, isso impacta diretamente a organização dos agricultores familiares já que a categoria tem presença marcante dentro dessas entidades. A partir da mediação do sindicato, atividades e benefícios são conquistados pelos sindicalizados, como exemplo algumas políticas públicas destinadas a agricultura familiar.

Através da ação mediadora, o STRGM consegue articular diferentes ações repercutindo positivamente na agricultura familiar do município. Porém, o sindicato deve estar atento à ordem conflitante na qual se insere esses conjuntos de entidades distintas e de objetivos diversos, pois podem estar em desacordo com o movimento sindical. Nestes casos cabe a comissão executiva do STR a consciência ética para aceitar a colaboração dessas entidades quando benéfico, e não efetivar parceria quando os objetivos dos parceiros divergirem com os objetivos do sindicato.

No decorrer da pesquisa, através das observações, aplicação de questionários e entrevistas constatou-se um número grande de entidades parceiras do STRGM, dentre estas destacamos as listadas no quadro abaixo

Quadro 7 – Principais entidades parceiras identificadas no STRGM

Entidade parceira	Exemplos de atividades e/ou benefícios organizados pelo STRGM viam parceria com outras entidades
ASSOCIAÇÕES RURAIS	Instrumento de informação das demandas das comunidades /entidade articulada pelo STR para o recebimento de benefícios;
BANCO DO NORDESTE	Pronaf, Agroamigo, Crediamigo
CAR	Cursos de capacitação/construção de banheiros;cisternas, poços artesianos;
CENTRO MÉDICO DOS REMÉDIOS	Desconto para assistência médica
CETA, CONTAB, FETAG	Cursos de capacitação
COOPERATIVAS	Enfoque nas cadeias produtivas, principalmente no beneficiamento da matéria prima e/comercialização
CONAB	Venda de produtos dos trabalhadores rurais
CMDR	Criação de projetos/ articulação outras entidades
DIEESE	Cursos de capacitação
DIREC 32	TOPA
EBDA	Cursos de capacitação; distribuição de sementes
FUNDACENTRO	Cursos e levantamento das condições de trabalho da agricultura familiar
IFBA	Cursos de capacitação
PREFEITURA MUNICIPAL (algumas secretarias)	Discussões sobre questões do meio ambiente e educação; distribuição de cestas básicas; construção de cisternas;
PREVIDÊNCIA SOCIAL	Cursos de capacitação sobre informações da previdência
SENAR	Cursos de capacitação
SETRAS	Curso de capacitação (Ex.:multiplicadores do Setras)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A parceria do STGM com entidades ligadas aos movimentos sociais é algo bem latente, destaque para as associações e cooperativas, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) Fetag, Contag e o Ceta. As associações rurais têm uma forte parceria com o STRGM e é fundamental para circulação de informações, além das materialidades articuladas em conjunto, como os benefícios: sementes, banheiros, cisternas, poços artesianos etc. Essa articulação também é muito importante para o trabalho do STR, pois as associações são os catalisadores das reais demandas do trabalhador rural e/ou agricultores familiares.

As cooperativas desenvolvem ações no rural com enfoque nas cadeias produtivas, principalmente em atividades de beneficiamento e/ comercialização de produtos, como exemplo a cooperativa de produção de farinha de bejú. Assim, estas entidades conseguem dinamizar a produção e comercialização de produtos do rural, no geral oriundos da agricultura familiar. O STRGM além do incentivo para a continuação do trabalho das cooperativas e para criação de outras entidades, desenvolve um papel importante de mediador entre cooperativas e novos parceiros.

A parceria com o CMDR promove a mobilização dos agentes rurais, como as cooperativas e associações, colocando-as no centro das decisões acerca do rural e assim convocando-as a assumir o papel de mediadores das comunidades rurais.

A foto abaixo elucida a forte parceria entre STRGM e o CMDR. A situação ilustrada na figura 9 refere-se a uma das reuniões do CMDR realizadas na sede do sindicato; na foto estão representantes do STRGM, da prefeitura municipal, da comissão organizadora do CMDR e alguns membros da sociedade civil organizada do espaço rural. Este conselho tem grande importância nas decisões voltadas para o espaço rural, já que a maioria dos projetos que atinge o rural do município passa pela avaliação e aprovação e/ou reprovação dos membros desse conselho.



Figura 9 – Reunião do CMDR – STRGM – 2013
Fonte: Acervo do STRGM.

A Fetag, Contag e o Ceta, possuem parceria contínua com o STRGM. Além da luta pelos trabalhadores e/ ou agricultores familiares, muitos cursos de capacitação são financiados por essas entidades. No geral, os cursos referentes ao movimento sindical propiciam o fortalecimento do movimento sindical no município de Governador Mangabeira, bem como alertam aos beneficiários sobre a importância dos elos de solidariedade nas comunidades.

A CAR, Banco do Nordeste, CONAB, DIREC 35, EBDA, Previdência, SENAR, STRAS, IFBA e a prefeitura, são entidades parceiras oriundas da relação STR e Estado, marcada por conflitos, mas que nos últimos anos tornou-se corriqueiro o Estado desenvolver políticas públicas atreladas aos movimentos sociais. Através de entidades como o STR, o Estado geralmente ausente, faz-se presente; porém nestes casos o agente organizador não mais o Estado, mas sim, os agentes que o requisitam diante das demandas reais dos sujeitos sociais.

Através da articulação do STRGM com outras entidades os agricultores familiares são beneficiados da seguinte forma: dinamização da produção e a circulação de informações. Isso se materializa através dos cursos de capacitação, elaboração de projetos produtivos e os

financiamentos produtivos (aquisição das políticas de crédito). Tais atividades e benefícios oriundos da mediação do STRGM são, sim, instrumentos capazes de dinamizar os sistemas produtivos dos agricultores familiares e de promover a circulação de novas informações e ideias.

4.2.1 A ação mediadora do STRGM e aquisição das políticas públicas destinadas a agricultura familiar

Através da mediação do STRGM 55,2% dos agricultores familiares sindicalizados adquiriu alguma política pública destinada à agricultura. Através dessas políticas públicas, em especial às relacionadas ao crédito, possibilitou aos agricultores familiares investir na produção familiar melhorando as condições de trabalho e aumentando a produtividade da propriedade. Sobre as políticas de acesso ao crédito:

O acesso ao crédito como o Agroamigo é muito importante para o agricultor! Se você está sem condições financeiras, aí você toma um empréstimo! e você pode comprar porco, galinha, você pode pegar para plantar mandioca e [...] essas parcerias que tem aqui no sindicato nos beneficiou muito. E eu acho que tudo isso é um privilegio para o trabalhador rural! (Morena, agricultora familiar, 52 anos).

A agricultora ressalta a importância das políticas de crédito disponibilizada via STRGM, em especial para os agricultores familiares que não possuem rendimentos para investir nas atividades agrícolas. Nestes casos, o acesso às políticas de crédito constitui um meio de incrementar a produção familiar. O gráfico 7, apresenta a percentagem de agricultores familiares que tiveram ou não acesso às políticas públicas destinadas a categoria por intermédio do STRGM:

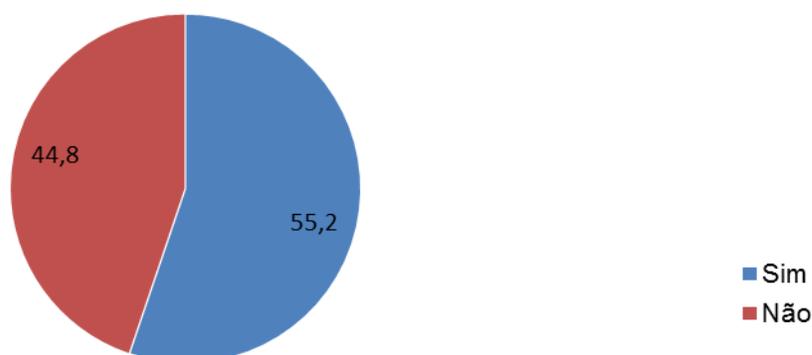


Gráfico 7 - Através da mediação do STRGM teve acesso a alguma política pública destinada a agricultura familiar? (%)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Dentre os 44,8% dos agricultores familiares que não obtiveram nenhuma política destinada à agricultura familiar, alguns ressaltaram os seguintes motivos (com base nos relatos de alguns agricultores familiares durante a aplicação dos questionários): a falta de interesse em acessar as políticas públicas no geral devido à falta de informações sobre as formas de acesso e os benefícios gerados por estas; e, principalmente, o medo de comprometer a renda familiar (no caso das políticas de crédito).

Dentre os programas mais acessados pelos agricultores familiares sindicalizados do STRGM: PRONAF, Agroamigo, Bolsa estiagem e o Programa Nacional de Assistência Técnica (PNAT). Dos agricultores familiares sindicalizados questionados 61,9% acessaram o PRONAF via o STRGM.

No sindicato, a Secretaria de política Agrícola, Agrária e Meio Ambiente tem a responsabilidade de cuidar dos aspectos burocráticos assim como dar informações aos interessados sobre o PRONAF e as demais políticas direcionadas aos agricultores familiares. Para obtenção do PRONAF é requisito o agricultor ter a DAP, requisito também utilizados para outras

políticas destinadas aos agricultores familiares. O gráfico 8 apresenta as principais política públicas acessadas pelo agricultores familiares via o STRGM

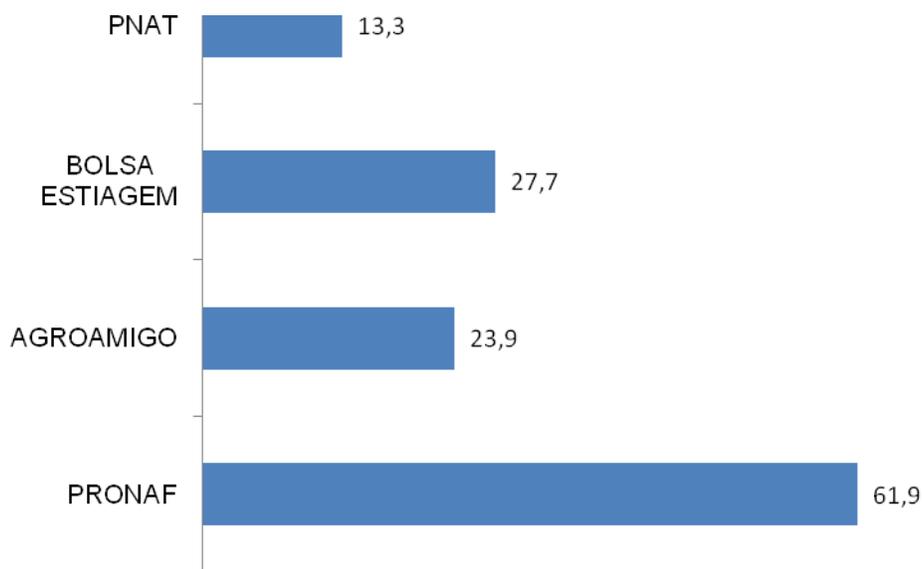


Gráfico 8 - Principais políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares via STRGM

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Identificamos que 71% dos agricultores sindicalizados pesquisados possuem a DAP, documento importantíssimo para o agricultor familiar, pois constitui uma prova de que o trabalhador rural é um agricultor familiar, por isso: “[...] explicamos aqui no sindicato o que é a DAP [...] com esse trabalho de informação que agente vem fazendo com os agricultores eles agora sabem o que é a DAP e a importância da DAP! [...]” (BERÍLIO, Secretário de Políticas Agrícola, Agrária e meio ambiente, 2013) O diretor relaciona à sua fala a um problema muito forte, a desinformação dos agricultores familiares acerca de questões relevantes à sua categoria.

De acordo com a prestação de contas do ano de 2013, total de 1.614 (Mil seiscentos e catorze) agricultores familiares possuem DAP no município via o STRGM, sendo 1.465 (Mil

quatrocentos e sessenta e cinco) DAPs ativas e 149 (cento e quarenta e nove) DAPs desativadas. Com a DAP ativa, os agricultores familiares podem acessar as políticas estatais destinadas à agricultura familiar, como é o caso do PRONAF.

No ano de 2010, de acordo com informações da comissão executiva, o PRONAF obteve um índice muito alto de inadimplência. Muitos agricultores familiares sem acompanhamento técnico utilizavam o crédito para fins não relacionados à produção familiar e no período de sanar o financiamento não tinham como pagar. Por conta disso, o STRGM juntamente com o Banco do Nordeste buscou a adesão de um programa similar ao PRONAF, porém, possui o acompanhamento técnico, o Agroamigo. Entre os pesquisados agricultores familiares 27,9% acessaram o Agroamigo através da mediação do STRGM. Um dos membros da comissão executiva afirma que:

O Agroamigo é um crédito fiscalizado e acompanhado pelo próprio Instituto Nordeste Cidadania com parceria com o sindicato [...] a gente desenvolve esse trabalho em reuniões com as associações. É feito de duas, três até quatro reuniões nas comunidades onde a gente convoca os agricultores para estar fazendo o seu empréstimo. É isso! A gente quer uma vida melhor para o trabalhador rural, para a agricultura familiar, que o agricultor tenha um bom desenvolvimento na sua agricultura sem precisar sair daqui de Governador Mangabeira para trabalhar! E o sindicato também tem crescido muito através desse programa. (BERÍLIO, Secretário de políticas agrícolas, agrária e meio ambiente, 2013).

Um dos pontos positivos do Agroamigo é o acompanhamento técnico na operacionalização dos projetos produtivos (técnicos do Banco do Nordeste e do EBDA), processo supervisionado pelos STRGM. O Agroamigo constitui um dos programas que realmente introduzem nas propriedades familiares recursos financeiros e que possibilitam o fortalecimento do sistema produtivo das famílias agricultoras, pois são acompanhados durante o processo de implementação do projeto produtivo.

De acordo com os dados da prestação de contas do ano de 2013, demonstram que foram feitos 618 (seiscentas e dezoito) operações para concessão do benefício no STRGM, destes apenas 268 (duzentos e sessenta e oito) famílias foram beneficiadas, totalizando o valor de R\$ 543.289,40 (quinhentos e quarenta e três mil duzentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos).

Comparando a quantidade de famílias beneficiadas com ano de 2012 – total de 91 (noventa um) – percebe-se que em 2013 houve uma expansão do programa no município; o número de beneficiários quase triplicou, assim como o valor bruto total, um acréscimo de R\$ 315. 789. 40 (trezentos e quinze mil setecentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos).

O Programa Bolsa Estiagem corresponde ao auxílio-emergencial, benefício federal, destinado aos agricultores familiares que estão localizados em municípios em estado de calamidade e/ou situação de emergência reconhecida pelo Governo Federal. Identificou que 27,7% dos agricultores familiares do STRGM acessaram o Bolsa Estiagem, recebendo mensalmente o valor de R\$ 80, 00 (oitenta reais).

De acordo os dados fornecidos pelo STRGM, 350 (trezentos e cinquenta) famílias foram beneficiados pelo Programa Bolsa Estiagem no ano de 2013; comparada ao ano de 2012 houve um acréscimo de 212 famílias contempladas, totalizando no ano de 2012 a quantia de R\$ 344.800,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais) e no ano de 2013 mais que o dobro, o valor de R\$ 837. 973,42 (oitocentos e trinta sete mil, novecentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos), um crescimento no valor total de R\$ 493.173, 42 (quatrocentos e noventa e três mil cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos).

Apenas 13,3% dos agricultores familiares sindicalizados tiveram acesso ao Programa Nacional de Assistência Técnica (PNAT) mediada pelo STRGM, um número pequeno, diante da importância do acompanhamento técnico na produção agropecuária, uma vez que pode fazer a diferença na produtividade da propriedade familiar. A assistência técnica é uma forma de introduzir outras técnicas nas unidades familiares tradicionais (camponeses) aumentando a capacidade de sobrevivência e/ou permanência dessas comunidades na sociedade capitalista.

Algumas políticas destinadas à agricultura familiar como o PAA e o PNAE ainda não são operacionalizadas via o STRGM. A presidente afirma que:

O PAA tem uma associação aqui em Jacarezinho que conseguiu organizar! O PNAE não conseguiu se organizar porque tudo aquilo que depende ou centraliza na prefeitura fica mais difícil de realizar. Quando tem uma política pública que o sindicato pode fazer individual o sindicato faz, mas quando tem uma política que depende da prefeitura nem sempre a prefeitura quer abraçar as causas. É por

essas questões que na maioria das vezes em muitos municípios não deu certo!(ANE, Presidente do STRGM, 2013).

A fala da presidente do STRGM revela os conflitos e disputas de poder organizadas no espaço rural. No ano de 2012 participei de uma reunião do STRGM com alguns agricultores familiares e o representante do Banco do Nordeste, cujo objetivo era organizar o PNAE no município. Apesar dessa tentativa em 2013, de acordo com a presidente do sindicato, tal programa ainda não se efetivou. Advertimos que a prefeitura de Governador Mangabeira está cadastrada no PNAE, porém, não identificamos no período de pesquisa agricultores familiares que se beneficiaram do programa.

Consideramos vital a ativação e /ou ampliação de programas como o PAA e o PNAE, pois tais programas podem dinamizar o sistema produtivo local e, conseqüentemente, das unidades familiares, colaborando para melhores condições de vida desses agricultores. Além disso, é necessário que o STRGM elabore políticas públicas próprias, nesse caso seria muito positivo pensar na questão da agricultura familiar campesina, (comum dentre os sindicalizados) e políticas destinadas aos jovens agricultores familiares, já que é nesse grupo onde se identifica o meio para continuação e perpetuação do trabalho agrícola familiar.

4.2.2 A mediação do STRGM às políticas públicas destinadas aos jovens

Nesta análise sobre as políticas públicas mediadas pelo STRGM, identificamos que 25,7% dos agricultores familiares sindicalizados e/ou alguém da família já participou de alguma política destinada especificamente aos jovens agricultores familiares, dentre estas: PRONAF Jovem e o PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens). E 74,3% não participaram de nenhuma política destinada aos jovens agricultores familiares articulada pelo STRGM (gráfico 9).

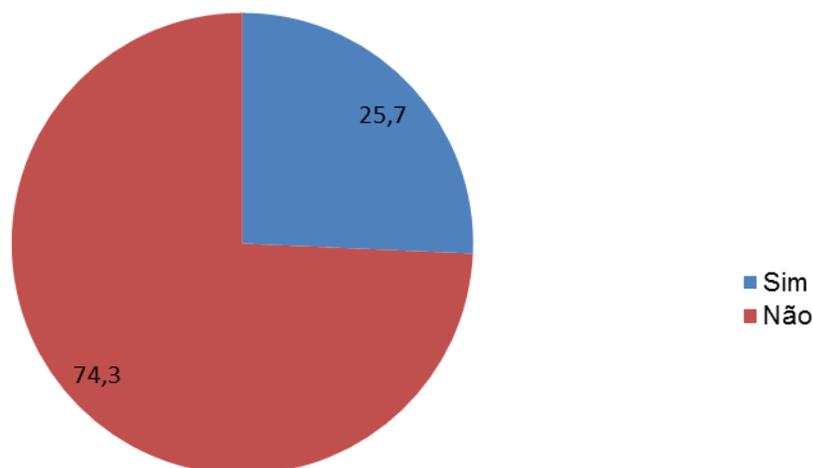


Gráfico 9 - Você e/ou alguém de sua família já participou de alguma política organizada pelo STRGM destinadas aos jovens agricultores familiares? (%)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

As políticas públicas destinadas aos jovens agricultores familiares devem ser fomentadas, pois podem ser um meio de incentivar a adesão e participação desse grupo no STRGM. Pois de acordo com a própria comissão executiva, a baixa adesão dos jovens ao STRGM, é o principal problema da entidade:

Esse jovem rural ele não consegue visualizar com olho de Águia a importância que a agricultura tem [...] assim é algo histórico e reflete para essa juventude! Então a juventude não quer estar na agricultura porque ele acha que não dá renda, capital! E como eles não têm aquele salário aí então eles preferem na maioria das vezes sair daqui, do território rural, e ir para cidade em busca de uma vida melhor, mas nem sempre dar certo [...] (ANE, Presidente do STRGM, 2013).

Outra diretora do STRGM também comenta sobre a questão do jovem agricultor familiar no município de Governador Mangabeira

[...] é porque assim, hoje os jovens não querem ficar na zona rural! Porque ele querem ir atrás de se manter e claro que na roça a gente olhando assim parece fácil, mais não é! [pensativa] E às vezes ele quer correr atrás de um trabalho de um estudo quer der, que entre o dinheiro de forma rápida e com menos trabalho pesado e aí eles preferem ir para cidade. Mas nem sempre dá certo! (DETE, Diretora da Secretaria de jovens, 2013).

As falas apresentadas acima relatam a dificuldade do STRGM em atrair e manter os jovens agricultores familiares sindicalizados no trabalho familiar agrícola. Dentre os motivos que provocam tal situação podemos indicar aqueles identificados por Nilson Weisheimer entre os jovens agricultores familiares do Recôncavo Baiano: a baixa autonomia material dos jovens - quesito analisado com base no recebimento em dinheiro pela participação no trabalho agrícola familiar, aquisição de terreno em nome próprio, possuir conta bancária, possuir financiamento em nome próprio e ter autonomia no desenvolvimento de atividade produtiva na propriedade.

Por conta disso, muitos jovens agricultores deixam o trabalho agrícola familiar e se inserem em outros espaços, em profissões não ligadas à atividade rural. Algo preocupante para a perpetuação da agricultura familiar, porque se esses jovens estão saindo das unidades familiares a quem serão transmitidos os saberes agrícolas? A presidente do STRGM aponta que é preciso:

[...] ter mais políticas públicas destinadas para os jovens rurais para que essa juventude possa fixar no rural. Que o PRONAF jovem não seja com tanta burocracia, como está aí! Nós estamos pensando juntamente com a secretária de jovens a possibilidade de cooperativas de jovens, acho que podemos aproveitar muita coisa como na produção de frutas [...] mas precisa-se facilitar o acesso da juventude as políticas públicas [...] porque a burocracia é muita! (Ane, Presidente do STRGM, 2013)

Facilitar o acesso das políticas públicas é fundamental para que os jovens agricultores familiares, oriundos de famílias de baixo rendimento agrícola, possam se consolidar no espaço rural e/ ou nas unidades produtivas familiares. Sendo assim o STRGM tem um grande desafio: encontrar ações que propiciem a fixação dos jovens na agricultura familiar.

As políticas públicas direcionadas ao jovem agricultor familiar foi umas das temáticas do I Encontro Estadual da juventude rural, no município de São Gonçalo dos Campos, que teve participação dos membros da Secretaria de Jovens e Adolescentes. Neste evento político também houve a discussão sobre a criação de mecanismos para continuidade dos jovens rurais no espaço

rural e no trabalho familiar agrícola. Depois da participação no Encontro, as diretoras da Secretaria de Jovens e Adolescentes voltaram com novas ideias a serem operacionalizadas no STRGM; dentre estas a formação de cooperativas de jovens agricultores familiares destinada à comercialização da produção agrícola.



Figura 10 – I Encontro Estadual da Juventude Rural – Bahia – 2014
Fonte: Acervo do STRGM.

A participação do STRGM em mobilizações e discussões que reflitam a questão do jovem agricultor familiar é importantíssima, pois agrega aos membros da entidade novas informações sobre essa questão, possibilitando a criação de soluções de problemas, como o número reduzido de jovens sindicalizados no sindicato e a não continuidade dos jovens no trabalho familiar agrícola.

4.2.3 Avaliação dos agricultores familiares para a mediação do STRGM no processo de aquisição das políticas públicas

Ao avaliarem o grau de importância do STRGM no processo aquisição das políticas públicas os agricultores familiares sindicalizados apontaram notas de zero a dez: 75% fizeram uma avaliação positiva apontando notas de oito a dez, caracterizadas por um alto grau; 16,7% apontaram um grau de importância mediano, cujas notas estão no limiar de quatro a sete; e apenas 8,3% consideram um grau de importância baixo (tabela 6).

Tabela 6 – Avaliação do grau de importância da ação do STRGM no processo de aquisição das políticas públicas (*f* e %)

Notas aferidas pelo agricultor familiar sindicalizado		Frequência	Porcentagem válida
Categoria válida	0-3 (grau baixo)	5	8,3
	0-7 (grau médio)	10	16,7
	8-10 (grau alto)	45	75
	Total**	60	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

**Refere-se ao total de agricultores familiares que adquiriram alguma política pública através do STRGM.

No geral identificamos uma avaliação positiva dos agricultores familiares sindicalizados quanto à ação do STRGM no processo de aquisição das políticas públicas. Sobre essa questão uma agricultora aponta que:

Eu acho que o sindicato é importante em tudo para o trabalhador rural, principalmente na obtenção de financiamentos porque é muito mais fácil através do sindicato. [...] o sindicato é um órgão que está sempre junto de nós, ele nunca diz não! Então eu acho que o sindicato ele é não apenas um órgão, mas é tudo na vida do trabalhador (MORENA, agricultora familiar, 52 anos).

A agricultora traz em sua fala um elemento importante da mediação do STRGM no processo de aquisição das políticas públicas pelos agricultores familiares: a facilidade ao acesso. O STRGM é uma entidade de acesso direto aos agricultores familiares assim diminuindo a interfase com entidades externas, esta situação tem uma importância maior para os agricultores familiares camponeses, já que no geral possuem maior resistência para manter relações com entidades estranhas ao seu espaço de identidade.

Outra agricultora familiar afirma: “[...] o STR é uma entidade que conheço e sei que podemos confiar! Eles explicam tudo direitinho agente que faz a gente acreditar que vai dar certo, foi assim com o Agroamigo, e foi muito bom para a gente [...]” (ANA, agricultora familiar, 46 anos). Essa fala reforça o que foi elucidado no parágrafo anterior, a resistência dos agricultores familiares camponeses em se relacionar com as entidades e/ou indivíduos da sociedade externa a sua comunidade; algo minimizado quando tais relações são mantidas via STRGM, uma vez que os diretores como relatou um sindicalizado: “são gente da gente, estão o tempo todo na minha comunidade.” (Gil, agricultor familiar, 52 anos)

Nas falas dos agricultores familiares e de acordo as observações realizadas no STRGM, sindicalizados e diretores da comissão executiva mantêm laços de proximidade, ou seja, os sindicalizados conhecem a vida dos diretores ou mesmo das famílias. Tal relação é importantíssima para os agricultores familiares camponeses, pois são requisitos básicos para que mantenham relações com o STR: conhecer a reputação dos membros do sindicato; respeitar e confiar.

Entre os agricultores familiares camponeses a aquisição de uma política pública, sobretudo às de crédito é necessário que a entidade articuladora preencha os requisitos citados no parágrafo anterior, mesmo porque tal decisão além de comprometer a renda familiar com um empréstimo, em caso de não poder sanar a dívida coloca em risco a reputação da família diante da comunidade. Por conta disso os camponeses são resistentes em manter relações – sobretudo aquelas que envolvam dinheiro – com a sociedade externa às comunidades camponesas.

Pode-se concluir que a mediação do STRGM para aquisição das políticas públicas pelos agricultores familiares é uma ação de grande importância, pois reduziu a burocratização ao acesso, uma vez que diminuiu o número de mediadores externos do cotidiano dos agricultores familiares; possibilitou também aos agricultores familiares, maior acesso as informações sobre as

políticas públicas. Contudo, advertimos alguns entraves como a inexistência de políticas próprias do STRGM, ou seja, políticas organizadas pelo STR, criadas a atender as demandas dos agricultores familiares catalogadas pela entidade.

5 AS TIPOLOGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES SINDICALIZADOS E AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO MERCANTIL

“Eu trabalho na roça né! A gente cultiva o feijão, mandioca, laranja, o aipim [...] também na época do São João tem o amendoim, o milho. Mas, a gente trabalha mais com a mandioca, na casa de farinha, raspando mandioca. Desde pequeninha eu raspava mandioca na casa de farinha entre 8 a 9 anos! Cresci e continuei estudando e trabalhando na roça” (ANA)*

Este capítulo foi organizado a partir de dois pontos de análise. O primeiro foi organizado com base nos dados coletados em pesquisa de campo referentes aos elementos: terra, trabalho e família. A partir dessa análise ratificou-se a percepção das primeiras observações de que o modelo de agricultura familiar desenvolvida pelos agricultores familiares do STRGM é predominante camponesa.

O segundo ponto de análise, focou o quesito integração mercantil dos agricultores familiares sindicalizados do STRGM. A investigação foi direcionada às formas de contribuições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRGM) em aspectos como, compra de insumos/instrumentos e comercialização. Neste tópico também é notório que as características da agricultura familiar organizadas pelos sindicalizados do STRGM convergem predominantemente ao campesinato.

5.1 A tipologia predominante da agricultora familiar organizada pelo sindicalizados do STRGM?

De acordo com Lamarche (1998), a agricultura familiar é complexa e adquiriu formas sociais variadas a depender do conteúdo do espaço ao qual está inserida, dentre estas, a agricultura camponesa ou de subsistência, agricultura familiar moderna, agricultura empresarial e empresa familiar. Com base nessa classificação, concluímos que o tipo de agricultura familiar desenvolvida pelos agricultores familiares sindicalizados no STRGM é predominantemente

camponesa. Um campesinato ligado à produção de gêneros agrícolas, através do sistema de roças que tem por objetivo principal a sobrevivência da própria família.

No modo de produzir da agricultura familiar camponesa, algumas características são fundamentais: a família além de proprietária dos meios de produção é quem assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1999). Do modo de vida camponês destacamos a forte ligação subjetiva com a terra; ao se relacionar com esta, o camponês cria vínculos que jamais podem se desfazer, afinal: “ não é apenas terra de trabalho, ela é também morada da vida, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo.” (PAULINO e ALMEIDA 2010, p. 40)

E é na tríade, terra – trabalho – família, onde se encontra os pilares para reprodução e perpetuação nas gerações seguintes da agricultura familiar campesina (WANDERLEY, 1999). As relações organizadas por essa tríade configuram o território camponês, marcado por relações de parentesco, vizinhança e religiosa, reforçando o sentimento de identidade ao lugar que se vive.

Aqui, os elementos terra, trabalho e família dos agricultores familiares sindicalizados do STRGM foram destacados e analisados. Nos dois primeiros elementos a família está contida na produção do trabalho e nos sentidos nos quais envolve a terra para agricultor familiar camponês.

5.1.1 A terra

A propriedade familiar é o lugar onde reproduzem a família e o trabalho. A terra é para os agricultores familiares camponeses, mais que um mero local de trabalho, é o espaço de identificação social, raiz de sua cultura e do modo de vida camponês, cujo trato com a terra é diferentes das relações mercantis, voltada especificamente para o lucro. É marcada pela cumplicidade e respeito. Afinal a terra é a condição básica para sua sobrevivência e permanência no campo, pois é de onde se retira o sustento da família. Sendo assim, o principal patrimônio dos camponeses é a terra.

Constatamos que a quantidade de terra dos agricultores familiares do STRGM é muito pequena, 93,3% possuem apenas um hectare. Este é um entrave para o desenvolvimento da agricultura familiar principalmente nas unidades pouco tecnificada o que certamente compromete

a produção agrícola. Sobre o tamanho da terra um agricultor familiar sindicalizado comenta: “[...] a terra é muito pequena e o que eu planto só dar para a subsistência” (Gil, agricultor, 52anos). Ou seja, tem-se aí um empecilho ao desenvolvimento da comercialização da produção familiar, pois se não há terra o suficiente para plantar, então a produção familiar mal supre as necessidades de consumo direto da família, muito menos a produção para a venda.

Identificamos que 1,9 % dos agricultores familiares do STRGM possuem de 2 a 3 hectares de terra; de 4 a 5 hectares 2,9%; e apenas 1% com 6-7 hectares, sendo a mesma percentagem os que possuem a partir de 10 hectares. Nessa terra é cultivada uma variedade de cultivos, destaque para a produção de mandioca, feijão e milho, sendo, o aipim em 98,3%; abóbora por 93,1%; laranja 68% e fumo 26,5%; ainda foram citados demais cultivos enquadrados na categoria outras, listado por 96,6% dos agricultores familiares. Na tabela 7 foram catalogados esses dados:

Tabela 7 – Principais produções agrícola nas unidades familiares dos associados ao STRGM (f e %)

Cultivos	Frequência	Percentagem por amostra
Feijão	116	99,1
Mandioca	116	99,1
Milho	116	99,1
Aipim	115	98,3
Abóbora	109	93,1
Laranja	80	68,3
Fumo	31	26,5
Outros	13	96,6

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Além das atividades agrícolas, mesmo com tamanho pequeno das propriedades esses agricultores também desenvolvem atividades agropecuárias, dentre as atividades foram: 84,3% de avicultura; 20% de suínos; 13% de bovinos; 11,1% de equinos e 7,7% desenvolvem a piscicultura. Os animais são criados para o autoconsumo ou para o trato agrícola como animais de carga (tabela 8).

Tabela 8 – Principais atividades pecuárias nas unidades familiares dos sindicalizados ao STRGM (*f e %*)

Animais	Frequência	Porcentagem por amostra
Avicultura	97	84,3
Suínos	23	20
Bovinos	15	13
Equinos	13	11,1
Piscicultura	9	7,7

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Destacamos que dos 117 (cento e dezessete) associados questionados, apenas 13 (treze) não possuem terra própria, o que equivale a 11,9% dos casos, ou seja, 104 (cento e quatro) são proprietários da terra, 88,9%. As terras dos agricultores familiares do STRGM – número expressivo – foram conquistadas por herança (82,6%), isso demonstra que são muito ligados à noção de patrimônio principal meio para a reprodução da agricultura familiar camponesa (LAMARCHE (1998) e WANDERLEY (1999)). Apenas 1% conquistou a terra parte por herança e parte por compra; e 16,4% obtiveram a terra através da compra (compra de parentes 5,8% e compra de terceiros 10,6%). Dados organizados na Tabela 9.

Tabela 9 – Formas de obtenção das terras dos sindicalizados ao STRGM (*f e %*)

Como foram obtidas as terras?		Frequência	Porcentagem válida
Válido	Herança	86	82,6
	Compra de parentes	6	5,8
	Compra de terceiros	11	10,6
	Parte por herança parte por compra	1	1,0
	Total**	104	100,0
Agricultores familiares sem terra		13	
Total		117	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

**Refere-se ao total de agricultores familiares que possuem terra.

A realidade verificada entre os agricultores familiares sindicalizados do STRGM converge aos dados da pesquisa de Weisheimer (2012) – no Recôncavo baiano (microrregião de Santo Antônio de Jesus) – que constatou que 80% dos agricultores familiares são os proprietários da terra, sendo que 54,5% tiveram acesso a terra via herança; tal situação vem carregada de referências que visam à perpetuação do trabalho familiar, isso porque:

[...] as relações no interior da família camponesa tem como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc, são fortemente orientadas por este objetivo a médio e longo prazo, da sucessão entre gerações (WANDERLEY, 1999, p. 4).

Contudo, o fato desses agricultores serem proprietários da terra não é sinônimo de emancipação do grupo, pois no geral “[...] as famílias que não conseguem reproduzir-se no meio agrícola – isto é, as que não têm sucessores – correspondem a estabelecimentos demasiadamente pequenos e insuficientemente rentáveis.” (CHAMPAGNE, 1986 *apud* WEISHEIMER 2004, p.119)

A terra é para os camponeses, o lugar de reprodução social, do trabalho em família e do convívio em comunidade. Das características sobre o elemento terra entre os agricultores familiares sindicalizados do STRGM, destacou-se: relação de afetividade e a concepção da terra como patrimônio (herança).

5.1.2 O trabalho

Outro aspecto fundamental na caracterização da agricultura familiar é o trabalho, mais especificamente o processo de trabalho familiar agrícola (WEISHEIMER 2009). Baseado na

relação de reciprocidade (das obrigações familiares), algo identificado nas unidades produtivas dos sindicalizados; a autoajuda entre membros da família é algo evidente; por exemplo, são realizados por toda família (pais e filhos/agregados) os trabalhos agrícola tipo: capinar (99,1%), arar (98,2%), adubar (99,1%), plantar (99,1%), colher (99,1%).

Como o tamanho da terra é muito pequena, até a aração da terra – na maioria das unidades produtivas – é feita sem a contratação de terceiros, utilizando-se de técnicas tradicionais como a tração animal. A contratação de terceiros foi identificada em apenas seis unidades familiares (5,1%), o que revela a importância dos membros da família para a dinâmica interna da produção familiar.

O objetivo central do trabalho familiar agrícola é a reprodução social da família e conseqüentemente da unidade de produção familiar (WEISHEIMER 2009), ou seja, o trabalho não está direcionado à obtenção do lucro como nas unidades produtivas capitalistas, mas, sim, é o meio principal para sobrevivência dos agricultores familiares através do autoconsumo da produção agrícola – principalmente entre os camponeses –, sendo a venda dos produtos agropecuários um objetivo secundário.

A produção agrícola é muito importante para os agricultores familiares sindicalizados, sendo na maioria dos casos a base da alimentação dos membros das unidades familiares. Além de ser tradição, principalmente entre os camponeses, tem também a questão do baixo rendimento agrícola anual, dificultando a compra até de alimentos. Dos agricultores familiares pesquisados que comercializam constatou-se que a maioria apontou ter renda agrícola anual de até um salário mínimo, 53,9%; de 2 a 3 salários 16,7%; de 4 a 5 salários 21,6% e acima de 6 salários 7,8%. Situação parecida quanto à renda não agrícola mensal: 96,6% possuem rendimento de 1 a 3 salários (sendo 62,4% até dois salários mínimos e 34,2% de 2-3 salários) e apenas 3,4% de 4-5 salários. Dados catalogados na tabela 10.

Tabela 10 - Renda familiar não agrícola mensal dos sindicalizados ao STRGM (f e %)

Valores	Frequência	Porcentagem válida
0 a 1 salário	73	62,4
2 a 3 salários	40	34,2
4 a 5 salários	4	3,4
Total	117	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Apesar do baixo rendimento familiar não agrícola, este constitui a base para a manutenção dos membros das famílias dos sindicalizados, mesmo porque, no geral, a renda familiar agrícola contribui muito pouco ao rendimento familiar. Diante dos baixos rendimentos (renda agrícola e renda não agrícola) dos agricultores familiares sindicalizados, é vital ao abastecimento alimentar da família à produção familiar.

Além disso, o processo de trabalho familiar agrícola é a principal forma de inserção das novas gerações de agricultores familiares, através da difusão dos saberes agrícolas (WEISHEIMER, 2009). É no dia a dia com o trabalho na terra, de geração a geração, que são transmitidos o modo de vida dos agricultores familiares: as formas de trabalho com a terra, o modo de se relacionar com a natureza e em comunidade. Esses saberes agrícolas são perpetuados no grupo familiar e transmitidos desde crianças, como verificado na fala abaixo:

Desde meus 11 anos que estou sempre trabalhando na roça né, passando de meu pai e minha mãe [...] que sempre criou a gente na roça e daí para frente agente continuou e hoje eu não tenho pai nem mãe mais agente continuou. E aí a gente sempre trabalhou e aí a sobrevivência da gente é a roça mesmo!(Ana, agricultora familiar, 46 anos)

A continuidade dos saberes agrícolas que constituem o ser agricultor familiar depende das gerações futuras. Quando há o desencantamento da identidade do jovem como agricultor familiar, tem-se aí o principal empecilho para o fortalecimento e/ou desenvolvimento da agricultura familiar, pois é a partir da juventude que o ciclo se renova ou do contrário enfraquece e/ou se extingue.

Concluiu-se também a partir do elemento trabalho que os agricultores familiares sindicalizados são predominantemente do tipo camponês, devido à identificação das seguintes características, maior número da mão de obra são membros da família – baseada na relação de reciprocidade – com baixa adesão de contratados; o trabalho como principal meio da reprodução social e produtiva da família; a visão do trabalho com um saber agrícola herdado de geração a geração.

5.1.3 A família

Na família estão as respostas para a continuação ou não do trabalho familiar agrícola (SCHNEIDER, 2003; 2006), e o destino do grupo está contido pelo percurso escolhido pelos indivíduos que compõem a família em especial os jovens agricultores familiares. Da tríade terra, trabalho e família, o último elemento dá sentidos aos outros, pois é composto pelos sujeitos que dão vida às relações sociais e produtivas dos agricultores familiares.

Sobre este elemento algo interessante para análise é a composição demográfica das famílias. Identificamos uma média de 5,9 pessoas por família, como mostra a tabela 11.

Tabela 11 – Densidade demográfica das unidades familiares dos sindicalizados ao STRGM (*f* e %)

Número de pessoas por família	Frequência	Porcentagem válida
20	1	,9
15	1	,9
12	4	3,4
11	7	6,0
10	4	3,4
9	5	4,3
8	10	8,5
7	9	7,7
6	11	9,4
5	23	19,7
4	19	16,2
3	12	10,3
2	9	7,7
1	2	1,7
Total	117	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Na catalogação desses dados não foi considerado os membros que não se encontram mais nas unidades familiares, caso contrário a média de membros por família seria bem maior. Dentre os motivos para a diminuição da densidade demográfica, destacam-se a divisão familiar através do casamento dos filhos e o êxodo rural. No último caso, constitui-se algo corriqueiro entre os jovens:

Eles não estão querendo trabalhar na roça! Eles vão para a cidade procurar outros empregos. E mesmo os que não têm estudos! Porque eles não estão terminado o estudo e indo logo para a cidade trabalhar! Só quem já tem família e os mais velhos ficam [...]. Lá na zona rural onde eu moro os jovens não querem ficar não! (NICE, agricultura familiar, 29 anos).

Em busca de melhores condições de vida muitos jovens abandonam o trabalho agrícola familiar por outras funções não agrícolas. No geral, tal situação vem acompanhada pela saída do

espaço rural em direção ao espaço urbano, provocando um esvaziamento das unidades familiares e, conseqüentemente, o enfraquecimento da agricultura familiar no município.

Adverte-se aqui, que no decorrer das análises dos elementos, terra e trabalho, outras características do elemento família foram ressaltadas. Em síntese: formação de redes sociais de baixa complexidade (parentesco, vizinhança, amizade); sentimento de pertencimento ao lugar que se vive e/ou as tradições; relações sociais baseadas pelo interconhecimento; baixo rendimento financeiro e baixa adesão ao mercado;

5.2 O STRGM a integração mercantil dos agricultores familiares sindicalizados

Entre os agricultores familiares do STRGM, 87,2% da produção familiar são utilizadas tanto para o autocosumo como para a comercialização, e 12,8% a utilizam apenas para o consumo da família. Dos agricultores familiares que comercializam a produção, os dados apontaram que a maioria total de 63,7% comercializa diretamente com os consumidores através da venda nas unidades familiares.

Constatou-se que 31,4% comercializam a produção familiar via intermediários, relação verificada principalmente com os agricultores produtores de mandioca e citros. Esses intermediários geralmente são pessoas com certo grau de intimidade com a família produtora, isso porque a comercialização para os agricultores familiares, sobretudo os mais tradicionais, é pautada por relações de confiança, ou seja, relações sociais baseadas pelo interconhecimento, por isso a preferência por comercializar com pessoas de redes sociais próximas.

A feira livre é utilizada por 3,9% dos agricultores, sendo mais um canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar de acesso direto ao consumidor, um autorregulador do preço dos produtos agrícolas no mercado interno. Apenas 1% comercializa através de associações produtivas – que objetivam o comércio de produtos, porém os proventos são diretamente repassados ao produtor – algo importante a se dinamizar já que tais entidades representam uma importante alternativa para comercialização principalmente por serem organizadas pelos próprios produtores, lhes conferindo maior autonomia frente ao mercado. O gráfico abaixo apresenta os dados referentes às formas de comercialização da produção familiar.

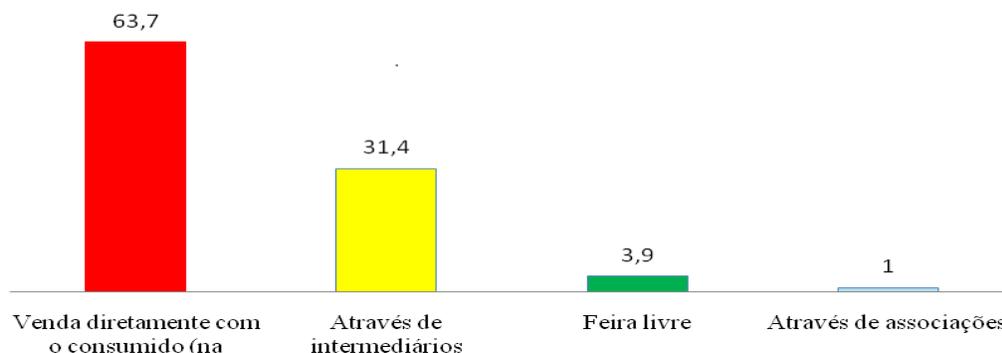


Gráfico 10 – Principais formas de comercialização utilizada pelos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM (%)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Os dados indicam baixa adesão da produção familiar ao mercado, uma vez que não está diretamente integrado com os grandes mercados e/ou a indústria; o contrário implicaria uma maior dependência tecnológica e financeira pelo fato que a integração à indústria e/ou agroindústria necessita de maiores investimentos na aquisição de novos meios de produção, seja na adesão de tecnologias modernas, assim como, a contratação de mão de obra externa.

Sendo assim, o STRGM tem mais um desafio para os próximos anos, a integração mercantil, ou seja, proporcionar aos agricultores familiares, em especial aos camponeses, a ativação ou novas formas de circulação da produção familiar, com isso aumentando a renda agrícola familiar e as possibilidades de continuação do trabalho familiar agrícola.

5.2.1 As ações do STRGM pela integração mercantil dos agricultores familiares sindicalizados

De acordo com os dados obtidos dos agricultores familiares sindicalizados, identificamos ações com repercussão direta na comercialização, destaque para a representação dos agricultores familiares produtores de fumo frente às empresas fumageira. E as ações em processo de

implementação: organização dos agricultores familiares produtores de citricultores; organização da produção familiar em cooperativas, além da ativação do PNAE.

Algumas unidades familiares do município de Governador Mangabeira encontraram na produção do fumo uma forma de manter e/ou aumentar a renda agrícola. E o STRGM nos últimos dois anos travou uma luta muito forte frente às empresas que compravam a produção dos agricultores familiares, cujo objetivo foi aumentar o valor do fumo comercializado, conquista efetivada no ano de 2013. Contudo, é perceptível que mesmo os agricultores familiares do STRGM plantadores de fumo, para a maioria, o cultivo de gêneros alimentícios ainda é a base da produção familiar. A figura abaixo representa bem essa questão:



Figura 11 – Produção de abóbora (gêneros alimentícios) destinada especialmente ao consumo familiar e a produção do fumo destinada as empresas fumageiras – Governador Mangabeira – Bahia – 2013

Fonte: acervo de imagens do STRGM.

A figura 11 demonstra o fumo disposto para secagem das folhas, logo à frente, a agricultora familiar expõe o resultado da colheita da abóbora, ou seja, a produção de fumo em consonância com a produção dos cultivos que são utilizados para a venda, mas, sobretudo, para o

autoconsumo. É notório que os agricultores familiares sindicalizados ao STRGM plantam o fumo voltado para a venda para as empresas fumageira localizadas no território do município de Governador Mangabeira, mas, o foco principal da produção familiar ainda continua sendo os produtos relacionados ao consumo direto da família.

A produção de citros é outro cultivo que permite ao agricultor familiar uma maior integração ao mercado. No STRGM já existem ações que buscam fomentar a comercialização dos citros pelos agricultores familiares sindicalizados, como por exemplo, a articulação com a câmara setorial dos citricultores, entidade onde acontecem discussões sobre a comercialização dos citros. Com esse apoio, o STRGM encontra-se em processo para implementação de uma cooperativa de citricultores, cujo objetivo é facilitar a comercialização dos citros dos agricultores familiares sindicalizados.

O STRGM tem como meta organizar a comercialização dos agricultores familiares a partir da criação de cooperativas ou associações produtivas. Para o ano de 2014 tem o objetivo de concretizar a criação de cooperativas de jovens agricultores familiares; com isso combater os dois principais problemas entre os agricultores familiares sindicalizados: o abandono da agricultura familiar pelos jovens e a ausência de mecanismo de comercialização da produção familiar.

A produção familiar dos sindicalizados do STRGM teria maior integração ao mercado se políticas públicas como o PNAE fossem ativado no município, como afirmou a presidente: “[...] se a gente conseguir implantar o Pnae, nós vamos ter uma comercialização forte da produção familiar.” (ANE, Presidente do STRGM, 2013). O PNAE é umas das lutas atuais do STRGM, porém a desarticulação com outros agentes que envolvem o programa impediu até o momento a consolidação dessa política.

Os agricultores familiares sindicalizados, que comercializam os produtos agrícolas, avaliaram a ação do STRGM no processo de circulação e comercialização da produção familiar e detectamos que: 93,7% opinaram com notas que variaram entre oito a dez e 6,3% deram notas entre limiares de quatro a sete. No geral, notas positivas para este quesito, apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 12 - Nota para contribuição do STRGM no processo de circulação e ou comercialização da produção familiar (*f* e %).

Notas aferidas pelos agricultores sindicalizados		Frequência	Porcentagem válida
Categori a válida	0-3	0	0
	4-7	4	6,3
	8-10	60	93,7
	Total**	64	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

**Corresponde ao número de agricultores familiares que responderam que o STRGM colaborou com o processo de comercialização da produção familiar

Apesar das ações identificadas serem relacionados a cadeias produtivas como o fumo, laranja e a maioria dos agricultores familiares não terem nas unidades familiares produção desses cultivos, era comum soar das vozes dos agricultores familiares as notas entre oito e dez; tais notas eram correlacionadas ao trabalho da entidade com um todo, pois a maioria das ações direcionadas à comercialização da produção familiar ainda estão em processo de implementação assim ainda não contribuem efetivamente ao fortalecimento da agricultura familiar dos sindicalizados.

5.2.2 Outras ações do STRGM de fomento à integração mercantil dos agricultores familiares sindicalizados

Algumas ações efetivadas pelo STRGM atingem diretamente na comercialização dos agricultores familiares, mesmo que não seja o objetivo central da ação, dentre estas a mediação do sindicato às políticas públicas para os agricultores familiares. No caso das políticas de crédito, assim como de assistência técnica quando bem operacionalizadas, tem-se o aumento da produtividade familiar e, conseqüentemente, da circulação da produção (comercialização).

Identificamos também que 78,6% (que corresponde a 92 (noventa e dois) dos agricultores familiares sindicalizados afirmaram que através do STRGM adquiriram algum tipo de instrumento trabalho agrícola, e 21,4% (total de 25 (vinte e cinco)) indicaram que o sindicato não contribuiu de nenhuma forma.

Dentre os instrumentos de trabalho agrícola citados estão o trator e o arado (horas do equipamento mais barato para os sindicalizados). Algo muito positivo, pois colabora para a tecnificação da agricultura familiar dos sindicalizados e, conseqüentemente, aumentando a produtividade familiar. Mas advertimos que apesar do desconto concedido para o uso desses maquinários nas unidades familiares, muitos não têm condições de pagar, reduzindo ao máximo o uso desse tipo de equipamentos ou restringindo a poucos períodos da plantação, no geral são mais utilizados no pós-plantio: retirada do mato, destocagem, e aração da terra.

A figura abaixo apresenta as notas dos agricultores familiares para a contribuição do STRGM na aquisição de instrumentos de trabalho:

Tabela 13 - Nota para contribuição do STRGM na aquisição de instrumentos de trabalho (f e %)

Notas aferidas pelos agricultores sindicalizados		Frequência	Porcentagem válida
Categoria válida	0-3	0	0
	4-7	14	15,2
	8-10	78	84,8
	Total**	92	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

**Corresponde ao número de agricultores familiares que responderam que o STRGM colaborou para aquisição de instrumentos de trabalho.

Os agricultores familiares sindicalizados consideram positiva a ação do STRGM destinada à aquisição de instrumentos de trabalho agrícola. 84,8% aplicaram notas altas entre oito e dez; e 15,2% notas entre quatro e sete. Outro quesito também avaliado pelos agricultores familiares sindicalizados foi sobre a contribuição na aquisição de novos conhecimentos técnicos: 62,4% apontaram notas variando entre oito a dez; 26,5% deram notas entre zero a três e 11,1% notas entre quatro e sete. A tabela 14 apresenta as notas dos agricultores familiares para a contribuição do STRGM na aquisição de novos conhecimentos técnicos.

Tabela14 - Nota para contribuição do STRGM na aquisição de novos conhecimentos técnicos (f e %)

Notas aferidas pelos agricultores familiares sindicalizados		Frequência	Porcentagem válida
Categoria válida	0-3	31	26,5
	4-7	13	11,1
	8-10	73	62,4
	Total	117	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Ao tratar do quesito aquisição de novos conhecimentos técnicos, os pesquisados associavam aos cursos disponibilizados através do STRGM e assistência técnica (no geral as entidades de assistência técnica são articuladas pelo sindicato). A introdução de novas técnicas no dia a dia do trabalho familiar é algo positivo, pois possibilita outras formas de trabalhar a terra e/ou a produção; possibilita a resolução de problemas relacionados ao trabalho agrícola assim como o aumento da produção familiar. Sobre os novos conhecimentos técnicos adquiridos através da mediação do SRGM a fala abaixo ressalta tal importância:

Através do sindicato eu já tomei de 10 a 12 cursos, entendeu!(...) estes cursos ensinam a gente como trabalhar: a gente fazia adubo orgânico, ensinava como plantar, porque as vezes agente pensa que sabe plantar mais na realidade você não sabe!(pausa) Quando dava aqueles fungos na laranja agente aprendeu a fazer a medicação em casa, com o caldo da mandioca. A gente aprendeu muita coisa! [...] Que não poderia queimar o lixo em cima do terreno porque prejudica e para você fazer o plantio da mandioca, o milho, ou o que fosse [...] se a cabeceira ficasse na vertical, na próxima colocasse na horizontal e aí a plantação ia dar melhor! Nunca plantar na mesma posição porque mesmo que a terra não tivesse adubada ela ia dar muito boa a produção. Aí isso eu não sabia, apesar de meus pais serem nascidos e criados na roça eles não sabiam, eu que comecei a ensinar! Então tudo isso me enriqueceu em minha sabedoria. Então muitas vezes as pessoas me perguntavam como é que planta isso? E aí eu ensinava pensando que estava certo, mais na verdade não tava! Então para mim eu só tive a ganhar no sindicato, não só eu mais todos os trabalhadores rurais. (MORENA, agricultora familiar, 52 anos)

A fala acima elucida que através dos cursos de capacitação disponibilizados pelo STRGM, novas técnicas de trabalho agrícola foram incorporadas ao seu dia a dia e foram repassadas para os agricultores que constituem sua rede próxima, dentre estes cita os próprios pais, assim os novos conhecimentos técnicos são agregados ao saberes agrícolas tradicionais ou mesmo substituindo-o. Os cursos de capacitação, as visitas técnicas são formas de introdução dos novos conhecimentos técnicos nas unidades familiares. A figura abaixo exemplifica as visitas técnicas organizada pelo STRGM nas unidades produtivas dos agricultores familiares:



Figura 12 – Visita técnica com acompanhamento do STRGM em uma unidade familiar produtora de fumo – Governador Mangabeira – Bahia – 2013.

Fonte: acervo de imagens do STRGM.

A figura 12 representa as visitas técnicas articuladas pelo STRGM aos agricultores familiares sindicalizados, no caso acima trata-se de uma unidade familiar produtora de fumo. Na foto estão dispostos a Presidente do sindicato e o técnico responsável por colaborar com os agricultores acerca de questões referentes à produção agropecuária. Essas ações do STRGM,

cujos objetivos iniciais não estão ligados à comercialização, atingem a esse quesito uma vez que fortalece o processo anterior ao comércio da produção agrícola.

É notória a importância da ação do STRGM no processo de circulação e comercialização da produção familiar dos sindicalizados, mas esta ação deve ser intensificada e melhor organizada a atender tipologias como os camponeses, assim como possibilitar o aumento da renda agrícola dos sindicalizados. Para isso é necessário buscar mecanismos que permitam a integração da produção familiar aos mercados da sociedade envolvente como, por exemplo, a organização da produção familiar em associações produtivas e/ou cooperativas, dentre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Eu gosto de trabalhar na roça! É duro, difícil mais a gente gosta já se acostumou! (NICE)*

Esta pesquisa de base sociológica buscou contribuir para a construção do conhecimento acerca das temáticas: sindicalismo rural e agricultura familiar, buscando identificar a importância da ação sindical rural para o fortalecimento da agricultura familiar. Isto foi feito a partir do estudo de caso sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira (STRGM). Focando na análise da ação do STRGM destinada aos agricultores familiares em três pontos: a organização social e política, a mediação das políticas públicas e a integração mercantil.

Para proceder às análises, foi realizada uma pesquisa social empírica que buscou ser representativa do universo dos agricultores familiares sindicalizados do STRGM. Como contribuição metodológica, utilizou-se do método misto que integra a fusão de dados qualitativos e quantitativos o que possibilitou uma análise descritiva, mas também subjetiva, levando em conta o olhar dos sujeitos sociais que compõem o STRGM, respectivamente a comissão executiva e os sindicalizados agricultores familiares.

O espaço rural do município de Governador Mangabeira, local de organização das ações do STRGM, contribuiu incisivamente na economia do município através da produção de gêneros agrícolas, destacando-se respectivamente, a produção de laranja, mandioca e fumo (BRASIL, 2011). Mas também pela produção de gêneros alimentícios – no geral oriundos da agricultura familiar – destinada ao autoconsumo dos membros da própria unidade produtiva e para o abastecimento do mercado interno do município: verduras, hortaliças, tubérculos, feijão dentre outros.

No município alguns problemas estruturais ainda penduram na realidade da população rural, destaque para o não abastecimento de água potável e a ausência de saneamento básico. É neste contexto, onde são organizadas as ações do STRGM, como as que propiciam a organização social e política dos agricultores familiares sindicalizados.

Sobre o quesito, contribuição do STRGM na organização social e política dos agricultores familiares sindicalizados, concluiu-se que: através do STRGM foi organizada uma série de

atividades e/ou benefícios que repercutem nos arranjos espaciais e sociais das comunidades e nas unidades produtivas dos agricultores familiares. Atividades como: elaboração de projetos produtivos; atividades recreativas e culturais; intercâmbio com outras entidades; elaboração de cursos de capacitação; e resolução de questões trabalhistas. Exemplos de atividades que promovem a organização de benefícios, aqui organizados em três categorias:

- Benefícios assistenciais de ordem infraestrutural: construção de cisternas, poços artesianos, casa de farinha comunitária, casas e banheiro;
- Benefícios assistenciais de ordem burocrática: aposentadoria, auxílio-maternidade e auxílio-doença;
- Benefícios assistenciais relacionados diretamente ao trabalho/produção familiar: distribuição de sementes, financiamento produtivo, divulgação de informação de utilidade pública, cursos de capacitação, melhoria nas condições de trabalho e acesso a terra;
- Benefícios assistenciais médico e jurídico: Consultas médicas e jurídicas com desconto para os sindicalizados ao STRGM.

Tais benefícios proporcionam aos agricultores familiares a organização social, das seguintes formas: materializações de infraestruturas físicas, sejam àquelas relacionadas à rotina coletiva ou ligados ao trabalho familiar agrícola (respectivamente os exemplos: banheiros e distribuição de sementes; articulação com grupos e/ou indivíduos externos as comunidades de agricultores familiares); e a disseminação de informações (relacionados ou não ao trabalho agrícola familiar). Inclusive constatou-se uma avaliação positiva dos agricultores familiares do STRGM quanto à contribuição da ação sindical para a continuidade do trabalho familiar agrícola e/ou da família no espaço rural (82%).

A ação do sindicato também promoveu a organização política dos agricultores familiares sindicalizados, sejam através da atuação exclusiva da entidade e/ou através da colaboração das entidades parceiras, sobretudo àquelas dos movimentos sociais rurais, precisamente as associações, cooperativas e CMDR. Além disso, o STRGM é o principal representante dos agricultores rurais frente a questões relacionadas ao trabalho familiar agrícola.

Apontou-se na sequência a ação STRGM na mediação de algumas políticas públicas importantes para o fortalecimento da agricultura familiar, pois são meios de inserção de técnica e de capital nas unidades familiares. Identificamos quatro políticas públicas destinadas à

agricultura familiar articuladas pelo STRGM: PRONAF, Agroamigo, Bolsa Estiagem, PNAT. Destaques para os dois primeiros, principais políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM.

A articulação do STR entre agricultores familiares e políticas públicas constitui a ação que denominada aqui de ação mediadora. Esta engloba a mediação do sindicato entre as entidades parceiras, sejam públicas, privadas ou mesmo do seio dos movimentos sociais. Das parcerias identificadas no STRGM, destacamos: as entidades dos movimentos sociais rurais (Contag, Fetag, associações, cooperativas, etc.); entidades ligadas ao Estado (A CAR, Banco do Nordeste, CONAB, DIREC 35, EBDA, etc.); e aquelas do setor privado (clínicas médica).

Através da parceria com as entidades a ação mediadora do STRGM se materializa, como, por exemplo, as políticas públicas, no geral organizadas em parceria com o Estado. A mediação do STRGM no processo de aquisição das políticas públicas constitui-se importante porque facilita o acesso dos agricultores familiares, isso devido ao fato do agente operador de política, o STR, ser um agente interno das comunidades de agricultores familiares.

Ao ter o acesso garantido, o agricultor familiar do STRGM tem a possibilidade de incrementar a produção familiar através das políticas de crédito (PRONAF e/ou Agroamigo) assim como pela ajuda técnica através do PNAT. No caso do Programa Bolsa Estiagem as possibilidades para promoção de melhorias nas comunidades familiares são menores, primeiro pelo baixo valor (apenas oitenta reais) e segundo porque não envolve a organização de um projeto produtivo. Sendo assim, apenas uma ajuda emergencial/assistencial para os agricultores familiares, cuja produção foi prejudicada pela seca.

O fato de políticas como PNAE ainda não serem acessadas pelos agricultores familiares do STRGM é algo negativo; isso porque sonega outras possibilidades de organização e dinamização da produção familiar dos sindicalizados, pois através do PNAE teriam mais uma via para a comercialização da produção familiar. Considero urgente para o STRGM pensar em novas estratégias para ativação e contemplação dos agricultores familiares sindicalizados a tal política.

Também se organizou uma análise sobre as tipologias de agricultura familiar dos sindicalizados ao STRGM baseado no estudo de Lamarche (1998); e constatou-se a predominância do tipo camponês. As unidades familiares organizadas pelos sindicalizados caracterizam-se pelo trabalho e relações sociais ainda tradicionais. A análise dos quesitos, terra,

trabalho e família, confirmou características predominantes de uma agricultura familiar camponesa.

No quesito terra, identificou-se que a maioria dos agricultores familiares possui terra própria conquistadas via herança e a predominância dos minifúndios. Os principais produtos agrícolas oriundos das unidades familiares são: feijão, mandioca, milho, aipim e abóbora; cultivos ligados diretamente à subsistência das famílias, mesmo porque a maioria dos agricultores familiares utiliza a produção familiar para o consumo do grupo familiar. Nesses minifúndios também se desenvolvem a pecuária, principalmente a produção de aves, suínos, bovinos e os equinos, estes dois últimos no geral utilizados no trabalho agrícola (tração animal e transporte dentro das unidades produtivas familiares).

Quanto ao trabalho familiar agrícola algumas características são latentes: mão de obra predominante familiar com baixa adesão de contratados; relações de reciprocidade no núcleo familiar perceptível no nível de autoajuda nos afazeres agrícola tipo: capinar, arar, adubar, plantar e colher. Essas atividades são compartilhadas pelos membros das famílias e entre os agricultores de redes próximas (parentesco, vizinhança e amizade).

Através do trabalho familiar agrícola são transmitidos e perpetuados os saberes agrícolas, sendo o principal meio de reprodução social da família. No elemento família identificou-se uma densidade demográfica média de 5,3 pessoas por família, cujas principais formas de saída dos membros das propriedades familiares são através do casamento e do êxodo rural, este último, no geral, feito pelos jovens agricultores familiares. A família é o elemento organizador tanto do trabalho familiar agrícola como dos sentidos e usos atribuídos a terra

Constatou-se baixa integração mercantil, e tal afirmação pode ser elucidada na seguinte questão: apesar da maioria dos agricultores familiares do STRGM desenvolverem atividade comercial com os produtos agrícolas, os meios de circulação e/ou escoamento da produção são ainda bem tradicionais, pouco organizadas, baseados em mecanismos como a venda direta ao consumidor (venda na própria unidade agrícola familiar e na feira-livre) e através dos intermediários.

Além disso, a produção agrícola comercializada é em pequena escala e como consequência disso: baixa renda agrícola não possibilitando a ampliação e a tecnificação da produção. As ações do STRGM ainda são incipientes quanto ao quesito comercialização da

produção familiar. Identificou-se que já existe um trabalho junto aos agricultores familiares produtores de fumo, onde através da mediação do STRGM frente às empresas fumageiras foi conquistado melhorias relacionadas ao preço do fumo produzido nas unidades familiares. Há também ações do STRGM ainda em processo de implementação, entre estas: formação de cooperativas e/ou associações produtivas objetivando facilitar a circulação da produção familiar.

Também existem as atividades e/ou benefícios que indiretamente também atingem a comercialização dos agricultores familiares, como por exemplo: articulação do STRGM entre agricultores familiares e políticas públicas; aquisição de instrumento de trabalho e conhecimento técnicos (cursos de capacitação e visitas técnica).

Constatou-se que os agricultores familiares sindicalizados percebem positivamente as ações sindicais. 91% consideram com grau alto (notas de 8-10) a importância da ação sindical para o fortalecimento da agricultura familiar e apenas 9% notas de 4-7 (grau médio). Contudo, concluímos que a contribuição ainda é parcial, isso devido a questões como:

- A inexistência de políticas próprias do STRGM destinadas aos agricultores familiares;
- A inexistência de projetos e/ou políticas direcionados a circulação e/ou comercialização do excedente da produção familiar, ou seja, a parte dos cultivos não destinada ao consumo familiar
- A não ativação de políticas estatais destinadas à agricultura familiar, destaque para PNAE;
- O número de atividades e/ou benefícios direcionados à integração mercantil dos agricultores familiares sindicalizados ao STRGM;

Pensar nas questões citadas acima e organizar/ operacionalizar ações de resolução é vital para que o STRGM aumente as possibilidades de contribuição no fortalecimento da agricultura familiar dos sindicalizados e com isso propiciando melhorias nos dois pontos identificados como problemas: acesso às políticas públicas e integração mercantil.

Contudo, ressaltamos que as ações do STRGM já conseguem contribuir positivamente, no fortalecimento da agricultura familiar dos sindicalizados e/ou município nos três quesitos aqui analisados: organização social e política, aquisição das políticas públicas e integração mercantil; porém, as ações devem ser intensificadas; melhorando os pontos ainda problemáticos para então

contribuir mais eficazmente no fortalecimento da agricultura familiar dos sindicalizados ao STRGM e, conseqüentemente, do município de Governador Mangabeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. Campinas:Hucitec, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira, c2000. .

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação Social**. 2º Ed. – São Paulo; Cortez & Mores, 1980.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. Conselhos de desenvolvimento rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SILVA, Sergio; MARQUES, Paulo Eduardo (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil**. Porto Alegre : editora da UFRGS, 2004, p. 233-252.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatística dos municípios baianos: território de identidade Recôncavo**. Salvador: SEI, 2010. v. 13. 340 p. il.

BARBOSA, Maria Ligia de O.,QUINTANEIRO, Tânia OLIVEIRA, Márcia Gardênia de.**Um toque de clássicos: Marx, Dürkheim e Weber**. 2 ed. Belo Horizonte:Editora UFMG, 1997.

BASTOS, Dirceu. A produção e gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares de dois vizinhos, Paraná. In: SILVA, Sergio; MARQUES, Paulo Eduardo (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil**. Porto Alegre : editora da UFRGS, 2004.

BATALHA, W. de S. C.; BATALHA, M. L.. **Sindicatos sindicalismo**. São Paulo: LTr, 1994.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: **pesquisa qualitativa com texto,imagem e som: um manual prático**. 2008.

BRANDÃO. Joselane da Rocha. **Reorganização do Espaço Rural: Uma Análise a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município de Governador Mangabeira**. Feira de Santana: UEFS/ curso de especialização em Dinâmica territorial e socioambiental do espaço da Bahia, 2012.

BRANDÃO, Alex Sandro da Conceição. **Santos Reis: Festa, Poder e Memória na Comunidade Rural de Aldeia**. (Governador Mangabeira-ba 1970-2000). Santo Antônio de Jesus: UNEB/ Curso de Mestrado em História Regional e Local, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Artigo 8º.DF, Senado,1998.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural** – Pronater. 2005,p. 1-19.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/hom> > Acesso em: 10 de Out. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil** / Caio Galvão de França; Mauro Eduardo Del Grossi; Vicente P. M. deAzevedo Marques. – Brasília: MDA, 2009.

_____. Lei nº 11.947/2009. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília, 16 de junho de 2009a, p. 1-73.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de contagem da população 2010**. < www.ibge.gov.br.> Acesso em: out. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal (2011)**, <<http://cod.ibge.gov.br/HFD0> > Acesso: em set, 2012

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**.. Tradução de Marco Estevão. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. **Segredos e truques da pesquisa**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2 ed.-Ijuí, Ed. Unijuí, 2007.

BONI, Valdete & QUAREMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

Candido, Antonio. As formas de solidariedade (1964). In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N (Orgs.). **Camponeses brasileiros leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural, 2009.

CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro. Histórico, agricultura familiar. In: In: SILVA, Sergio; MARQUES, Paulo Eduardo (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil**. Porto Alegre : editora da UFRGS, 2004.

Coordenação Estadual dos Territórios - CET, 2007.

COTRIM, Décio Souza. Organização social e associativismo rural. In.: GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo (Orgs.). **Organização social e movimento sociais rurais**. Porto Alegre: editora UFRG, 2009, p. 41-47.

CHAYONOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo; Brasiliense, 1981.

CHAMPAGNE, Patrick. **Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa.**(Tradução texto ‘Elargissement de l’espace social et crise de l’identité paysanne’. Cahier d’ Economie et sociologie Rurales, n. 3, déc. 1986, p. 73-89.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de Pesquisa: Método Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

Coordenação Estadual dos Territórios - CET, 2007.

COLETTI, Claudine. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas, SP: UNICAMP, Centro de Memória, 1998.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Tradução de Thomas R. Bueno, Campinas, SP: Papiurus, 1995.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 6 ed. São Paulo: LTR, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009

Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), (lei n. 4.214, de 2/3/1963) In: MINGUZZI, Rubens B. Org. Prorural. São Paulo: Ed. Resenha Tributária Ltda.

Estatuto Social: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira. 2009, 100p.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UTF/BRA/036, agosto, 1996.

FARIAS, Márcio de Almeida. O modelo sindical brasileiro. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 665, 2maio2005 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/6665>>. Acesso em 28 de Abril de 2013. FETRAECE. Federação dos trabalhadores do Estado do Ceara. **Sindicatos rurais**. Disponível em: <http://www.fetraece.org.br/images/Site_6/SINDICATOS.pdf> Acesso em 20 de Abril de 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano . Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. In: BOTTAFFERRANTE, Vera L. Silveira, WHITAKER, Dulce C. Andreatta (Orgs). Parte I • Movimentos sociais e luta pela reforma agrária: **velhas e novas questões. 27 anos do MST em luta pela terra**. São Paulo : Uniara[co-editor], 2008.

FETRAECE. Federação dos trabalhadores do Estado do Ceara. **Sindicatos rurais**. Disponível em: <http://www.fetraece.org.br/images/Site_6/SINDICATOS.pdf> Acesso em 20 de Abril de 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução por Luiz Felipe Baeta Neves. 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRANCK, André Gunder. **Dez teses acerca dos movimentos sociais**. Lua Nova. São Paulo, junho 1989, p. n.º. 17, pp. 1-30.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER-Brasil, **Agricultura familiar, agroecologia mercado no Norte e Nordeste do Brasil**, Fortaleza: 2004. Disponível em: http://www.facesdobrasil.org.br/midiateca/doc_download/244-agricultura-familiaragroecologia-e-mercado-do-norte-e-nordeste-do-brasil.html. Acesso em 10 de Dezembro de 2012.

FUNDACENTRO. **Levantamento das condições de segurança e saúde na agricultura familiar: Estado da Bahia**. Salvador, 2010.

FURQUIM, sergio F. **O papel do sindicato dos trabalhadores rurais**. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=1304>> . Acesso em 28 de Abril de 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE – Revista de administração de empresas, São Paulo, v. 35 n.2, p.57-63, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GRZYBOWSKI, Candido. **CAMINHOS e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 3. ed Petropolis, RJ: Vozes, Rio de Janeiro: FASE, 1991.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **Revista Nera** – ano 9, n. 8, Presidente Prudente, – janeiro/junho de 2006, pp.1-28.

JESUS, Charles Travezani de. **A organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Espírito Santo : o processo de construção da FETAES**. Vitória:UES/ Curso de mestrado em Política Social, 2011.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional.** (coord.): tradução: Frédéric Bazin. Editora da UNICAMP, Campinas – São Paulo, 1998.

KAPLAN, Bonnie & DUCHON, Dennis. **Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: a case study.** MIS Quarterly, v. 12, n. 4, p. 571-586, Dec. 1988.

MALAGODI, Edgard; BASTOS, Valério de Souza. Sindicato de Trabalhadores Rurais e agricultura familiar. **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**, 01 a 05 de setembro de 2003, UNICAMP, Campinas – SP.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação. In.: **Agronautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos no arquipélago de Nova Guiné melanésia.** 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Nova cultura, Livro I, Tomo I, 1985.

MARQUES, Paulo Eduardo M. et. al. **Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos autores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural.** In: Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. In: SILVA, Sergio; MARQUES, Paulo Eduardo (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil.** Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo (Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil).** São Paulo: Pioneira, 1975.

MELO JÚNIOR, João A. C. de C. A ação coletiva e seus intérpretes. **Pensamento Plural | Pelotas [01]:** 65 - 87, julho/dezembro 2007.

MENDRAS, Henry. **As sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MESQUITA, Ribamar. **Agricultura familiar: muita expressão econômica e prioridade no Nordeste.** – Agência Prodetec. Acesso em: <http://www.agenciaprodetec.com.br/nos.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

MORAIS, Clodomir Santos de. A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas 1954-1964/ João Pedro Stedile (Org.). História das ligas camponesas no Brasil (1969) 2 ed. – São Paulo: expressão popular, 2012.

NUNES, Sidemar Presotto. **Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. Boletim eletrônico** Departamento de estudos Socioeconomicos Rurais (DESER). n. 159, Junho de 2007, pp. 1-29.

NUNES, A. S.; NASCIMENTO, I. O. do. Políticas Públicas Via Sindicalismo Rural: O Caso do Município de Queimadas-PB. **Ponencia Presentada al VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, 2010.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PELEGRINO, Antenor. **Trabalho rural: orientações práticas ao empregador**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PEREIRA, V. S.; SILVA, A. W. B. Políticas públicas e desenvolvimento rural: o caso de São Thomé das Letras. **SOBER 45º Congresso: Desenvolvimento rural e sistema agroalimentares: os agronegócios nos contextos de integração das nações**. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009, pp.1-15.

PETTI, Gleibe. **CLT comentada e jurisprudência trabalhista**. São Paulo: Ícone, 2009.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política** / Everton Lazzaretti, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 17 junho de 2011. (tese de doutorado Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

_____. Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeitos de direito. In: SCHENEIDER, Sergio; GAZZOLA, Marcio (Orgs.). **Os autores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Organizadores: Sergio Sheneider, Marcio Gazzola. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

_____, Everton Lazzaretti. O “fazer-se” dos agricultores familiares como sujeitos de direitos. **Pensamento Plural**. Pelotas [04]: 91 - 115, janeiro/junho, 2009.

_____. A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, vol. 9, nº 18, 2009a, pp. 1-39.

PLOEG, J. D. van der. et. al. **Rural development: from practices and policies towards theory**. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

Relatório de Prestação de Contas, 2013.

RICCI, Rudá. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. **Revista espaço acadêmico**, nº 54, Novembro de 2005, ano V. disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm#_ftn2> acesso em 20 de Julho de 2013.

RICHARDSOM, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA FILHO, Ruy Alckmim. **O parto dos caminhos: Formação do Sindicatos dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Norte (1960-1964)**. Natal: UFRN/ curso mestrado em ciências sociais, 2005.

RODRIGUES, Aluisio. **O Estado e o sistema sindical brasileiro**. Sao Paulo: LTr, 1981.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

SABOURIN. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro. Garomond, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo- razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Edinússia M. Carneiro. **Associativismo e Territorialidade na Região Sisaleira da Bahia**: relações com o desenvolvimento.– Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, janeiro 2007. (Tese de Doutorado).

SAUER. Sérgio; SOUZA, Marcos Rogério. Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais / Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, organização. Parte I • **Movimentos sociais e luta pela reforma agrária: conflitos no campo e disputas políticas**-- Brasília: MDA; São Paulo: Uniara[coeditor], 2008.pp.53-85.

_____. Reforma agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília. Brasília/DF, agosto de 1999. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f783cartilhaprojetocutcontagalutapelaterranoentornodebrasil.pdf> . Acesso em 23 de dezembro de 2013.

SILVA, Denise Maria M. da. **Desafios e limites da prática política do sindicalismo rural**: um estudo de São Paulo do Potengi (RN). Mestrado em Serviço Social, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2006.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. **O sindicalismo rural e os caminhos para autogestão: uma superação do assistencialismo**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SILVA, Márcio G. da; DIAS, Marcelo M. **Organização política, agricultura familiar e estratégias de (des) envolvimento local: o caso de Espera Feliz-Mg**. Viçosa, Minas Gerais, 2009.

SILVA, Barbara C. D. da; COSTA, Ana E. D. V. **Diagnóstico sócio-produtivo dos agricultores familiares cooperados à cooperativa da agricultora familiar do território do recôncavo da Bahia – COOAFATRE**. *Magistra*, Cruz das Almas-BA, v. 24, n. 2, abr./jun. 2012, pp. 151-159.

SINGER, Paul, São Paulo: o povo em movimento. In: BRANT, Vinícius Caldeira. **Sindicato dos Trabalhadores**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

SOUSA, Romier da P. **Granja Marathon**: a luta pela terra e a organização do trabalho em um assentamento rural no Nordeste do Pará. Mestrado Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar – NEAF, Programa de Pós-graduação em Agricultura Amazônica, Universidade Federal do Pará, 2002.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** *Sociologias*. Porto Alegre, ano 88, nº 16, 2006, pp. 20-45.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003,

_____. et. al. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.**In: Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. Organização: Sergio Silva; Paulo Eduardo Moruzzi Marques; - Porto Alegre : editora da UFRGS, 2004, pp. 201-232.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno:** elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Orgs.). *Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos.* Ijuí: Unijuí, 2006, pp. 1-25.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras:** ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A política dos movimentos sociais para o mundo rural. Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, vol. 15, no. 1, 2007: 5-22.

VASCONCELOS, Edgard. **Sociologia rural.** Viçosa: Imprensa Universitária Universidade Federal de Viçosa – MG, 1977.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. O Brasil precisa de um Projeto. In: **Anais do 36 Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.** Poços de Caldas, Minas Gerais, 10 a 14 de agosto de 1998.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados** , n. 15, 2001, pp.101-119.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas.* 2a.ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, pp. 21-55.

_____. **A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas** – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Disponível. Em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>> Acesso em 15 de Outubro de 2012.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, nº 2, 2000 (a).

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura. N. 21, Rio de Janeiro: outubro, 2003.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS/ Curso de Doutorado em sociologia, 2009.

_____. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS.** Porto Alegre: UFRGS/, Curso de mestrado em sociologia, 2004.

_____. **Relatório Técnico Estudo da Situação Juvenil na agricultura familiar do Recôncavo da Bahia,** Cachoeira, 20012 (mímio).

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres colonos do sul e sitiantes do nordeste.** São Paulo-Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

* Nome fictício dos agricultores familiares sindicalizados entrevistados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA, DESIGUALDADES E
DESENVOLVIMENTO

Instrumento: Questionário

Objetivo do questionário: Caracterizar os agricultores familiares sindicalizados no STR; verificar a opinião dos sindicalizados (agricultores familiares) acerca da ação do STRGM destinada a categoria

Identificação do questionário

Entrevistador	Cidade	Nº do questionário:
Data	Contado do entrevistado	E-mail

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

1A - Caracterização do Entrevistado

1) NOME DO ENTREVISTADO : _____

2) SEXO DO ENTREVISTADO: 1. () Masculino 2.() Feminino

3) QUAL A SUA IDADE? _____ :

4) QUAL SEU ESTADO CIVIL?

1. () Solteiro
2. () Casado
3. () Divorciado
4. () Viúvo(a)
- 5) VOCÊ TEM FILHOS? 1. () Sim 2. () Não
- 6) ONDE VOCÊ MORA É PERÍMETRO: 1 () Rural 2. () Urbano
- 7) COMO VOCÊ SE IDENTIFICA ETNICAMENTE?
- _____

8)QUAL A REGULARIDADE QUE PARTICIPA DAS REUNIÕES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS?

1. Sempre 2. Ocasionalmente 3. Quase nunca, só no dia da contribuição mensal
4. Nunca

1B - Composição da Família

9) INCLUINDO VOCÊ QUANTAS PESSOAS TÊM EM SUA FAMÍLIA? _____

10) RELATE COMO É COMPOSTA SUA FAMÍLIA RESIDENTE NA UPF:

a) Parentesco	b) Idade	c) Sexo	d) Escolaridade	e) Trabalho Unidade de Produção Familiar (UPF)
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
<i>Parentesco</i>	<i>Escolaridade</i>		<i>Trabalho na UPF</i>	
<i>1= Pai</i>	<i>1=Não escolarizado</i>		<i>1=Tempo Integral (6 dias)</i>	
<i>2= Mãe</i>	<i>2= Fundamental incompleto</i>		<i>2= Não Trabalha</i>	

3=Irmão	3= Fundamental Completo	3= Parcial (4 a 5 dias)
4=Irmã	4= Médio incompleto	4= Parcial (2 a 3 dias)
5=Avô	5=Médio completo	5= Parcial (1 dia)
6= Avó	6=Técnico incompleto	99=NS/NR
7=Filho (a)	7=Técnico completo	
8= Cônjuge	8= Superior incompleto	
9= Sogro	9=Superior completo	
10=Sogra	10= Pós-Graduação	
11=Entrevistado	99= NS/NR	
12= Outros		

1C – caracterização social e material

11) SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?

1. () Sim 2. () Não (Passar para pergunta 14)

12) QUAL É O TAMANHO DA PROPRIEDADE? _____ ha.

13) COMO FORAM OBTIDAS AS TERRAS?

1. () Herança

2. () Compra de parentes

3. () Compra de terceiros

4. () Parte por herança parte por compra

5. () Por assentamento

6. () Outra: _____

8. () NA

9. () NS/NR

14) QUAL A FORMA DE USO DA TERRA?

1. () Arrendamento

2. () Chacareiro ou inquilino

3. () Meeiro

4. () Parceria

5. () Posse

6. () Outra: _____

7. () NA

8. () NS/NR

15) PRINCIPAL CULTURA PLANTADA NA UNIDADE FAMILIAR: _____

1) PRODUTOS CULTIVADOS:

a) _____ (ha plantada): _____

b) _____ (ha plantada): _____

c) _____ (ha plantada): _____

d) _____ (ha plantada): _____

e) _____ (ha plantada): _____

f) _____ (ha plantada): _____

16) ATIVIDADE PECUÁRIA UNIDADE FAMILIAR:

a) Bovino

b) Suíno

c) Caprino

d) Equino

e) Psicultura

f) Avicultura

g) Outros (especificar) _____

17) AS ATIVIDADES PRODUTIVAS DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR (UPF) SÃO DESTINADAS PARA:

1. () Autoconsumo (*passa a p.18*)

2. () Comercialização

3. () Ambas Igualmente

9. () NS/NR

18) QUAL É A PRINCIPAL FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

DA UPF?

- 1.()Através da Associação de produtores
- 2.()Através de intermediário.
- 3.()Direta ao consumidor.
- 4.()Integrada a Agroindústria Familiar
- 5.()Integrada a Cooperativa
- 6.()Integrada a Grande Indústria
- 7.()Venda na CEASA
8. Feiras livres
- 9.() Outra: _____
- 10.()NS/NR

19) QUEM REALIZA AS SEGUINTE ATIVIDADES RELACIONADAS COM ADMINISTRAÇÃO. DA UPF?

ATIVIDADES	QUEM REALIZA
a. capinar	
b. arar	
c. adubar	
d. plantar	
e. colher	
f. Decidir o que plantar	
g. Decidir onde plantar	
h. Falar com Técnico agrônomo	
i. Participar das reuniões do Sindicato ou Coop.	
g. Sacar dinheiro no Banco	
l. Tirar financiamento no banco	
m. Vender a Produção	

Códigos p. 35 e 36: 1=Pai; 2=Mãe; 3=Irmão; 4=Irmã; 5=Avô; 6=Avó; 7=Filho(a); 8=Cônjuge; 9=Sogra; 10=Sogra; 11=Entrevistado; 12=Pai e Mãe; 13=Pai e Filhos; 14=Mãe e Filhas; 15=Toda Família; 16= Contratados; 88=NA; 99=NS/NR.

20) TENDO COMO REFERÊNCIA O ÚLTIMO ANO INDIQUE A ORIGEM E O VOLUME DA RENDA DE SUA FAMÍLIA. (99=NS/NR) (recorra ao responsável para obter as respostas)

Origem	a) R\$ Mês	b) R\$ Ano
1. Renda Agrícola		
2. Transferências e benefícios sociais		

3. Beneficiamento de produtos na UPF		
4. Outras rendas		
5. Rendas eventuais ou sazonais		
6. Renda Familiar Total		

21) PARTICIPA DE ALGUM FÓRUM PÚBLICO, TIPO:

1. Associações 2. Cooperativas 3. Movimentos da Igreja 4. Partido político 5. Conselho Municipal _____ 6 NDA

22) EXISTE UM SUCESSOR (UM FILHO (A) QUE DESEJA CONTINUAR O PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR)? (Pergunta para os pais).

1.Sim 2. Não

<p>1. CARACTERIZAÇÃO DA AÇÃO SINDICAL PELOS AGRICULTORES FAMILIARES</p>

2 A - DAS ATIVIDADES E BENEFÍCIOS

23) QUAIS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO STR EM SUA COMUNIDADE?

1. Atividades recreativas e culturais 2. Elaboração de projetos produtivos
3.Elaboração de Cursos de capacitação 4.Intercâmbio com outras entidades
5. Resolução de questões trabalhistas 6.Outras _____

24) QUE BENÉFICOS FOI CONQUISTADO PELA SUA COMUNIDADE ATRAVÉS DO STR (OU ATRAVÉS DA ARTICULAÇÃO DO SINDICATO)?

1. Banheiro 2. Cestas básicas 3. Construção de casa de farinha comunitária
4. Construção de casas 5) Construção de cisternas

6. Cursos de capacitação (especificar) _____

7. Distribuição de semente (especificar) _____

8. Divulgação de informações de utilidade pública 9. Assistência médica

10. Assistência jurídica 11. Aposentadoria 12. Auxílio maternidade

13. Auxílio doença 14. Melhorias nas condições de trabalho

15. Perfuração de poço artesiano 16. Acesso a terra

17. Financiamento de projetos produtivos

25) ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO DO SINDICATO TEVE ACESSO A ALGUMA POLÍTICA PÚBLICA DESTINADA A AGRICULTURA FAMILIAR?

1. Sim 2. Não (*passar para a questão 27*)

26) ESPECIFICAR A(AS) POLÍTICA PÚBLICA:

1. Pronaf (especificar modalidade) _____

2. Agroamigo

3. PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

4. PAA (Programa de Aquisição de alimentos)

5. DAP (declaração de aptidão)

6. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)

7. Outros (especificar) _____

27) AVALIE O GRAU DE IMPORTÂNCIA DO STR NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA (AS) POLÍTICA PÚBLICA ACESSADA; APONTE UMA NOTA DE 0 A 10.

2.B – CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

2 B1 - ARTICULAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

28) A AÇÃO DO STR FORTALECEU OS AGRICULTORES FAMILIARES ENQUANTO CATEGORIA (GRUPO)? APONTE UMA NOTA DE 0 A 10.

1.Sim 2. Não Nota _____ (em caso da resposta for sim)

29) A AÇÃO DO STR COLABOROU NA MEDIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES COM AS ENTIDADES PARCEIRAS? APONTE UMA NOTA DE 0 A 10.

1.Sim 2. Não Nota _____ (em caso da resposta for sim)

2B2- DINAMIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

30) A AÇÃO DO STR COLABOROU PARA A INTRODUÇÃO DE ALGUMA ATIVIDADE PRODUTIVA E/OU CULTIVO NA PROPRIEDADE FAMILIAR? APONTE UMA NOTA DE 0 A 10.

1.Sim 2. Não Nota _____(em caso da resposta for sim)

31) ESPECIFICAR

2 B3 - CIRCULAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR

32) A AÇÃO DO STR COLABOROU PARA A CIRCULAÇÃO E OU COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR? APONTE UMA NOTA DE 0 A 10.

1.Sim 2. Não Nota _____ (em caso da resposta for sim)

2 B4 - MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

33) A AÇÃO SINDICAL CONTRIBUIU PARA A AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE TRABALHO? APONTE UMA NOTA DE 0 A 10.

1.Sim 2. Não Nota _____ (em caso da resposta for sim)

34) QUAIS _____

35) A AÇÃO DO STR COLABOROU PARA AQUISIÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTO TÉCNICOS? APONTE UMA NOTA DE 0 A 10.

1.Sim 2. Não Nota _____ (em caso da resposta for sim)

2 B4 – GERAÇÃO

36) A AÇÃO DO STR COLABOROU PARA A CONTINUAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA E/OU PARA CONTINUAÇÃO DA FAMÍLIA NO ESPAÇO RURAL? APONTE UMA NOTA DE 0 A 10.

1.Sim 2. Não Nota _____(em caso da resposta for sim)

37) ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA OU PARENTE JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE E/OU POLÍTICA DESTINADA AOS JOVENS AGRICULTORES RURAIS?

1.Sim 2. Não

3. AVALIAÇÃO GERAL DA AÇÃO SINDICAL

38) AVALIE O GRAU DE IMPORTÂNCIA DO STR NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. APONTE UMA NOTA DE 0 A 10.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,
DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO**

ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA – INDIVIDUAL)

(Agricultor familiar sindicalizado ao STRGM/ Comissão executiva do STRGM)

Objetivo da entrevista: identificar a opinião e/ou idéias dos sujeitos investigados (comissão executiva e agricultor familiar sindicalizado)

ROTEIRO DE ENTREVISTA (AGRICULTOR FAMILIAR SINDICALIZADO AO STRGM)

Nome:

Idade:

Profissão:

- 1) Descreva o seu cotidiano como lavrador(a)?
- 2) Como descreveria o trabalho realizado na lavoura? O que isso representa para o senhor(a)?
- 3) O que o senhor(a) pensa a respeito da continuidade, pelas novas gerações, dos saberes e práticas que envolvem o trabalho familiar agrícola? Deseja que seus filhos continuem no trabalho agrícola?
- 4) Discorra sobre o papel do sindicato na vida dos agricultores familiares?
- 5) Porque o senhor(a) sindicalizou-se ao STR?
- 6) Quais as atividades desenvolvidas pelo STR em sua comunidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMISSÃO EXECUTIVA DO STRGM)**Secretária de Jovens**

Nome:

Idade:

Profissão:

- 1) Discorra sobre as ações realizadas por essa secretaria?
- 2) Existem dificuldades para a realização das ações da secretária de jovens? Quais?
- 3) Nesse último mandato conseguiram organizar alguma ação e/ ou política com os jovens agricultores familiares do município?
- 4) Existe alguma ação e/ou política do STR que pense a continuidade das gerações dos agricultores familiares?
- 5) Descreva o jovem agricultor familiar sindicalizado?

Secretária de Políticas Agrícola Agrária e Meio Ambiente

Nome:

Idade:

Profissão:

- 1) Discorra sobre as ações realizadas por essa secretária?
- 2) Existem dificuldades para a realização das ações da secretária? Quais?
- 3) Descreva a agricultor familiar sindicalizado?
- 4) Descreva as principais ações realizadas pelo STR destinadas aos agricultores familiares?
- 5) Existe alguma ação e/ou política do STR que pense a continuidade das gerações dos agricultores familiares?
- 6) Quais são as entidades parceiras com essa secretária?

Secretária Geral e Presidência

Nome:

Idade:

Profissão:

- 1) Caracterize as principais ações realizadas pelo STR destinadas aos agricultores familiares?
- 2) Existem dificuldades para a realização das ações do STR? Quais
- 3) Descreva o agricultor familiar sindicalizado?
- 4) Existe alguma ação e/ou política do STR que pense a continuidade das gerações dos agricultores familiares?
- 5) Quais são as entidades parceiras do STR?